



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RICARDO CÉSAR DOS SANTOS GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO DA(S) SUBJETIVIDADE(S) MASCULINA(S): UM
PERCURSO TEÓRICO ENTRE FREUD E STOLLER**

BELÉM-PA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RICARDO CÉSAR DOS SANTOS GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO DA(S) SUBJETIVIDADE(S) MASCULINA(S): UM
PERCURSO TEÓRICO ENTRE FREUD E STOLLER**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza.

Linha de pesquisa: Psicanálise: Teoria e Clínica.

BELÉM-PA

2024

RICARDO CÉSAR DOS SANTOS GONÇALVES

**A CONSTRUÇÃO DA(S) SUBJETIVIDADE(S) MASCULINA(S): UM
PERCURSO TEÓRICO ENTRE FREUD E STOLLER**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicanálise: Teoria e Clínica.

Data da aprovação:

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Mauricio Rodrigues de Souza (PPGP/UFPA) – Orientador

Dr. Breno Ferreira Pena (PPGP/UFPA) – Membro interno

Dr. Felipe Figueiredo Lattanzio (PUC-MG) – Membro externo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G635c Gonçalves, Ricardo César dos Santos.
 A construção da(s) subjetividade(s) masculina(s): um percurso
 teórico entre Freud e Stoller / Ricardo César dos Santos Gonçalves.
 — 2024.
 163 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Belém, 2024.

1. Masculinidade. 2. Psicanálise. 3. Gênero. I. Título.

CDD 150.195

AGRADECIMENTOS

Inúmeros são aqueles a quem sou grato. Mas, em primeiro lugar, agradeço a Deus. Posteriormente, agradeço à minha mãe Jacirema Gonçalves, pois dela herdei o dom de me interessar por palavras, o sentimento de inconformidade com as disparidades sociais e o desejo de fazer o mestrado e, por nós, realizo esse sonho. Espero, que, por intermédio de um árduo esforço e uma laboriosa caminhada, possa ter aprimorado o talento que me foi concedido e, por fim, possa honrá-la e orgulhá-la. De maneira paradoxal, a dissertação batizada como: *A construção da(s) subjetividade(s) masculina(s): um percurso teórico entre Freud e Stoller* (2024), homenageia uma mulher. Esta, em termos freudianos, sempre foi e sempre será meu primeiro amor. Obrigado mãe.

Agradeço, em seguida, aos meus familiares, Leonardo César e Rebeca César, que, apesar de lidarem com minhas eventuais ausências, sempre estiveram, de alguma forma, me prestando apoio. A vocês, expresso meu profundo amor e carinho.

In memoriam de meu pai Ricardo César Gonçalves, a quem herdei – literalmente – o Nome-do-Pai. *In memoriam* também de minha avó, Damaris César, cuja autêntica bondade e gentileza deixaram marcas significativas em mim.

Por fim, expresso meus agradecimentos ao meu orientador, Mauricio Rodrigues de Souza, pela sua valiosa disponibilidade, pelo apoio inestimável e pela generosa paciência demonstrada, sobretudo, durante os momentos mais desafiadores.

*Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?*

*um ser metafísico?
uma fábula sem
signo que a desmonte?*

*Como pode o homem
sentir-se a si mesmo,
quando o mundo some?*

*Como vai o homem
junto de outro homem
sem perder o nome?*

*E não perde o nome
e o sal que ele come
nada lhe acrescenta*

*nem lhe subtrai
da doação do pai?
Como se faz um homem?*

(Especulações em torno da palavra homem, Carlos Drummond).

RESUMO

O presente trabalho aborda a construção da(s) subjetividades(s) masculina(s) em um percurso psicanalítico inicialmente delineado por Freud e, posteriormente, ampliado por Robert Stoller. O trajeto metodológico estabelecido para esta dissertação se fundamenta a partir da pesquisa teórica em psicanálise. Entretanto, é pertinente ressaltar que, embora a pesquisa privilegie a psicanálise como seu principal aporte teórico, este trabalho não negligencia as contribuições provenientes de outras áreas do conhecimento, especialmente das abordagens sociológicas e dos estudos de gênero. O intuito desse trabalho pode ser dividido em quatro aspectos centrais: (1) demonstrar como o conceito de gênero se integrou a teoria psicanalítica; (2) conceitualizar a noção de masculinidade(s) por intermédio de um percurso histórico subdividido em três tempos – Antigo, Medieval e Moderno –, dessa forma, ratificando como o conceito pode ser mutável e interdependente de cenários sócio-históricos; (3) investigar as peculiaridades da subjetivação masculina na obra freudiana e; (4) analisar as contribuições teóricas do psicanalista norte-americano Robert Stoller, centralizando nossos esforços em examinar o conceito de “*identidade de gênero*”, introduzido pelo mesmo no âmbito psicanalítico. Por fim, nas considerações finais, faremos observações sobre os possíveis desdobramentos dessa pesquisa. Além disso, teceremos apontamentos críticos em relação à escassez de estudos que versam sobre os homens e a masculinidade tanto no meio psicanalítico quanto em outras produções acadêmicas brasileiras. Em última instância, espera-se que esse trabalho possa contribuir para o aprimoramento da temática proposta e, concomitantemente, servir de amparo às investigações futuras.

Palavras-chave: Masculinidade, Psicanálise, Gênero.

ABSTRACT

This paper addresses the construction of male subjectivities in a psychoanalytic path initially outlined by Freud and later expanded by Robert Stoller. The methodological path established for this dissertation is based on theoretical research in psychoanalysis. However, it is pertinent to emphasize that, although the research privileges psychoanalysis as its main theoretical contribution, this work does not neglect the contributions from other areas of knowledge, especially sociological approaches and gender studies. The purpose of this work can be divided into four central aspects: (1) to demonstrate how the concept of gender was integrated into psychoanalytic theory; (2) to conceptualize the notion of masculinity(ies) through a historical path subdivided into three periods – Ancient, Medieval and Modern –, thus ratifying how the concept can be changeable and interdependent on socio-historical scenarios; (3) to investigate the peculiarities of male subjectivation in Freudian work; and; (4) to analyze the theoretical contributions of the American psychoanalyst Robert Stoller, focusing our efforts on examining the concept of “gender identity,” which he introduced into the psychoanalytic field. Finally, in the final considerations, we will make observations on the possible developments of this research. In addition, we will make critical observations regarding the scarcity of studies that address men and masculinity both in the psychoanalytic field and in other Brazilian academic productions. Ultimately, we hope that this work can contribute to the improvement of the proposed theme and, at the same time, serve as support for future investigations.

Key-words: Masculinity; Psychoanalysis; Gender.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 GÊNERO, MASCULINIDADE(S) E PSICANÁLISE	25
1.1 Freud: sexo e gênero	28
1.2 Robert Stoller: a inserção do termo gênero em psicanálise	31
2. UM PERCURSO HISTÓRICO PELA NOÇÃO DE MASCULINIDADE: DA GRÉCIA ANTIGA À MODERNIDADE	37
2.1 Masculinidades Gregas	38
2.2 Masculinidades Medievais	50
2.3 Masculinidade e Modernidade.....	58
3. A MASCULINIDADE NA LETRA FREUDIANA.....	76
3.1 Influências modernas no pensamento freudiano.....	78
3.2 Vinculações teóricas entre masculinidade, atividade e amor	88
3.3 Amor e masculinidade: considerações freudianas acerca da condução de vínculos afetivos masculinos.....	96
3.4 Masculinidade, feminilidade e os destinos do complexo de Édipo.....	112
3.5 Primeiro tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1897-1913).....	113
3.6 Segundo tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1914-1933).....	123
4. STOLLER E A MASCULINIDADE: UMA CONVICÇÃO ADQUIRIDA.....	136
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema da masculinidade tem adquirido notável difusão em múltiplos veículos de comunicação. Seja por intermédio de publicações impressas ou compartilhamentos em plataformas digitais, o assunto tem suscitado debates e questionamentos acerca de paradigmas tradicionalmente associados aos homens. Conforme salienta Nolasco (1993), a mídia tem sido responsável por levantar inúmeras questões a respeito dos novos modos de expressão do masculino, abrangendo desde trabalhos terapêuticos, *workshops* e seminários até reportagens que apresentam homens trocando fraldas e envolvidos na rotina escolar de seus filhos. À primeira vista, o crescente interesse no tema ocorre, em partes, devido às transformações históricas que vêm impactando significativamente a dinâmica entre os gêneros.

Em dezembro de 2019, o portal de notícias *BBC News Brasil* divulgou uma reportagem intitulada: *Contra estereótipos de masculinidade, professor cria cursos para discutir o que é ‘coisa de homem’*¹. Conforme a matéria, o projeto elaborado pelo professor Caio César vem obtendo reconhecimento nacional e internacional. Inicialmente implementado no Rio de Janeiro, em 2018, o projeto visava organizar rodas de conversa com o propósito de discutir os seguintes tópicos: “*Afinal, o que é ‘coisa de homem’? E o que significa agir como um?*”. Meses depois, devido à sua popularidade, a iniciativa atraiu a atenção das Nações Unidas, resultando em um convite para apresentação do projeto no Fórum Internacional de Igualdade de Gênero, sediado na Tunísia. Ao relatar sua experiência, o professor afirma ser necessário reavaliar comportamentos nocivos milenarmente associados à concepção de virilidade. Em suma, Caio salienta que determinados padrões violentos são ensinados aos meninos desde cedo e, não raramente, tornam-se um caminho para resolver conflitos na fase adulta. Diante disso, o docente defende a importância de valorizar novas formas de expressão da identidade masculina, sobretudo, não associadas à agressividade. Por fim, a publicação relata que o tema vem sendo objeto de discussão em âmbito global.

Posteriormente, em agosto de 2021, o Jornal eletrônico da USP publicou a seguinte coluna: *Por uma nova masculinidade. Por que os homens continuam a matar as mulheres*²? No texto em questão, Eva Blay – redatora da postagem, socióloga e professora da instituição – expõe de maneira concisa dados estatísticos referentes à incidência do feminicídio em

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50473006>.

² <https://jornal.usp.br/artigos/por-uma-nova-masculinidade-por-que-os-homens-continuam-a-matar-as-mulheres/>.

território nacional. Conforme evidencia Blay (2021), em 2018 as autoridades governamentais documentaram um total de 4.519 casos de feminicídio, dos quais 68% envolviam mulheres negras. Em termos matemáticos, tais estatísticas apontam que a cada duas horas uma mulher morre no Brasil, fato tão fúnebre que alguns programas sensacionalistas, sobretudo voltados à mídia *mainstream*, buscam noticiar com propósito de chocar parte de seus espectadores e, assim, alavancar a audiência. Além disso, a coluna reitera que, apesar da existência de dispositivos jurídicos especializados em atuar contra as múltiplas formas de violência contra mulher – por exemplo: a lei Maria da Penha, a lei Carolina Dieckmann e o respaldo físico e psicológico assegurado pelo SUS – torna-se imperativo investigar os principais responsáveis por atos violentos. A saber: os homens e a construção social da masculinidade/virilidade.

Diante do exposto, Blay (2021) argumenta que, ao longo da história, os homens foram instruídos a adotarem posturas dominantes e não expressarem sentimentos. Esse modelo patriarcal fomentou o desenvolvimento de características hostis, instigando os jovens a tratarem as mulheres de maneira ímpia em nome da construção de um suposto “*status viril*”. Não por acaso, a socióloga sustenta que usualmente o homem, para ser considerado viril/masculino, necessita agir com robustez e violência, especialmente para não ser confundido com seu respectivo oposto, a mulher. Com efeito, tais valores insidiosamente permearam a cultura ocidental, configurando-se como uma das principais causas de feminicídio. Com propósito de mitigar essa problemática, Blay (2021) considera *mister* instituir grupos reflexivos que busquem questionar criticamente padrões misóginos milenarmente transmitidos. Em última análise, a autora reitera o esforço internacional em estabelecer modelos educacionais não patriarcais, favorecendo assim o surgimento de novas referências masculinas. No Brasil, estima-se que há 312 grupos reflexivos que discutem o tema masculinidades e *performance* de gênero, conforme informa o portal *PapodeHomem*³.

Dois anos depois, no dia 6 de dezembro de 2023, o portal oficial da Câmara dos Deputados compartilhou a campanha: *Masculinidade Consciente*⁴. De acordo com a notícia, a campanha difundida pela Rádio Câmara, em parceria com a Secretaria da Mulher, propôs estabelecer reflexões sobre os papéis sociais desempenhados por homens na luta pela cultura da não violência. No encontro, realizado em Brasília, foram discutidos os tópicos: masculinidade saudável, paternidade amorosa, cuidados com o lar e disponibilidade afetiva. Segundo Humberto Baltar – palestrante e idealizador do coletivo: *Pais Pretos Presentes* –,

³<https://papodehomem.com.br/>.

⁴<https://www.camara.leg.br/noticias/1023531-campanha-masculinidade-consciente-propoe-reflexoes-sobre-o-papel-social-desempenhado-pelo-homem/>.

ainda em 2023 homens que são carinhosos, brincam com seus filhos e executam tarefas domésticas são percebidos como menos masculinos, visto que tais ações são tidas como culturalmente femininas. Diante disso, o palestrante denunciou a ausência de propostas governamentais destinadas a combater padrões culturais que perpetuam a “masculinidade tóxica e agressiva”. Ainda nesse encontro, a parlamentar Ione Barbosa, vinculada ao partido Avante – MG, sustentou a importância de abordar o tema nas instituições primárias de ensino. Ione defendeu a urgência em alcançar a base educacional, ensinando as crianças a não reproduzirem comportamentos machistas. Ademais, a Câmara dos Deputados disponibilizou integralmente o conteúdo da campanha *Masculinidade Consciente* em múltiplas plataformas digitais. Dentre elas, o *Youtube*, o *Instagram* e o portal *Rádio Câmara na Internet*.

Conforme evidenciado nos parágrafos antecedentes, é factível constatar que o panorama, previamente descrito por Nolasco (1993), mantém-se profeticamente atual. Diante disso, Trevisan (2021) e Dupuis-Déri (2022) alegam que a disseminação e, por conseguinte, a problematização acerca do masculino estão intrinsecamente ligadas às transformações sociais ocorridas nos últimos séculos. De maneira subsidiária, Trevisan (2021) sustenta que as conquistas femininas, obtidas por meio de árdua luta e resistência cotidiana, romperam com determinadas convicções patriarcais que coordenavam a dinâmica entre os sexos.

Decerto, as sociedades ocidentais experienciaram significativos avanços no que concerne à igualdade e equidade de direitos. Em termos comparativos, é verossímil inferir que atualmente o sexo feminino goza de mais liberdade e autonomia do que em épocas pregressas. Além disso, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho desempenhou um papel crucial para a (re)configuração de preceitos historicamente associados ao gênero. Em síntese, o ignóbil ditado popular que sugere que “lugar de mulher é na cozinha” revela-se profundamente equivocado nos dias atuais.

Diante dessa conjectura, Kehl (1996, p. 23) comenta que: “a intensa movimentação das tropas femininas nos últimos trinta anos parece ter deslocado os significantes do masculino e do feminino”. Semelhantemente, Trevisan (2021, p. 28) advoga que o homem contemporâneo, ao confrontar-se com as incomensuráveis modificações de seu tempo, viu-se obrigado a questionar: “Quem sou eu? Tal como Édipo diante da Esfinge, ele vive um desafio identitário, confrontado com seu próprio enigma, que o ameaça implacavelmente, numa versão moderna do ‘Decifra-me ou te devoro’”.

Outrossim, é lícito salientar que, apesar das recentes mudanças sociais haverem abalado consideravelmente os significantes relativos à masculinidade, em termos acadêmicos

os estudos que versam sobre os homens são exíguos, sobretudo se comparados às pesquisas sobre o feminino. Do ponto de vista histórico, autores como Neto et al. (2019), Oliveira (2020) e Ambra (2021) alegam que as investigações sobre a masculinidade surgiram inicialmente atreladas aos estudos feministas de gênero na década de 1960.

Anos mais tarde, em 1970, as pesquisas de gênero difundiram-se amplamente no meio acadêmico internacional. *A priori*, os estudiosos desse campo buscaram formular críticas contundentes à subordinação experienciada por mulheres em relação ao sexo masculino. Sobre esse viés, Sampaio e Garcia (2010) evidenciam que, durante a década de 1970, os trabalhos sobre gênero eram quase exclusivamente direcionados ao estudo da mulher, dada a incontestável preponderância de temas relativos às idiossincrasias femininas. Nesse sentido, conforme salienta Oliveira (2020), a ampliação dos *men's studies* no âmbito das investigações de gênero pode ser caracterizado como um fenômeno relativamente recente. Consoante a isso, Ambra (2021) reitera que o estudo do homem e da masculinidade ainda é uma realidade em construção, especialmente, em território nacional.

Dissertando acerca da profusão de publicações de gênero no campo das ciências humanas e sociais, Neto et al. (2019), sustentam que a participação da mídia e da publicidade na desconstrução de modelos ríspidos do masculino faz-se parcialmente eficaz. Entretanto, de acordo com esses autores, em termos acadêmicos os estudos voltados para a compreensão da constituição subjetiva masculina permanecem escassos. Diante disso, Dupuis-Déri (2022) e Neto et al. (2019) asseveram que, em uma sociedade ainda permeada por ditames androcêntricos e violentos, produzir conhecimento acessível e esclarecedor acerca da masculinidade é de grande contribuição para a comunidade acadêmica e, sobretudo, para o *corpus social*, dado que a apreensão crítica de estruturas patriarcais inconscientemente introjetadas abrandaria a violência simbólica exercida pelo pseudo sexo forte, conforme sustentou Pierre Bourdieu (2002).

Ademais, a reflexão crítica sobre as diversas possibilidades de subjetivação masculina pode, de maneira potencial, contribuir a longo prazo para a promoção de práticas e conhecimentos destinados a combater não somente a violência inter-gênero, mas também intra-gênero. Diante dessa conjectura, ao dissertar sobre a violência protagonizada por homens, Welzer-lange (2001) ressalta que os modelos masculinos inscritos no padrão hegemônico são os principais perpetradores de feminicídio e violência contra minorias. Em seu trabalho: *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*, o sociólogo francês postula que a dominação masculina/patriarcal divide homens e mulheres em grupos

hierárquicos, conferindo privilégios aos homens em detrimento das mulheres e das masculinidades subalternas – gays, bissexuais, transgêneros e sujeitos que não se enquadram no modelo heteronormativo.

Ainda de acordo com Welzer-lange (2001), a masculinidade hegemônica pode ser caracterizada como um conjunto de práticas que viabilizam a legitimação e dominação do suposto primeiro sexo sobre o suposto segundo sexo. Em síntese, esse modelo masculino utiliza a violência – física ou simbólica – para hierarquizar e cristalizar as relações de gênero. Outrossim, embora a masculinidade hegemônica seja historicamente referida como modelo ideal, apenas uma ínfima parcela de homens consegue incorporá-la. Em linhas gerais, Welzer-lange (2001) assevera que, para alcançar esse ideal eminentemente quimérico, os meninos devem desde cedo buscar acesso à virilidade. Com efeito, eles são progressivamente instruídos a adotar determinado “capital de atitudes”, isto é, incorporarem gestos, movimentos e reações masculinas antagônicas ao comportamento feminino. Indubitavelmente, conforme alega o autor, para inscrever-se no modelo hegemônico masculino o feminino deve ser o polo central de rejeição (Welzer-lange, 2001).

Destarte, o macho hegemônico necessita ser ativo, viril, dominante, não afeminado e, acima de tudo, heterossexual. Em termos genealógicos, a aquisição desse capital de atitudes ocorre por intermédio de tutores de gerações precedentes que, coercivamente, exigem o endurecimento do *infans*. Uma vez logradas tais condições, espera-se que na vida adulta esse sujeito exiba – presunçosamente – as insígnias de sua virilidade, aspecto que lhe garantirá acesso ao mais alto posto na hierarquia masculina. Dito de outro modo, o homem hegemônico gozará de uma variedade de privilégios, entre eles, destacam-se, a maior facilidade de ascensão social/política e a obtenção de salários mais elevados (Welzer-lange, 2001).

Em contrapartida, as masculinidades que não se alinham ao padrão hegemônico são denominadas de subalternas. Conforme supramencionado, esses sujeitos costumam performar identidades sexuais não-heterocentradas – sendo habitualmente representados pela sigla LGBTQIAP+. Pelo fato de não demonstrarem conformidade ao modelo dominante, as masculinidades subalternas enfrentam cotidianamente estigmatizações, discriminações e desvantagens sociais. Diante disso, Welzer-lange (2001) infere que os efeitos da dominação masculina não recaem somente sobre as mulheres, estendendo-se a qualquer manifestação subjetiva masculina que se afaste da heteronormatividade.

Frente a isso, o sociólogo francês advoga ser fundamental elaborar trabalhos acadêmicos que incitem, de maneira crítica, o debate sobre a desconstrução de imperativos

hegemônicos/patriarcais, viabilizando a promoção de uma visão mais abrangente e respeitosa sobre as múltiplas formas de subjetivação masculina. De maneira concomitante, Welzer-lange (2001) sustenta que a masculinidade não pode ser compreendida como um bloco monolítico e homogêneo. Sendo assim, o autor preconiza que, embora milenarmente a dominação masculina seja uma realidade factual, as definições do masculino podem variar conforme a localização geográfica, cultura e período histórico.

Outra autora relevante no âmbito global dos estudos sobre gênero e masculinidades é Raewyn Connell. Professora, pesquisadora e transsexual, sua obra *Masculinities* (2020) – inicialmente publicada em 1993 – é considerada um dos trabalhos pioneiros desse campo. De acordo com Connell (2020), a masculinidade não deve ser concebida como uma entidade fixa e estática. Portanto, a autora salienta que o conceito deve ser utilizado preferencialmente no plural – conforme indicado no título de sua obra mais popular. Em termos conceituais, Connell e Messerschmidt (2013, p. 250) definem as masculinidades como: “configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular”.

Connell e Messerschmidt (2013) enfatizam ainda que o interesse acadêmico e social voltado à masculinidade pode ser caracterizado como uma tendência hodierna. Segundo esses autores, os estudos sobre os homens vêm obtendo relevância mundial, pois foram sistematicamente impulsionados pelas críticas feministas e pelo movimento de libertação gay. A partir dos relatos e denúncias proferidos por esses grupos, os conceitos de masculinidade hegemônica, dominação masculina e poder patriarcal foram exaustivamente examinados por diversos teóricos da sociologia, história, antropologia, filosofia, psicologia e psicanálise. Ademais, embora estes pesquisadores nem sempre expressem concordâncias teóricas e metodológicas, os estudos sobre gênero e masculinidade(s) têm se destacado por sua natureza interdisciplinar, aspecto que, segundo Connell e Messerschmidt (2013), pode possibilitar uma compreensão mais ampla das construções sociais relativas aos sexos.

Diante dessa múltipla gama de reflexões, o proeminente trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott é concebido como um dos mais inovadores e relevantes desse campo. Em seu escrito *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Scott (1995) busca conceitualizar e, posteriormente, historicizar o termo gênero como uma ferramenta privilegiada para análise da dinâmica de poder entre homens e mulheres. Em termos conceituais, Scott (1995) define gênero, como: (1) conceito utilizado para designar as relações sociais entre os sexos cujo uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas; (2) uma

criação inteiramente social das ideias sobre os papéis masculinos e femininos e (3) uma maneira de se referir as identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

Para Scott (1995), os estudos de gênero dividiram-se em três grandes posições teóricas. Primeiramente, essas pesquisas definiam-se como um corolário eminentemente feminista que objetivava investigar as origens do patriarcado. Posteriormente, os estudos de gênero alicerçaram-se na tradição marxista dialética e procuraram estabelecer compromissos com as críticas feministas. Por fim, em um terceiro momento, as análises de gênero dividiram-se entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação de objeto. Nessa orientação, os estudos de gênero basearam-se nas diversas escolas psicanalíticas com o propósito de compreender a constituição subjetiva de homens e mulheres – aspecto que particularmente nos interessa nessa dissertação.

De maneira pormenorizada, a vertente psicanalítica pós-estruturalista terá Jacques Lacan (1901-1981) como seu principal interlocutor. Por outro lado, a escola anglo-americana de psicanálise/estudos de gênero encontrará como seus principais representantes Robert Stoller (1924-1991) e Ralph R. Greenson (1911-1979). Em síntese, as duas escolas se interessam pelo processo de constituição da identidade de gênero e, para tanto, centram suas análises nas primeiras etapas do desenvolvimento infantil. Além disso, é lícito salientar que ambas se fundamentam nas descobertas freudianas do inconsciente e consideram a psicosssexualidade pueril como fator relevante em suas elucidações. No que diz respeito às disparidades, é verossímil aferir que, para os analistas pós-estruturalistas, o ponto central de suas investigações será o papel atribuído à linguagem – a saber: os sistemas de significação ou a ordem simbólica que, em termos estruturais, constituirá as representações de gênero ao sujeito –, ao passo que para os teóricos anglo-americanos o foco central de análise será a dinâmica objetal – sobretudo a pré-edipiana – e suas repercussões no núcleo formador da identidade de gênero (Stoller, 1982).

Retomando o percurso proposto por Scott (1995), a autora enfatiza que o estudo da masculinidade e da feminilidade pressupõe o exame histórico das dinâmicas de poder secularmente impostas. Para ela, os significantes “gênero” e “poder” estão intrinsecamente interligados na história das civilizações ocidentais. Em outras palavras, as compreensões supostamente naturais/biológicas entre o masculino e feminino resultaram na dominância do primeiro sobre o segundo. Com efeito, estabeleceu-se um sistema hierárquico no qual os homens e o masculino ocuparam uma posição de dominação e poder, conferindo-lhes as tarefas ditas como mais nobres: a política, o comércio e a educação. Em contrapartida, às

mulheres foram designadas a subordinação, o matrimônio e os cuidados do lar. Nesse sentido, Scott (1995) sustenta a importância de elaborar reflexões que visem desvelar os mecanismos que estruturam as disparidades entre os gêneros.

Para tanto, a literatura postula ser crucial desnaturalizar as relações hierárquicas de poder mediante a implementação de políticas públicas e a produção de pesquisas, sobretudo interdisciplinares. Em última análise, a autora finda seu escrito reiterando a necessidade de tratarmos as posições masculina/feminina não como preestabelecidas e, conseqüentemente, invariáveis, mas sim como arranjos subjetivos historicamente condicionados, mutáveis e interdependentes das dinâmicas sociais locais.

Concomitantemente, outro teórico de relevância global para os estudos sobre gêneros e masculinidade(s) é o sociólogo Pierre Bourdieu. Em sua obra de proporções históricas, intitulada *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, Bourdieu (2002) se propõe a examinar a (re)produção e a persistência de violências simbólicas exercidas pelo gênero masculino que perpetuam a dominação e a subordinação de seu antagonista. Para o pesquisador francês, o conceito de gênero necessita ser elucidado em duas etapas interligadas. Primeiramente, trata-se de um conceito relacional, isto é, um par de opostos que constituem um sistema de mútua interação. Secundariamente, gênero pode ser definido como uma relação de poder na qual: “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (Bourdieu, 2002, p. 23).

Bourdieu (2002) sustenta que as diferenças entre sexo e gênero integram um conjunto de oposições – masculino/feminino, alto/baixo, ativo/passivo, fora/dentro, seco/úmido, dia/noite, sol/lua – que historicamente abarcam significados antropológicos e cosmológicos. Naturalmente, tais oposições transcrevem-se em estruturas cognitivas, operando então como sistemas de percepção, pensamento e ação milenarmente estabelecidos. Uma vez introjetado esse sistema de percepção, a diferença anatômica entre os sexos passa a ser vista como justificativa *naturalis* para o estabelecimento de disparidades socialmente construídas entre homens e mulheres. Nesse sentido, Bourdieu (2002) salienta que a segregação de papéis – e, conseqüentemente, a divisão social do trabalho – é produto de um longo processo coletivo de socialização do biológico. Ou, em outras palavras, uma construção social arbitrariamente fundamentada *in natura* em que aos homens são atribuídas as tarefas de dominar, exteriorizar e proliferar, enquanto às mulheres é esperado que se submetam, se interiorizem e reproduzam.

Mais precisamente, Bourdieu (2002) destaca que a internalização subjetiva dos esquemas de percepção de gênero – e, por extensão, a dominação masculina – ocorre por

intermédio do que o autor define como *habitus*. Para ele, o termo *habitus de gênero* circunscreve-se como um conjunto de disposições cognitivas socialmente construídas e transmitidas mediante um árduo trabalho pedagógico de nomeação, inculcação e incorporação, trabalho esse iniciado no processo de socialização infantil e continuado por meio de variadas e constantes estratégias educativas de diferenciação sexual inseridas nas práticas de agentes como: a família, a igreja, a escola e os meios de comunicação (Carvalho, 2004).

No que se refere à masculinidade, Bourdieu (2002) argumenta que esta não é uma característica inata, mas socialmente construída e internalizada pelos sujeitos por intermédio da integração de *habitus*. Semelhantemente, a virilidade – aqui compreendida como conjunto de atributos estéticos e comportamentais que elevam o sujeito à posição mais honrada e prestigiada do masculino (Connell e Messerschmidt, 2013) – não é um dom. Ao contrário, é forjada mediante um austero e incansável processo de enrijecimento físico e moral. Em virtude disso, Bourdieu (2002) sustenta que, assim como a dominação masculina confere privilégios aos homens, ela também se configura como uma armadilha para eles. Dito de outro modo, à medida que os homens incorporam os *habitus de gênero* descritos como viris e dominantes, estes terão como encargo (re)afirmar *ad infinitum* a sua posição hegemônica. Em suma, para ser homem – e, especialmente, para ser viril – é necessário submeter-se a exaustivas horas de trabalho, demonstrar sucesso financeiro, exibir – preferencialmente de maneira pública – uma musculatura robusta e bem definida e, acima de tudo, evitar transparecer qualquer traço de feminilidade. Diante dessa conjectura, a citação de Badinter (1993, p. 4) parece resumir *par excellence* os requisitos para a obtenção da virilidade, os quais exigem que os homens passem por: “Deveres, provas e provações”.

Consoante a isso, Bourdieu (2002) alega que a constante reprodução simbólica de preceitos androcêntricos legitima a subordinação de mulheres e, além disso, perpetua padrões demasiadamente rígidos de êxito laboral aos homens. Cabe lembrar neste momento que, de acordo com o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em 2021, os indivíduos do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos: “apresentam risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio que mulheres” (p. 03). Tal estatística alarmante se apresenta como um fenômeno multicausal. Todavia, sabe-se que o contínuo esforço para adequar-se aos cânones hegemônicos do masculino, juntamente às dificuldades de expressar vulnerabilidades emocionais e a recusa em buscar apoio terapêutico, podem estar associados às principais causas de suicídio entre os homens. Frente a isso, o sociólogo francês reitera que a hegemonia

masculina torna os homens não apenas opressores, mas também vítimas de si próprios (Bourdieu, 2002).

Mais especificamente, a necessidade de se provar suficientemente hábil diante das mulheres e de seus confrades, aliada a constantes tensões para alcançar o *status* de viril e provedor, frequentemente resultam em altas cargas de exigência pessoal e sofrimento psíquico. Embora a problemática da dominação – e, conseqüentemente, o martírio social masculino – não apresente soluções rápidas e simplórias, Bourdieu (2002) alega ser basilar redigir e ratear artigos, dissertações e teses que questionem criticamente a naturalização da subordinação feminina e as relações historicamente constituídas entre gêneros. Semelhantemente, Carvalho (2004) considera que a cultura acadêmica/escolar é um dos principais meios de viabilizar mudanças sociais, acrescentando que a promoção e a difusão de estudos do masculino podem ser uma alternativa profícua na luta por equidade de gênero.

Conforme demonstrado, renomados pesquisadores destacam a premente necessidade de elaborar novas pesquisas no que tange à temática dos homens e das masculinidades (Welzer-lange, 2001; Connell, 2020; Connell e Messerschmidt, 2013; Scott, 1995; Bourdieu, 2002), o que, segundo eles, prefigura-se como alternativa eficaz de instauração e difusão de perspectivas críticas destinadas à (des)naturalização de padrões hierarquizantes entre os gêneros. Outrossim, é legítimo reiterar que – conforme expresso nas páginas pregressas dessa dissertação – o subcampo das pesquisas de gênero designado a explorar questões relativas ao universo masculino (*men's studies*) é relativamente recente. Por esse vetor, Sampaio e Garcia (2010), Oliveira (2020) e Ambra (2021) ressaltam que, em termos acadêmicos, a gama de produções intelectuais brasileiras direcionadas a esse campo ainda é lacunar e ínfima. Sendo assim, é plausível inferir que a condução de novos escritos nesse âmbito, além de se somar ao exíguo escopo bibliográfico nacional, pode contribuir para ampliar a compreensão acerca do processo de subjetivação masculina e, por extensão, auxiliar na disseminação de concepções críticas relacionadas ao masculino.

Uma vez realizado este preâmbulo introdutório acerca do conceito de masculinidade(s), assim como delimitada a pertinência do presente estudo em consonância aos teóricos de gênero supracitados, cabe perguntarmo-nos: e quanto à psicanálise? Tendo em vista a referida indagação, Hoenisch e Oliveira (2016) destacam que as investigações relacionadas à construção subjetiva masculina ingressaram tardiamente na pesquisa psicanalítica. Em parte, isso ocorreu devido à longínqua concepção de que o homem já está “posto”, ou seja, que a masculinidade é uma condição naturalmente atribuída. De maneira

concomitante, Sampaio (2010), Muszkat (2011) e Ceccarelli (1998) asseveram que, embora a psicanálise seja atualmente caracterizada por sua centenaridade clínica, o arcabouço teórico psicanalítico ainda carece de reflexões que abarquem o masculino, constatação, por si só: “suficientemente problemática”, conforme alega Ambra (2021, p. 25).

Desde Freud ([1926]2014), a psicanálise tem tradicionalmente considerado a mulher como o seu grande enigma. Talvez devido a isso, constatamos uma dissimetria em termos de publicações acadêmicas que tenham como objetivo compreender as idiossincrasias do masculino. Semelhantemente, Ceccarelli (1998; 2013), Sampaio (2010) e Ambra (2021) reiteram que a quantidade de trabalhos psicanalíticos rumo a compreensões do feminino é reconhecidamente abundante, entretanto, estudos que visem circunscrever o masculino e suas peculiaridades são bem menos frequentes.

Em linhas gerais, tal quadro de negligência acadêmica pode ser facilmente averiguado se atentarmos para as quantidades díspares de monografias, dissertações e teses que versam sobre o feminino sob a perspectiva psicanalítica. Assim, se, por um lado, é possível constatar a exiguidade de produções literárias nacionais voltadas à exploração do homem e do universo masculino, sobretudo aquelas de matriz psicanalítica (Ceccarelli, 1998; 2013; Sampaio, 2010; Hoenisch e Oliveira, 2016; Ambra, 2021), por outro, autores de vertentes sociológicas e históricas destacam a importância de se conduzirem pesquisas interdisciplinares que se proponham a examinar a constituição subjetiva masculina. De todo modo, cabe notar que ambos os casos ressaltam a importância de compor novas produções científicas que visem circunscrever temas relativos ao masculino e à contemporaneidade. Nesse sentido, a feitura dessa dissertação justifica-se por duas razões, sendo elas, respectivamente: (1) escassez de produções acadêmicas sobre o tema; e (2) a urgência em elaborar e disseminar análises críticas que contemplem a esfera masculina.

Frente a isso, podemos, finalmente, delimitar o nosso objetivo. Sendo assim, esclarecemos que a presente dissertação tem como objetivo geral analisar a construção da(s) subjetividade(s) masculina(s), privilegiando em tal movimento um diálogo entre a psicanálise e os estudos de gênero. Destarte, sob a égide de referências tanto psicanalíticas quanto sociológicas, propomo-nos a responder especificamente às seguintes questões: em que consiste a masculinidade? Como um sujeito torna-se masculino?

Para tornar tal proposta viável, ratificamos que o trajeto metodológico estabelecido para este trabalho se dá a partir da pesquisa teórica em psicanálise, a qual, segundo Couto (2010), desempenha um papel preponderante na construção e na estruturação do

conhecimento, sendo regularmente utilizada em monografias, dissertações e teses. Nessa mesma direção, Naffah Neto (2006) comenta que a difusão de publicações teóricas no cenário de pós-graduações potencializa o crescimento e o aperfeiçoamento de conceitos, além de contribuir com o aumento da literatura e da circulação de ideias críticas.

Um ponto de partida interessante para conceitualizarmos a pesquisa teórica em psicanálise está na descrição de Garcia-Roza (1993, p. 119), a qual consiste em: “Submeter a teoria psicanalítica a uma análise crítica com finalidade de verificar sua lógica interna, a coesão estrutural de seus conceitos e as condições de sua possibilidade”. Diante dessa assertiva, evidenciam-se as reformulações críticas que o próprio Freud fizera ao longo de seus textos, nos quais conceitos como inconsciente, transferência e pulsão passaram por acréscimos e recomposições.

Dissertando sobre os pormenores históricos da produção freudiana, Herrmann (2004) relembra que mais de dois terços das publicações de Freud não eram descrições de análises. Sobre essa perspectiva, convém enfatizar que, apesar de a clínica ser um espaço privilegiado para construções de pesquisas, esta não apreende o seu monopólio. Assim, no decorrer de sua longínqua obra, Freud interessou-se por diversas temáticas – dentre elas, arte, cultura, sociedade e acontecimentos do seu tempo ganharam destaque (Pereira, 2019). De maneira complementar, entende-se que o desenvolvimento conceitual psicanalítico não se circunscreve exclusivamente em torno da atividade clínica. Logo, as pesquisas teóricas também demonstram sua relevância, inclusive, é claro, na sua articulação com a cultura.

Outro vetor significativo diz respeito ao uso recorrente que Freud fez da análise de fenômenos culturais para a compreensão de processos individuais. Não por acaso, Freud utilizou-se da obra de Sófocles *Édipo Rei* como forma de explicar a constituição psíquica humana, a sua trajetória e o vínculo de identificação com os pais, que se desdobrariam a ponto de construir um objeto de desejo na fase adulta. Dessa forma, Freud pôde aproveitar a tragédia grega como elemento teórico constituinte na formação da subjetividade. Similarmente, Herrmann (2004), Rosa (2004) e Pereira (2019) alegam que, por diversas e compreensíveis razões, a teoria psicanalítica pode abranger investigações sobre sociedade e cultura, uma vez que psicanalistas, sociólogos e antropólogos fazem uso recorrente deste arcabouço para apreender fenômenos sociais. A própria letra freudiana é evidente em afirmar que o individual e o social não se dissociam. Logo, o trabalho de investigação do funcionamento psíquico individual não exclui a dinâmica coletiva e suas particularidades (Freud, [1921]2011).

De volta às pesquisas psicanalíticas de cunho teórico, Figueiredo e Minerbo (2006) pontuam que essa modalidade não exige a presença de um psicanalista atuante. Dessa forma, embora esse modelo de pesquisa não decreta obrigatoriedade da formação do analista, suas prerrogativas teóricas fundamentam-se nas conjecturas clínicas. Sobre isto, Iribarry (2003) e, posteriormente, Pereira (2019) elucidam que pesquisas clínicas e teóricas não se estruturam de forma dicotômica. Destarte, sua organização se estabelece como modo de retroalimentação, e não oposição. Ademais, reitera-se que um estudo psicanalítico pode ser feito de maneira independente da atividade terapêutica, já que obras de arte, manifestações culturais e criações literárias podem ser objetos de pesquisas psicanalíticas universitárias.

Uma vez estabelecidos os pressupostos da pesquisa teórica no campo psicanalítico, é lícito salientar a sua interpelação com o fenômeno transferencial. Conforme delimitado por Berlink (2008), uma produção intelectual em psicanálise sustenta-se, em primeiro plano, pela transferência. Diante disso, é necessário levar em consideração as postulações básicas delimitadas por Freud ([1916-1917]2014) na construção do campo de conhecimento psicanalítico, em que conceitos como inconsciente e transferência mostram-se basilares na estruturação de pesquisas. Por conseguinte, Diniz (2018) esclarece que, no processo da pesquisa, o sujeito está sempre em busca de si, com seu objeto refletindo aspectos da subjetividade do pesquisador. Logo, a psicanálise não colabora com uma “quimérica” neutralidade científica, demonstrando, assim, ampla discordância do modelo positivista de ciência. Portanto, reiteramos que, apesar deste projeto definir-se como uma pesquisa teórica em psicanálise, não se exclui o aspecto transferencial de sua composição.

De maneira suplementar, é fundamental recapitular que os estudos de gênero atualmente se apresentam como uma ferramenta valiosa para (re)pensar o masculino/feminino. Consequentemente, embora privilegie a psicanálise como seu principal aporte teórico, este trabalho não desconsidera as contribuições advindas de outras áreas do conhecimento. De modo verossimilhante, Ambra (2021), Sampaio (2010) e Muszkat (2011), sustentam que a interlocução entre psicanálise e os estudos de gênero tem se mostrado particularmente frutífera em pesquisas acerca da subjetividade de homens e mulheres. Feitas as devidas explanações metodológicas, é chegado o momento de apontar mais detalhadamente o modo como a presente dissertação se estrutura.

No primeiro capítulo, intitulado: Gênero, masculinidade(s) e psicanálise, discorreremos brevemente a respeito da evolução histórica dos estudos de gênero (*Gender studies*). A princípio, os *Gender studies* caracterizavam-se como um campo de pesquisa eminentemente

feminista, entretanto, ao longo do tempo, essas investigações se expandiram para diversas disciplinas acadêmicas, incluindo, evidentemente, a psicanálise. Como veremos de forma pormenorizada, em Freud não encontramos o termo gênero, visto que, em língua alemã, uma só palavra engloba os significados de sexo e gênero – a saber: *Geschlecht*. Apesar disso, autores como Ambra (2021), Sampaio (2010) e Lattanzio (2011) advogam que a obra freudiana oferece contribuições substanciais ao tema, sobretudo por intermédio da noção de sexualidade infantil. Seguidamente, realizaremos um breve apanhado histórico da obra de Robert Stoller (1924-1991), centrando nossos esforços em deslindar o processo de integração da concepção de gênero à psicanálise⁵.

No segundo capítulo, “Um percurso histórico pela noção de masculinidade: da Grécia à Modernidade”, abordaremos alguns discursos que versam sobre a historicização do masculino. Conforme delimitado por Scott (1995; 1998), a apreensão crítica das dinâmicas de gênero requer a análise de fundamentos históricos que coordenam as definições de masculinidade e feminilidade em um dado contexto temporal. Em outras palavras, o conceito de masculinidade apresenta-se como mutável e interdependente de cenários sócio-históricos. Nesse sentido, Scott (1995; 1998) sustenta que, ao historicizarmos o masculino, evadimo-nos de compreensões simplistas que visam circunscrevê-lo em uma moldura estática e, por vezes, sedutora. Diante disso, conceitualizaremos a masculinidade em três períodos distintos, sendo eles respectivamente: Grego Clássico, Medieval e Moderno.

Na subsequente seção, denominada “A masculinidade na letra freudiana”, investigaremos as particularidades teóricas do masculino na obra de Freud. Em um primeiro momento, realizaremos breves explanações teóricas acerca de influências modernas que imbuíram parte das concepções de Freud sobre o masculino/feminino. Posteriormente,

⁵ Preliminarmente, convém esclarecer o motivo de a dissertação não utilizar, por exemplo, Lacan como um dos seus principais aportes teóricos para a apreensão do masculino. Nessa direção, enfatizo que pesquisas com referencial lacaniano já possuem relativamente ampla divulgação no meio psicanalítico nacional, como é o caso do recente trabalho de Ambra (2021). Além disso, confesso que, embora reconheça a grande relevância do psicanalista francês, este não desperta em mim o mesmo interesse que o referencial freudiano/stolleriano. Mais ainda, saliento as questões relativas ao tempo. Trabalhar Freud, Stoller e diversos autores que se debruçam nos estudos de gênero já é tarefa, por si só, bastante laboriosa. Logo, não parece prudente, em tempo hábil de mestrado, percorrer a perspectiva lacaniana do masculino. Por fim, cabe acrescentar que as proposições de Stoller (1982) e Lacan (1971[2009]) não apresentam confluências teóricas. Em síntese, para o psicanalista francês a “transexualidade típica”, explica-se por intermédio da operação de forclusão, comumente designada às estruturas psicóticas. Mais precisamente, Lacan (1971[2009], p.30) - embora recomende o livro de Stoller (1964) -, comenta que: “A face psicótica desses casos é completamente eludida pelo autor, na falta de qualquer referencial, já que nunca lhe chegou aos ouvidos a forclusão lacaniana, que explica com muita facilidade a forma desses casos”. Diferentemente do referencial lacaniano, para Stoller (1964) a transexualidade seria resultado de um processo simbiótico entre mãe-filho demasiadamente longo, não conflitivo e não interrompido. Consequentemente, o *infans* permaneceria identificado com a *protofemilidade* materna e, portanto, não se integraria ao Complexo de Édipo. Em termos conclusivos, é lícito inferir que a perspectiva stolleriana não reduz o fenômeno transexual à estrutura psicótica, evidenciando, assim, as divergências teóricas entre os dois analistas.

discorreremos a respeito das peculiaridades do masculino no pensamento freudiano em três vertentes, isto é: (1) a partir das noções de atividade e passividade; (2) como uma forma de amar e modelo antitético frente à feminilidade; e (3) mediante o complexo de Édipo e o complexo de castração (Freud, [1923]2018; [1924]2018; [1925]2018; [1931]2018; [1933]2018).

Na quarta parte, “Stoller e a masculinidade: uma convicção adquirida”, realizaremos um apanhado bibliográfico sobre o masculino na perspectiva do psicanalista norte-americano, centralizando nossa análise na concepção de “*identidade de gênero*” introduzida por Stoller (1982; 1993). Aqui, cabe salientar de antemão ressaltar que o período pré-edipiano tornar-se-á medular na construção da masculinidade/feminilidade. Logo, Stoller (1993) enfatiza que as primeiras experiências protagonizadas no âmago familiar contribuem para construção do *núcleo de identidade de gênero*. Destarte, a masculinidade estará relacionada à superação da *protofeminilidade* (Stoller, 1993).

Por fim, ao longo das nossas considerações finais, faremos algumas observações sobre os possíveis desdobramentos desta pesquisa. Além disso, teceremos apontamentos críticos em relação à escassez de estudos que versam sobre os homens e a masculinidade tanto no meio psicanalítico quanto em outras produções acadêmicas brasileiras. Em última instância, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para o aprimoramento da temática proposta, além de servir de amparo para investigações futuras. Sem mais preâmbulos, prossigamos.

1 GÊNERO, MASCULINIDADE(S) E PSICANÁLISE

Conforme salienta Scavone (2008), embora os estudos de gênero tenham obtido proeminência internacional a partir das décadas de 1970 e 1980, um leque relativamente diversificado de formulações teóricas pertinentes à temática já estava em curso em épocas pregressas. Em termos históricos, os anos subsequentes ao término da Segunda Guerra Mundial podem ser caracterizados como preâmbulo fundamental para as indagações acerca dos conceitos de sexo e gênero. Mais precisamente, Lerner (2019) em seu extenso trabalho dedicado a história da opressão das mulheres pelos homens, assevera que o período pós-guerra suscitou uma miríade de debates concernentes à liberdade sexual das mulheres, a reivindicação por melhores salários, a busca de carreiras profissionais mais satisfatórias, o direito ao divórcio e o direito à igualdade educacional. Tal efervescência impulsionou um movimento significativo em direção à (re)avaliação das dinâmicas sociais estabelecidas entre os sexos.

Diante desse cenário, a obra “*O segundo Sexo*”, de Simone de Beauvoir ([1949]2014), exerceu influências consideráveis na literatura, nas artes, na política e, em certa medida, na filosofia europeia e americana⁶. Redigido em dois volumes, o trabalho de Beauvoir ([1949]2014) busca – por meio de ácidas críticas – questionar a opressão masculina no decorrer da história ocidental. Em resumo, Beauvoir ([1949]2014) argumenta que a perspectiva androcêntrica associou o homem a atributos positivos e centralizadores, enquanto relegou à mulher uma posição negativa e particular. Com efeito, em virtude das características lógicas e racionais terem sido historicamente vinculadas à *imago* masculina, a mulher passou a ser designada como “o outro do homem”, uma espécie de figura dependente e frágil – aspecto que, segundo a literata, resulta em uma minoração de sua autonomia pessoal e social.

De modo abrangente, é verossímil ratificar que a pesquisa de Beauvoir ([1949]2014) simbolizou um marco importante para consolidação dos movimentos feministas e para as pesquisas sobre gênero. A respeito dessas últimas, apesar do trabalho de Beauvoir

⁶ Embora o trabalho de Beauvoir ([1949]2014) tenha exercido extraordinária influência no continente Europeu e, posteriormente, no mundo. É *mister* salientar que a autora não foi a primeira a questionar a opressão masculina e a desigualdade entre os sexos. Assim sendo, ressaltamos que o trabalho de Mary Wollstonecraft (1792) *A Vindication of the Rights of Woman*, redigido ainda no século XVIII, já se destacava como uma obra fundamental na defesa dos direitos das mulheres. Mais precisamente, Wollstonecraft (1792) sustentava que a educação e a autonomia são essenciais para a emancipação feminina e, concomitantemente, assinalava que as diferenças intelectuais e sociais entre homens e mulheres decorrem de uma educação diferenciada atribuída a cada sexo. Em síntese, Wollstonecraft (1792) desafiou as teorias predominantes de sua época, que afirmavam que as disparidades entre os sexos eram consequência de fatores biológicos e teológicos (Lattanzio, 2011).

([1949]2014) não haver conceitualizado o termo gênero, a autora veementemente contesta teses que se alicerçam em determinismos biológicos e, além disso, tece severas críticas a doutrina cristã por legitimar, por intermédio de suas leis, a submissão feminina e o peso do pecado original sobre a mulher. A partir dessas postulações, Beauvoir ([1949]2014) lança a ideia de que não se nasce mulher, mas se torna mulher. De acordo com Scavone (2008, p. 175), é imprescindível reiterar que: “essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar gênero”.

Fundamentadas nas contribuições literárias de Simone de Beauvoir ([1949]2014), Margaret Mead (1948) e Virginia Woolf (1933), as mulheres e o movimento feminista passaram a problematizar diversas concepções médicas que as limitavam aos cuidados maternos e ao suporte do conjugue. Nessa orientação, Giffin (1991) argumenta que, antes da década de 1960, a identidade feminina e a condição social da mulher eram estritamente associadas à hegemonia das explicações médicas e biológicas. Portanto, para as disciplinas supramencionadas, pelo fato de possuírem útero, vagina e taxas hormonais diferentes, o sexo feminino seria predestinado ao parto e à vida doméstica. Em outras palavras, as alegações supostamente científicas vigentes nos séculos XVIII, XIX e início do XX, buscavam estabelecer uma correspondência direta entre atributos fisiológicos e papéis sociais. Em oposição a essa perspectiva, as teóricas feministas das décadas de 1940 e 1950, passaram a aferir que a identidade feminina é construída, sobretudo, por meio de interações sociais. A respeito disso, Griffin (1991, p. 194) destaca que:

No processo dialético do estudo da mulher, pela mulher, a tese mulher é uma categoria biológica foi substituída pela antítese mulher é uma construção social e, finalmente, pela síntese os fatos biológicos foram processados ao nível do social, que inclui as atividades científicas que, por sua vez, reforçaram os estereótipos tradicionais que enfatizam os fatores biológicos. Nas análises realizadas pelas mulheres, o conceito “gênero” passa a substituir o conceito “sexo” num recorte do objeto que é, agora por definição científica, uma construção social.

Para autores como Scavone (2011), Lerner (2019) e Griffin (1991), é justamente a compreensão de que a identidade feminina é construída a partir de um conjunto complexo de dinâmicas sociais que permite questionar e relativizar o caráter aparentemente determinista imposto pelas ciências médicas. Em suma, essa nova apreensão se contrapõe à concepção convencional que restringia a condição feminina à sobredeterminação de caracteres

biológicos, dessa forma, realçando, de maneira antagônica, a influência do ambiente familiar e cultural na formação da subjetividade feminina.

Ademais, sob a égide de referências marxistas e beauvorianas, feministas e mulheres engajadas na luta por igualdade no ambiente de trabalho e no acesso a direitos contraceptivos, passaram a advogar que, dado o caráter socialmente construído dos papéis relativos aos sexos, estes podem, mediante a esforços e reivindicações políticas persistentes, serem igualmente desconstruídos – ou, (re)estruturados. Logo, levando à possibilidade de uma sociedade mais justa, na qual homens e mulheres possam participar equitativamente da esfera pública. De maneira suplementar, é lícito reiterar que, apesar de tecerem severas críticas à subordinação feminina e às restrições sociais impostas devido a seus desígnios biológicos, as teóricas feministas – nesse momento preambular – ainda não utilizavam o termo gênero. Isso porque o conceito em voga foi oficialmente cunhado somente em 1955, pelo psicólogo e sexólogo norte-americano John Money (1921 – 2006), o qual será abordado mais detalhadamente nos tópicos seguintes.

De todo modo, cabe destacar que, o prelúdio das indagações sobre gênero se deve, em grande parte, às mulheres, que, alicerçadas pelo movimento feminista e tendo em face as constantes injustiças e desigualdades das quais são vítimas, propuseram-se a questionar papéis de gênero estruturados culturalmente. Outrossim, de acordo com Scott (1995; 1998), será somente a partir da década de 1970, que as pesquisas sobre gênero adquiriram um *status* de interdisciplinaridade, sendo utilizado como uma categoria útil de análise por teóricos da sociologia, antropologia, filosofia e história.

No que tange ao campo de pesquisas dedicados aos estudos de gênero e masculinidade(s), Oliveira (2020) ressalta que as primeiras articulações teóricas fundamentadas no âmbito dos estudos de gênero estiveram quase que, exclusivamente direcionadas para os estudos da mulher, sendo provável que a escassez de questionamentos sobre a subjetividade masculina se devesse também à forma como os homens historicamente foram concebidos como gênero hegemônico. Nessa direção, Bourdieu (2002) assinala que, pelo fato de o androcentrismo haver sido uma marca acentuada no ocidente, o homem tendeu a ser majoritariamente tomado como regra – e, por isso, considerado autoevidente –, enquanto a mulher, por ser entendida como exceção, tornou-se objeto de extensas pesquisas acadêmicas.

Finalmente, no que se refere à psicanálise, a ampliação de suas produções integradas aos estudos de gênero, ocorreu – ainda que de modo discreto – na década de 1960,

destacando-se como precursores dessa empreitada: Ralph R. Greenson (1911-1979) e Robert Stoller (1924-1991). Em síntese, ambos se fundamentam nos conceitos freudianos de inconsciente, sexualidade e pulsão, destacando o papel das primeiras relações objetais como preâmbulo central na aquisição da identidade de gênero. Como veremos mais detalhadamente nas próximas páginas, embora Freud não tenha utilizado o termo gênero ao longo de sua obra, suas formulações acerca da psicosexualidade infantil, pulsão e complexo de Édipo fornecem um quadro robusto de conceitos que possibilitam a análise da formação subjetiva de homens e mulheres. Dito isso, passemos ao próximo tópico.

1.1 Freud: sexo e gênero

Na obra freudiana não encontramos o conceito operatório de gênero, isso porque, conforme sustenta Laplanche (2003), a língua alemã não permitia que Freud fizesse uso do termo, visto que a palavra *Geschlecht*, simultaneamente, designa “sexo” e “gênero”. Entretanto, ainda segundo Laplanche (2003), Ceccarelli (2010) e Lattanzio (2011), em alguns poucos momentos de sua produção teórica, é possível inferir que Freud empregou o vocábulo *Geschlecht* referindo-se a gênero. Mais precisamente, em seu escrito *sobre as teorias sexuais infantis* ([1908]2015), Freud nos propõe imaginar uma situação em que, despojados de nossa constituição anatômica – ou “existência corpórea” – chegássemos ao planeta Terra como “seres puramente pensantes”. Neste cenário desconhecido, argumenta Freud ([1908]2015, p. 394), o que mais nos chamaria atenção é a existência de dois “sexos” que: “embora muito semelhantes em outros aspectos, marcam sua diferença com patentes sinais exteriores”. De maneira sumária, tal distinção seria feita apenas levando em conta os signos externos mais óbvios, dessa forma, desconsiderando a possibilidade de uma diferença anatômica entre ambos.

Diante desse contexto, Laplanche (2003) advoga que a tradução mais apropriada para a ocasião seria “gênero” e não “sexo”, pois seriam os hábitos distintos adotados por homens e mulheres que capturariam o fascínio dos longínquos visitantes, e não suas dessemelhanças genitais. Analogamente, Freud ([1908]2015) prossegue sua aferição, argumentando que, o *infans* imerso desde o nascimento no universo cultural e discursivo da sociedade a qual é pertencente, aceita sem maiores questionamentos a existência de um pai e de uma mãe e, por extensão, posiciona-se – ou, identifica-se com o passar do tempo – como membro de uma categoria ou outra de pessoa (homem/mulher). Por conseguinte, torna-se verossímil aferir que

a letra freudiana enuncia como primeira distinção executada pela criança o binômio homem/mulher ou pai/mãe. Considerando essa fundamentação, psicanalistas de épocas vindouras argumentaram que o percurso identificatório que começa anteriormente ao complexo de castração faz-se essencial para a construção da noção de identidade de gênero (Ceccarelli, 2010; Lattanzio, 2011).

Outrossim, é lícito reiterar que embora a obra freudiana detenha uma importância magistral, Freud não aprofundou suficientemente as relações entre o período pré-edipiano e seu elo com a construção do núcleo de identidade de gênero. Nesse sentido, Sampaio (2010) alega que será somente em um momento posterior que psicanalistas, especialmente aqueles ligados as pesquisas interdisciplinares – Stoller, (1964) e Greenson, (1966) –, centralizaram seus esforços em estudar a etapa pré-edipiana como um marco central na construção da identidade masculina e feminina. Feita essa ressalva, cabe perguntarmo-nos: considerando que Freud não utilizou o termo “gênero” em seus escritos e, por extensão, não ancorou suas teorias sobre masculinidade/feminilidade em estágios remotos do desenvolvimento humano, como então ele concebe a aquisição da masculinidade?

No que tange a Freud ([1926]2014, p. 164), é bem-sabido que não foi o masculino, mas sim o feminino o grande enigma de suas investigações, sendo a mulher considerada um “dark continent”. Na obra freudiana, o que temos sobre a aquisição da masculinidade encontra-se, em geral, disperso nos variados textos que a compõem. Sendo assim, a masculinidade aparece continuamente em paralelo à questão do tornar-se mulher e à problemática edipiana (Oliveira, 2020b). Outro conceito que demanda nossa atenção ao estudar o masculino em Freud é a “bissexualidade constitucional”. Sua definição implicaria que em todo ser humano transcorresse uma síntese de traços masculinos e femininos coexistentes (Afonso, 2007).

Como veremos posteriormente, tanto o complexo de Édipo como a bissexualidade constitucional representam valiosas formulações dos escritos de Freud. Ademais, conforme salienta Sampaio (2010), o estudo da masculinidade na obra freudiana requer o exame minucioso de dois momentos distintos em sua escrita. *A priori*, a masculinidade estará correlacionada enquanto atividade/forma de amar, aspecto explícito em: *Rascunho K* ([1896]1990), *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa* ([1896]1990), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* ([1905]2011), *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* ([1910]2018), *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* ([1912]2018) e *O tabu da virgindade* ([1918]2018). Em um segundo momento, as

formulações sobre o masculino se voltam para o complexo de Édipo e os estudos sobre a feminilidade (Freud, [1923]2018; [1924]2018; [1925]2018; [1931]2018; [1933]2018).

A princípio, a perspectiva clássica freudiana sustenta que a masculinidade e a feminilidade estariam relacionadas à atividade/passividade e aos possíveis destinos do complexo de Édipo. Tais aspectos seriam introjetados por intermédio das posições fálico/castrado, sendo esta última, o alicerce para a construção da identidade sexual (Afonso, 2007). Observa-se nessa concepção inicial que a masculinidade estaria relacionada à atividade fálica promovida pela identificação com o pai. Entretanto, cabe frisar que, nas formulações de Freud ([1925]2018; [1931]2018), é justamente a feminilidade que o intriga, conduzindo-o a afirmar que esta última só é assumida após um percurso de luta.

Do ponto de vista histórico, Roudinesco (2016) e Gay (2012) salientam que, a partir dos anos 1920, analistas como Karl Abraham, Otto Rank, Melanie Klein, Sándor Ferenczi e o próprio Freud se empenharam em pesquisar e redigir textos sobre feminilidade, nascimento/maternidade, sexualidade feminina e constituição subjetiva da mulher. Nesse sentido, o período vitoriano acentuou uma significativa querela de estudos sobre a mulher e a feminilidade. Conforme salienta Simões (2017), o interesse em explorar o “continente obscuro” surgiu, em grande medida, devido às intensas transformações sociais resultantes das guerras mundiais e, conseqüentemente, da ascensão das mulheres ao mercado de trabalho. Assim, gradualmente as mulheres passaram a ocupar papéis como os de comerciantes, operárias, professoras, escritoras e psicanalistas, rompendo com a concepção patriarcal que as relegava, exclusivamente, aos cuidados maternos e do lar. Com efeito, toda essa efervescência social instigou os círculos psicanalíticos a reexaminarem suas explanações sobre o suposto sexo frágil.

Em vista disso, a constituição subjetiva masculina não foi priorizada nos estudos psicanalíticos de modo geral. Isto porque, desde Freud, considerava-se que ela (a masculinidade) fosse a “via normal” do desenvolvimento (Poli, 2007). Entre os psicanalistas anteriormente citados, o único a compor um trabalho específico sobre a sexualidade masculina foi Sándor Ferenczi em um escrito denominado: *Thalassa: Ensaio sobre a teoria da genitalidade* ([1924]1968) – o qual será comentado *a posteriori*. Ademais, embora ao longo dos séculos as teorias de vertentes antropológicas e sociológicas tenham questionado ostensivamente os papéis de gênero, pouco se produziu sobre a construção da subjetividade masculina, como se: “...possuir um pênis constituísse em si uma garantia, espécie de salvo

conduto, permitindo a passagem ‘natural’ da fase masculina à masculinidade” (Ceccarelli, 1998, p. 03).

Em análise suplementar, Ceccarelli (1998; 2013), ao discorrer acerca da escassez de produções psicanalíticas direcionadas ao masculino, destaca um curioso ponto. Segundo o autor, uma significativa fração dos artigos sobre a sexualidade feminina foi redigida por homens. Ora, a hipótese aqui é a de que boa parte da elaboração teórica sobre a sexualidade feminina seria, no fundo, um subterfúgio utilizado pelos homens para não terem que lidar com a construção de sua própria sexualidade. Em perspectiva semelhante, Sampaio (2010) argumenta que, pelo fato de a sociedade ocidental haver sido historicamente constituída sob ditames androcêntricos, os homens – em especial, aqueles pertencentes ao modelo hegemônico – evadiram-se de reflexões críticas sobre suas próprias identidades sexuais, optando por produzir teses acerca da sexualidade feminina.

Já encaminhando-nos para os comentários conclusivos dessa seção, reiteramos que as posições teóricas de Freud acerca da masculinidade e feminilidade, embora oscilem entre formulações inovadoras – como o complexo de Édipo e a sexualidade infantil – e confissões de humildade, especialmente em relação à sexualidade feminina, pavimentaram caminhos teóricos para que futuros analistas engajados em estudos interdisciplinares ampliassem o escopo psicanalítico sobre a constituição subjetiva de homens e mulheres. Talvez, o leitor mais circunspecto, tenha observado que esse tópico não explorou as concepções freudianas acerca da masculinidade e da feminilidade de modo exaustivo, isto porque, a intenção por ora foi realizar um breve comentário sobre algumas posições do autor, de forma a demonstrar como o caminho para a teorização de gênero já estava aberto em alguns de seus escritos – sobretudo no texto *sobre as teorias sexuais infantis* ([1908]2015). Posto isso, no próximo tópico discorreremos, mais detalhadamente, a respeito da interrelação entre psicanálise e estudos de gênero, objetivando demonstrar como o conceito de gênero se inseriu (canonicamente) e se desenvolveu na teoria psicanalítica.

1.2 Robert Stoller: a inserção do termo gênero em psicanálise

Robert Jesse Stoller (1924 – 1991) foi um psiquiatra e psicanalista norte-americano que realizou boa parte de sua obra na *Gender Identify Research Clinic* da universidade de Los Angeles. A obra stolleriana é composta de inúmeras publicações, entre elas, sublinho: *A experiência Transexual* (1982), *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*

(1993), *Perversão: A forma erótica do ódio* (1975) e *Excitação Sexual: Dinâmica da vida erótica* (1981). Apesar de suas numerosas publicações, foi seu trabalho pioneiro e inovador sobre transexualidades que lhe rendeu reconhecimento internacional, transformando-o em uma referência global sobre o assunto. Em especial, em sua obra *Sex and Gender: The development of masculinity and femininity* (1968), Stoller ao estudar as particularidades da dinâmica transexual, inaugurou a introdução da categoria de gênero aos estudos psicanalíticos.

Em suma, a compreensão stolleriana parte do pressuposto de que faltava ao freudismo clássico uma categoria que permitisse diferenciar radicalmente a pertinência da anatomia (o sexo) da pertinência de uma identidade social ou psíquica (o gênero). Dessa forma, o termo “gênero” é utilizado por Stoller pela primeira vez em 1968 com o objetivo de melhor delimitar os aspectos da psicosssexualidade que são “independentes” do biológico. E em sua compreensão: “[...] sexo e gênero de modo algum necessariamente estão relacionados” (Stoller, 1993, p. 21). Embora a inserção do conceito operatório de gênero na teoria psicanalítica seja atribuída a Stoller (1968), é pertinente salientar que o primeiro teórico a utilizar o termo gênero no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e designo identificatório individual – na época chamado de: “sexo psicológico” –, foi o psicólogo e sexólogo norte-americano Jonh Money (1921 – 2006).

Fascinado em estudar casos de sujeitos hermafroditas – ou, intersexuais –, Money (1955) estava convencido de que essa condição ofereceria uma oportunidade singular de desvelar novas evidências a respeito do desenvolvimento da orientação sexual humana. Em outras palavras, o hermafroditismo representava para ele uma espécie de “experimento natural”, no qual as variadas manifestações de ambiguidade sexual biológica possibilitariam uma chance ímpar de se medir quais fatores teriam maior influência na formação dos papéis de gênero (*gender roles*) desses sujeitos. Destarte, Money (1955) empenhou-se em investigar qual aspecto seria mais determinante para a aquisição dos papéis de gênero: o sexo cromossômico (gonadal, hormonal e fisiológico) ou o sexo designado pelos criadores do neonato, aliado às influências ambientais (Lattanzio, 2011; Cossi, 2018).

Em termos conclusivos, Money (1955) infere que na maioria dos casos – mais precisamente: dentre os 17 sujeitos hermafroditas investigados, 14 alegaram adotar os papéis de gênero atribuídos em sua criação, mesmo quando estes divergiam de suas características gonadais inatas (p. 254) – a influência ambiental e as experiências de sociabilidade predominam sobre os aspectos biológicos na determinação dos papéis de gênero. Uma vez

lograda tal conclusão, Money (1955) em um artigo posteriormente escrito em colaboração com médicos endocrinologistas, define, finalmente, o termo papel de gênero (*gender role*). Segundo o autor:

Pelo termo papel de gênero, nós queremos dizer todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se mostrar como tento o *status* de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Isso inclui, mas não restringe à sexualidade no sentido do erotismo. Um papel de gênero não é estabelecido no nascimento, mas é construído cumulativamente através de experiências defrontadas e negociadas – através de aprendizagens causais e não planejadas, através de instruções explícitas e inculcações, e através de, espontaneamente, colocar juntos dois e dois para formar às vezes quatro e às vezes, erroneamente, cinco. Resumindo, um papel de gênero é estabelecido de maneira muito similar a uma língua nativa (Money et al., 1955, p. 285, tradução: Lattanzio, 2011).

Em consonância com o supramencionado, Money (1955) sustenta que um papel de gênero é sobretudo adquirido mediante aprendizagens causais e dinâmicas afetivas interpessoais. Ademais, há de se assinalar que, para Money (1955), a inserção subjetiva de gênero ocorre por intermédio da noção de *imprinting*. Segundo Lattanzio (2011), originalmente o termo *imprinting* foi utilizado pelo etólogo Konrad Lorenz (1903 – 1989), na tentativa de elucidar como uma função psicológica instituída após o nascimento de gansos pode tornar-se extraordinariamente difícil de ser erradicada. Analogamente, Money (1955) sustenta que o estabelecimento da identidade de gênero em seres humanos ocorreria de maneira verossimilhante, por meio de um processo de *imprinting* psicológico gerado nos anos iniciais da vida.

Decerto, as posições teóricas de Money (1955) foram alvo de severas críticas, visto que, aparentemente, o autor negligenciou as diferenças neurológicas e cognitivas existentes entre seres humanos e gansos e, além disso, não se empenhou em explorar nenhum outro argumento além dessa simplória comparação. Outrossim, é crucial destacar que, na época em que Money (1955) desenvolvia suas teorias, o processo de inserção subjetiva de papéis de gênero ainda não havia sido relacionado com o conceito de identificação (Cossi, 2018; Lattanzio, 2011). Foi somente, uma década mais tarde, que o psicanalista Ralph Greenson (1966) buscou vincular o transcurso da aquisição de gênero aos processos identificatórios.

Em termos introdutórios, Ralph Greenson (1911-1979) foi um psicanalista e pesquisador da Universidade da Califórnia, reconhecido como um dos primeiros teóricos a se dedicar ao estudo da identidade de gênero. Conforme alega Lattanzio (2011), com base no caso Lance, um menino de cinco anos com problemas de identidade de gênero, Greenson (1966) começou a formular sua concepção de “des-identificação” como um estágio essencial para o estabelecimento da identidade de gênero. De acordo com Greenson (1966), Lance aos

cinco anos começou a apresentar uma compulsão em usar roupas de sua mãe e irmã. Além disso, na escola, o garoto brincava exclusivamente com meninas e, não raramente, optava em divertir-se com bonecas *Barbies* em casa.

Em resumo, Greenson (1966) acompanhou o caso por quatorze meses, optando em manter uma frequência de quatro sessões semanais. Durante as sessões – realizadas na casa de Greenson –, o psicanalista ofereceu-se como um modelo masculino de identificação, chegando a brincar com o garoto na piscina ou mesmo compartilhando itens de vestuário pessoal. Ao longo do processo terapêutico, Lance foi gradativamente substituindo os laços identificatórios que o ligavam à feminilidade da mãe pelos laços transferenciais criados por Greenson. Em paralelo, uma maior convivência com o pai foi estimulada e encorajada. Perto do término do período de quatorze meses, Greenson (1966) descreveu Lance usando orgulhosamente botas de *cowboy* e envolvido em brincadeiras com o boneco *Ken*.

Em seu trabalho posterior ao caso, intitulado como: *A transvestite boy and a hypothesis* (1966), o psicanalista norte-americano formula a hipótese de que em etapas rudimentares do desenvolvimento do *Eu (Ich)* amar o objeto seria equivalente a tornar-se o próprio – tal concepção para Greenson (1966), explicaria também a gênese do “travestismo”, visto que, as roupas utilizadas durante o desempenho performático deste último representariam metaforicamente a pele do objeto materno introjetado. Ainda segundo Greenson (1966), os primeiros anos de vida do *infans* são marcados por uma fusão simbiótica com a mãe. Com efeito, o autor enfatiza que somente por intermédio do processo de des-identificação, isto é, o esforço inconsciente empreendido pelo infante para desvincular-se libidinalmente do objeto materno e identificar-se com objetos posteriores, é que o sujeito poderá atingir a individuação. Em última análise, Greenson (1966) conclui que, em decorrência da des-identificação propiciar uma inversão de objeto primário (mãe→pai) a aquisição da masculinidade seria mais tortuosa para os homens do que a obtenção da feminilidade seria para as mulheres.

Ancorado nas pesquisas de Money (1955) e Greenson (1966) e, sobretudo, alicerçado em observações clínicas de 85 pacientes transexuais e 63 membros de suas famílias, Stoller em 1968, publica a obra *Sex and Gender*. De maneira pormenorizada, nesse trabalho, Stoller (1968) aborda temas referentes à aquisição da identidade de gênero e, conseqüentemente, o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade em crianças. Destarte, Stoller (1968) incorpora à sua obra a noção de *imprinting* psicológico, previamente utilizado por Money

(1955), e integra a concepção de des-identificação proposta por Greenson (1966) ao processo de formação da identidade de gênero.

Na perspectiva de Stoller (1968), a identidade de gênero origina-se em um processo que ocorre externamente, antes mesmo que o *Eu (Ich)* esteja suficientemente formado. Nesse sentido, a investigação teórica de Stoller leva profundamente em consideração os primeiros anos de infância de seus pacientes. Essa *odisseia* através das ruínas psíquicas do sujeito o conduziu a acreditar que o processo formador de identidade de gênero efetua-se por intermédio de um processo de *imprinting* primário – ainda pré-edipiano. Em outras palavras, o núcleo de identidade de gênero será resultado das aquisições de masculinidade e feminilidade em um momento primordial (Stoller, 1993). Para o psicanalista norte-americano, a primeira forma de identidade de gênero se origina na simbiose com a mãe, na qual não existe fronteira anatômica, nem tampouco psíquica. Nessa perspectiva, a identificação primeva pré-verbal – *imprinting* ou simbiose materna – pode naturalmente incrementar o desenvolvimento da feminilidade na menina. Porém, para o menino ela se tornará um obstáculo a ser superado na construção da masculinidade. Em síntese, Stoller (1968) demonstra consonância com a tese proposta por Greenson (1966) e, portanto, sustenta ser precípuo o transcorrer de um processo de des-identificação para o desenvolvimento da identidade masculina. Nas palavras do autor: “A masculinidade nos homens não é simplesmente um estado natural que precisa ser preservado para desenvolver-se sadiamente, ao contrário, ela é uma conquista” (Stoller, 1993, p.37).

Como evidenciado, em contraste com a perspectiva freudiana, na qual a feminilidade só é assumida após um percurso de luta (Poli, 2007), Stoller (1993) postula que a masculinidade será uma convicção adquirida após a superação do vínculo simbiótico com a feminilidade da mãe. Mais precisamente, a masculinidade será: “uma densa massa de convicções, uma soma algébrica” (p. 28). Em virtude disso, Stoller (1993) preconiza que a masculinidade não surge de modo congênito ou natural. Ao contrário, ela também seria um fator adquirido.

Conforme será explorado em capítulos posteriores, as compreensões stollerianas⁷ caracterizam-se por inverter determinadas concepções freudianas clássicas sobre a construção

⁷ Por fim, logro ser importante também justificar a escolha do referencial stolleriano. Assim, esclareço que a escolha por privilegiar a concepção teórica stolleriana se justifica por intermédio de dois pontos. Primeiramente, trata-se de uma predileção pessoal, pois esclareço que em minha experiência clínica na grande São Paulo tive a oportunidade de atender pacientes transexuais. Esses sujeitos, embora reconheçam possuir um corpo anatômico de macho ou fêmea, experienciam uma profunda estranheza, uma inquietação: o corpo lhes parece infamiliar (Gonçalves; Ceccarelli, 2020). Diante disso, minhas reflexões clínicas corroboraram os pressupostos delimitados

das noções de masculinidade e feminilidade. Além disso, é crucial destacar que as contribuições teóricas de Stoller (1968; 1993) foram responsáveis por inserir a psicanálise – sobretudo anglo-americana – em um diálogo mais amplo com os estudos de gênero e a teoria *queer*. Sua abordagem inovadora possibilitou a inclusão da teorização de gênero dentro do arcabouço conceitual psicanalítico. Nesse sentido, autores como: Afonso (2007), Ferraz (2008), Sampaio (2010) e Cossi (2018) ressaltam que as concepções teóricas de Stoller se mostram profícuas e confluentes nos estudos de gênero, sendo: “cada vez mais temerário negar a importância de sua utilização para compreensão da constituição subjetiva masculina”. (Sampaio, 2010, p.137). Feitas essas considerações sobre a inserção do conceito de gênero à teoria psicanalítica, avancemos agora a um percurso histórico pelas noções de masculinidade em três tempos: Antigo, Medieval e Moderno. Que façamos uma proveitosa jornada.

por Stoller (1982) ao reiterar que o macho não é suficiente para constituir o homem, e nem tampouco a fêmea para constituir a mulher. A partir disso, impulsionado pela transferência, surgiu-me o seguinte questionamento: se o sexo biológico não é garantia para condição masculina, em que consiste a masculinidade?

2. UM PERCURSO HISTÓRICO PELA NOÇÃO DE MASCULINIDADE: DA GRÉCIA ANTIGA À MODERNIDADE

“Eu sou homem e nada do que é humano me é estranho”
(Terêncio, 185 – 159 a.C.).

De acordo com Boschi (2007) estudar fenômenos históricos não é exclusividade ou privilégio do historiador. Nesse sentido, vários campos do conhecimento, incluindo a filosofia, a sociologia, a psicologia, entre outros, podem engajar-se em historicizar conceitos provenientes de seus respectivos campos do saber. Ainda segundo o autor, ao buscar contextualizar historicamente os fenômenos estudados, o pesquisador concede uma apreciação mais ampla e profunda do objeto por ele analisado. Dessa forma, enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para o desenvolvimento de reflexões críticas acerca da temática em pauta.

De maneira análoga, Scott (1995; 1998) advoga que, para se obter uma compreensão mais ampla e profícua a respeito dos homens e da masculinidade, é essencial investigar suas facetas históricas. Em síntese, Scott (1995; 1998) ressalta a importância de se analisar as noções de masculinidade(s) dentro de seus respectivos contextos temporais. Por conseguinte, a historiadora sustenta que o conceito de masculinidade – assim como o de identidade de gênero – está intrinsecamente ligado à influência de processos sócio-históricos e culturais. Nessa perspectiva, ao privilegiar a análise histórica das dinâmicas de gênero, tornar-se possível obter uma compreensão mais abrangente dos processos de subjetivação masculina ao longo dos séculos.

Sob uma ótica suplementar, Connell e Messerschmidt (2013) argumentam que o conceito de masculinidades se forma a partir de uma complexa interseção de fatores sociais e culturais. Com efeito, o conceito em voga não deve ser interpretado de modo estático ou unidimensional. Destarte, Connell e Messerschmidt (2013) sustentam que o estudo da masculinidade(s) pressupõem a análise de suas confluências com elementos como: raça, classe, gênero, orientação sexual e *status* financeiro. Ambos os autores asseveram que para se compreender satisfatoriamente a construção da identidade masculina, faz-se essencial examinar como a noção de masculinidade/virilidade manifestou-se em épocas pregressas. Posto isso, os tópicos subsequentes abordaram a concepção de masculinidade(s) em três períodos distintos, sendo eles, respectivamente: helênico clássico, medieval e moderno. Sem mais delongas, mãos à obra.

2.1 Masculinidades Gregas

“O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”.
(Protágoras, 481-402 a.C.).

Qual é a essência do masculino? Embora a pergunta suscite uma quantidade relativamente volumosa de pesquisas contemporâneas, sua origem remete ao período grego clássico. De acordo com Pinheiro e Couto (2008), a civilização grega forneceu elaborações medulares sobre o masculino que, ao longo dos séculos, permearam a sociedade e a cultura ocidental. Similarmente, Vigarello (2013) enfatiza que as compreensões helenísticas acerca da masculinidade e da feminilidade atravessaram o tempo, fornecendo longínquas idiosincrasias nas relações entre gêneros.

Amantes da filosofia, da estética, da política e das artes, os gregos elaboraram uma miríade de concepções sobre os sexos, sobretudo pautadas em construções filosóficas/mitológicas que, paulatinamente, influenciaram a civilização ocidental. Em *O Banquete*, de Platão, Aristófanes, em meio aos diversos discursos acerca do amor, apresenta um mito que explica a origem das duas formas de se conceber socialmente o sexo. De acordo com o dramaturgo grego, inicialmente a humanidade era composta por seres majoritariamente arredondados, possuindo quatro mãos, quatro pernas, dois órgãos sexuais, uma cabeça e dois rostos. Esses seres seriam classificados em três tipos: (1) puramente masculinos; (2) puramente femininos e (3) andrógenos – estes possuíam aspectos masculinos e femininos em sua composição. Orgulhosas e intimidadoras, essas criaturas rebelaram-se contra os deuses e, em castigo, foram cortadas ao meio, assim originando homens e mulheres, os quais passariam o resto da vida procurando suas respectivas metades (Pinheiro e Couto, 2008).

Diante desse contexto, Laqueur (2001) elucida que na cultura grega originalmente concebia-se a existência de apenas um sexo biológico, o qual poderia, contudo, manifestar-se de duas formas diferentes no indivíduo. Nessa lógica, homens e mulheres portavam o mesmo sexo. Em síntese, a diferença fundamental entre ambos consistia no fato de que os homens, por supostamente terem recebido mais calor vital no período da gestação, teriam o pênis e os testículos exteriorizados durante seu desenvolvimento fetal. As mulheres, por outro lado, devido a uma insuficiência de calor vital, desenvolveriam seus órgãos de maneira interna. Consequentemente, a vagina era então compreendida como um pênis invertido.

Ainda conforme Laqueur (2001), o sistema helênico de sexo único classificava os homens como o modelo mais próximo da perfeição, devido à maior manutenção de calor vital, musculatura mais volumosa e maior aptidão para atividade intelectual. Por conseguinte, as mulheres e o sistema reprodutor feminino eram interpretados como faltosos ou subdesenvolvidos. Ao seguir discorrendo sobre o modelo de sexo único, Laqueur (2001, p. 42) reitera que as mulheres eram comumente descritas como: “homens invertidos, menos perfeitas [...] têm exatamente os mesmos órgãos, mas em lugares exatamente errados”. Com efeito, a crença na imperfeição feminina acabou por permear os sistemas filosóficos gregos.

Sampaio (2010) esclarece que o monismo sexual encontrou reverberações no pensamento aristotélico, que passou a compreender a fêmea como modelo imperfeito, menos desenvolvido e menos apto a realizar atividades lógicas. Em *A política*, Aristóteles (2006) argumenta que as relações entre homens e mulheres estão pautadas na hegemonia dos primeiros e na inferioridade das segundas, constituindo assim uma série de díades: governante/ governada, voz ativa/ voz passiva, déspota/submissa. Segundo esse raciocínio, portanto, as relações entre homens e mulheres estariam constantemente marcadas por uma dicotomia hierárquica que reafirma a superioridade do masculino em múltiplos âmbitos.

Apoiados nas ideias de Laqueur (2001), Sampaio (2010) e Pinheiro e Couto (2008) ratificam que o sistema anatômico exposto pelo *one-sex-model* acima mencionado – pênis e testículos exteriorizados/ vagina e ovários interiorizados – logrou importantes consequências em termos de organização social. Assim, entendia-se que, por supostamente possuir uma organização biológica externalizada e maior propensão a atividades lógico/rationais – aspecto defendido por diversos filósofos –, aos homens, caberia a vida pública, a política, o comércio e a guerra. De maneira antagônica, as atividades femininas deveriam se pautar nos compromissos com o lar (*oîkos*), agricultura, tecelagem e cuidados maternos.

Ao discorrer sobre as configurações sociais helênicas, Sartre (2013), por sua vez, alega que os gregos deixaram uma imagem relativamente coerente a respeito das relações entre os gêneros. De acordo com o historiador francês, a dinâmica entre os sexos balizou-se exaustivamente em princípios de oposição. Com efeito, masculinidade e feminilidade se apresentaram como construções antitéticas que se refletiam em comportamentos sociais, políticos e religiosos. Nesse sentido, homens e mulheres possuíam condições pré-estabelecidas para sua condução de vida na *pólis*. Outrossim, uma das diferenças capitais entre ambos estava no acesso à palavra política – atividade exclusivamente masculina. Ainda de acordo com Sartre (2013), a maestria, a persuasão e a eloquência do discurso político eram

então tomadas como sinônimos de virilidade. Para os gregos, sobretudo, os atenienses, o domínio da retórica era um meio para manifestar a *andreía*, mas não o único.

Há de se assinalar que o conceito de *andreía* se constituía como princípio fundante da masculinidade grega clássica. Conforme delimitado por Sartre (2013), o termo aparece pela primeira vez na obra *Os sete contra Tebas*, de Ésquilo. Em linhas gerais, é possível definir *andreía* como conjunto de características desejáveis para a composição do macho viril, sendo elas, respectivamente: persuasão, coragem, força física, astúcia, equilíbrio moral, eloquência intelectual e beleza corporal. Ademais, embora essa definição do masculino transcorra toda a civilização grega, é possível verificar determinadas divergências entre Atenas e Esparta.

Em Atenas, a formação da identidade masculina estruturava-se por intermédio de preceitos educacionais, militares e cívicos. Dessa forma, o sistema pedagógico visava desenvolver nos jovens uma harmonia entre suas qualidades físicas e mentais. A formação educacional básica do ateniense mesclava atividades como o ensino da música, poesia, filosofia, mitologia, dança e ginástica. Com isso, o Estado objetivava formar cidadãos “perfeitos”, mestres da palavra, atletas exemplares e bons conselheiros (Ferreira, 2010). Segundo Sartre (2013), o ápice da *andreía* ateniense só era possível mediante ao engajamento do homem com deveres cívicos. Logo, o crescimento dos jovens era progressivamente acompanhado pelo incentivo à atividade política e a participação de *symposiós* – espécie de banquete público, em que se discutia sobre política, arte, mitologia, etc. À medida que eles avançavam em idade, esperava-se que o sentimento de responsabilidade cívica com a *pólis* se afluísse. Nesse sentido, os cidadãos atenienses detinham como encargo o cumprimento rígido das leis, a preocupação com o bem-estar coletivo e com a defesa da cidade. Tucídides em *Oração fúnebre* de Péricles, exemplifica o modelo educacional ateniense da seguinte maneira:

Em nossa vida pública nos afastamos da ilegalidade principalmente por causa de um temor reverente, pois somos submissos às autoridades e às leis, especialmente àquelas promulgadas para socorrer os oprimidos e às que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra visível a todos (1982, p. 109).

É válido destacar que, embora Atenas tenha atribuído à educação uma função maior na formação da virilidade, o Estado não excluía a importância do treinamento militar. Ferreira (2010) argumenta que a defesa da Cidade-Estado continuou a ser um dos principais meios para alcançar a glória. Todavia, não se tornou uma preocupação obsessiva, como no caso de Esparta. De todo modo, morrer em atividades militares - principalmente em defesa do bem coletivo - consagraria a imagem de um homem virtuoso, digno de respeito e admiração.

Complementarmente, ao discorrer sobre os pormenores históricos da civilização helênica, Ferreira (2010) recorda que os homens atenienses foram os primeiros dentre as demais nações gregas a abandonarem o hábito de andarem portando armas de ferro. Gradativamente, as batalhas e os confrontos militares foram cedendo espaço para outras formas de competição. Nesse contexto, os jogos olímpicos se apresentaram como uma alternativa para a exibição da masculinidade. De forma consoante, Lessa (2003) alega que, por meio das práticas esportivas, os gregos começaram a abandonar uma postura estritamente militar e adotaram as pelejas olímpicas como um meio de canalizar o heroísmo para vida cívica. Nessa direção, as primeiras olimpíadas, datadas por volta de 776 a.C., objetivavam promover a competição entre as cidades. Entretanto, de maneira pacífica e diplomática. De acordo com Lessa (2003), em especial para os atenienses o esporte se constituiu como um campo estratégico de exibição da masculinidade. Nesse cenário, a virtude do atleta se correlacionava à aquisição de vitórias - contudo, sem recorrer à violência. O êxito do esportista repercutia em honra e boa reputação não somente para si, mas para toda a sua comunidade e a boa performance no lançamento de disco, corrida, salto com vara e pugilismo seriam, por assim dizer, a “quintessência da virilidade”.

Os jogos olímpicos eram também o cenário ideal para a exibição dos corpos e da beleza (*kalón*) masculina. Nos ginásios - espaço comumente utilizado para a preparação do atleta -, o corpo masculino era exposto nu, os homens o exercitavam exaustivamente com intuito de moldá-lo e prepará-lo para a competição. Para os gregos antigos, a beleza era fundamental, sendo que sua definição consistia em estabelecer proporção e harmonia entre as diversas partes do corpo. Em outros termos, o ideal de beleza se pautava na simetria - isto é, determinado cálculo matemático que pretendia identificar se lados opostos do corpo eram exatamente iguais. Se porventura o homem alcançasse esse ideal, este era considerado belo e, por derivação, bom. Em síntese, para os helênicos beleza e bondade não se dissociavam, sendo ambos considerados atributos divinos. Nessa lógica, um exterior esbelto esconderia um interior ainda mais perfeito. As esculturas expostas abaixo, retiradas do museu virtual de Atenas, exemplificam os padrões de beleza vigentes à época:

Figura 1- Estátua de mármore representando um atleta olímpico (450 – 425 a.C.). Na escultura o jovem é representado nu, prendendo uma fita no cabelo, característica que sugere a identificação de um atleta vencedor.



Fonte: <https://www.namuseum.gr/en/collection/klasiki-periodos-2/>

Figura 2 – Estátua de mármore representando o deus Poseidon (125- 100 a.C). Na escultura verifica-se uma extensão de braço, provavelmente o deus segurava seu tridente.



Fonte: <https://www.namuseum.gr/en/collection/ellinistiki-periodos-2/>

Em diversas esculturas gregas, o corpo masculino é representado com riqueza de detalhes. Os artistas buscavam cunhar o máximo possível de realismo em suas obras. Nesse

sentido, a procura das proporções e medidas exatas se tornou um objetivo comumente compartilhado por diversos escultores. Nessa mesma direção, em ambas as figuras expostas acima é possível verificar algumas características em comum, tais como: musculatura robusta e detalhada, cintura escapular larga e noções de movimento/gesticulação. Tais aspectos pretendiam demonstrar o poder e a força física masculina. As esculturas visavam ainda captar a perfeição da anatomia humana, servindo também como ideal de beleza a ser seguido por toda a Grécia.

Regressando aos pormenores descritivos da masculinidade ateniense, Vrissimtzis (2002) elucida que a admiração – seja pela harmonia física, intelectualidade ou influência – era um fator crucial para construção da virilidade. Para os atenienses a boa reputação, sobretudo pública, necessitaria ser permanentemente assegurada. Destarte, a masculinidade seria então medida de acordo com o compasso da notoriedade cívica, do poder e da influência que fosse capaz de exercer sobre os demais e da beleza e da admiração que incitasse. Por fim, é lícito ressaltar que, embora os atenienses elegessem determinadas particularidades para a construção do seu modelo varonil, a masculinidade grega não se restringe somente a esse cânone.

Assim, em Esparta, por seu turno, o caráter masculino era construído mediante um austero treinamento militar, composto por sucessivas etapas. Logo ao nascerem, os bebês espartanos eram submetidos a um minucioso exame que visava verificar a existência de imperfeições ou deficiências em seus corpos. Caso fosse atestado algum tipo de má formação, os bebês eram abandonados, atirados ao mar ou lançados em precipícios. Eventualmente, se o recém-nascido passasse por essa primeira inspeção, a mãe lhe banhava em vinho, em uma espécie de teste para averiguação de epilepsia precoce. Caso o pequenino convulsionasse, este era descartado ou eliminado. Diante desse contexto, o infanticídio era uma prática frequentemente realizada em Esparta, tendo como finalidade deixar viva somente uma limitada fração de neonatos considerados potencialmente aptos para futuros confrontos de ordem bélica.

Ao completarem 7 anos, os meninos eram obrigados a deixarem suas casas. Isto porque, de acordo com a lei de *Licurgo*, as crianças (*paîdes*) a partir dessa idade passavam a pertencer ao Estado e, conseqüentemente, eram obrigadas a seguir um rigoroso treinamento denominado *agogê*. O treinamento, por sua vez, era composto por três etapas, as quais eram divididas de acordo com a faixa etária. A primeira etapa, realizada entre os 7 e 11 anos, centralizava-se no treinamento militar básico, manejo e conhecimento geral sobre armas e

práticas de exercícios físicos. Outrossim, a subserviência e obediência aos superiores eram aspectos indispensáveis para a educação espartana.

O segundo período da *agogê* reunia jovens entre 12 e 15 anos, sob supervisão de um mestre adulto. Nessa etapa, os efebos eram ensinados a manejar armas com maior precisão, montar em cavalos e praticar exercícios físicos em condições climáticas adversas. Ademais, eram também submetidos a uma escassa dieta alimentar. Se desejassem comer mais, eram obrigados a caçar ou furtar alimentos, sendo punidos apenas se descobertos. Recebiam meramente uma peça de roupa por ano e eram educados a falar somente quando necessário.

Finalmente, a terceira etapa da educação militar espartana era formada por homens tendo entre 16 e 20 anos. Os exercícios eram voltados para ações militares em grupo, combates rigorosos e simulações táticas. Ao final do processo, o jovem se transformava em *hoplita* – soldado de infantaria pesada, comumente representado portando grande escudo, elmo e lança. Sartre (2013) ressalta que, mesmo após a conclusão formal do treinamento, nenhum homem gozava de plena liberdade. Os espartanos tinham como obrigação estar sempre a serviço do Estado e eram convencidos de que não pertenciam a si mesmos, mas à pátria.

De acordo com Vernant (1993) e Sartre (2013), a formação do homem espartano se constituía como uma espécie de “adestramento coletivo”. Nesse sistema, o árduo treinamento para a guerra e a renúncia ao menor conforto seriam os ingredientes principais para a formação da masculinidade viril. Com efeito, a *andreia* espartana pode ser representada por um tripé que mesclava combatividade, disciplina e obediência. Diante disso, conforme Gastaldi (2017), mesmo na idade adulta era esperado que os homens seguissem rigorosamente as leis, demonstrassem coragem e disponibilidade para guerra e transmitissem às gerações mais novas o mesmo modelo educacional que receberam. Sartre (2013) alega ainda que os homens que não correspondessem a esse modelo eram frequentemente hostilizados. Segundo o autor, os cidadãos que não mantivessem a compostura adequada na falange ou fugissem de combates eram considerados inferiores, desqualificados e medrosos (*trésantes*). Como consequência, nenhum outro espartano lhe dirigia a palavra e sua imagem pública era gravemente difamada, afetando também a possibilidade de obter prestígio social e destaque.

Outro aspecto relevante na análise da constituição masculina em Esparta diz respeito ao incessante espírito de competição (*agôn*), incentivado desde a infância. Conforme delimitado por Vernant (1993), a competição se fazia presente em todas as etapas da vida pública do cidadão, seja nas batalhas campais ou em disputas políticas, onde os homens a

tudo momento deviam demonstrar seu valor. Sartre (2013, p. 25) reitera que em Esparta não existiria *andreia* sem o profundo sentimento de *agôn*. Isto é: “[...] sempre e em toda parte fazer melhor do que o outro”. O contínuo sentimento de competição se refletia também nas pelepas olímpicas, em que os atletas espartanos obtinham, com certa frequência, vitórias em diversas modalidades.

É lícito ressaltar ainda que as relações entre os gêneros em Atenas e Esparta – apesar de possuírem algumas familiaridades – apresentam também certas dessemelhanças. Em Esparta, as cidadãs praticavam exercícios de ginástica. Isso porque o Estado pregava o princípio de eugenia (excelência da raça)⁸. Logo, esperava-se que as mulheres desenvolvessem o máximo da força física e da beleza em seus corpos. Além disso, em eventuais ausências masculinas, eram justamente as espartanas que tomariam a frente em combates. Vrissmtzis (2002) alega que as práticas físicas exercidas pelas espartanas escandalizavam os atenienses, que as denominavam de *phainomerídai* (mulheres que mostram as coxas). Em contrapartida, as atividades femininas em Atenas se restringiam ao mundo doméstico. Nessa vertente, aspectos como a docilidade e a submissão ao pai ou marido eram fortemente apreciados.

Vrissmtzis (2002) destaca que, visando uma melhor compreensão das relações entre gêneros na Grécia antiga, o estudo das relações matrimoniais se revela indispensável. Segundo o autor, casar e ter filhos era dever cívico e religioso em toda a Grécia. Contudo, cada Cidade-Estado detinha determinas particularidades em suas conjunções matrimoniais. Vernant (1993) relata que em Esparta o casamento era para a donzela o equivalente à guerra para os homens. Seu principal objetivo era garantir o nascimento de novos cidadãos, preferencialmente do sexo masculino, dando continuidade assim a uma linhagem de guerreiros. Já em Atenas o casamento, além de ser uma obrigatoriedade jurídica, só se tornava viável mediante o cumprimento prévio de duas condições: a *engýsis* e a *ékdosis*. A primeira era uma espécie de contrato verbal entre o pai da noiva e o futuro marido, enquanto a segunda se resumia à entrega da noiva à família do noivo. Vrissmtzis (2002) elucida, porém, que tanto em Esparta quanto em Atenas as constituições matrimoniais visavam, antes de tudo, vantagens e interesses mútuos. Com efeito, poucas uniões ocorriam em decorrência de amor

⁸ Segundo Vernant (1993), Esparta pode ser considerada uma exceção em relação as práticas de exercícios físicos femininos. De acordo com o autor, as crianças do sexo feminino, embora não participassem do *agogê*, realizam treinamentos físicos desde a infância. Práticas como: corrida e arremesso de disco, eram frequentemente realizados pelas espartanas. Vernant (1993), alega também que não se sabe ao certo se foi o exemplo espartano que levou à instituição da corrida pedestre feminina nos jogos olímpicos.

genuíno entre os noivos e, após a realização do casamento, o marido passava a ser considerado o senhor da esposa, impondo-a tarefas na *oîkos*.

Indubitavelmente, o *status* social da mulher na Grécia antiga se restringia majoritariamente aos papéis de mãe, filha e esposa. Ademais, do ponto de vista jurídico, Vrissmtzis (2002) e Vernant (1993) destacam que as mulheres quase não gozavam de direitos, não podiam mover processos, comprar ou vender bens e propriedades. Eventualmente, caso necessitassem recorrer à justiça, eram representadas por um tutor masculino – geralmente marido ou pai. A figura masculina, em contrapartida, era tão soberana e inquestionável que Vrissmtzis (2002, p. 38) caracteriza a dinâmica de gêneros da Grécia antiga como: “O clube masculino mais exclusivista de todos os tempos”. Os homens usufruíam de todos os direitos políticos, detinham poder absoluto sobre as mulheres e podiam (mesmo casados) se relacionar com outras mulheres e homens. Em suma, a dominância androcêntrica grega se refletia tanto em âmbito cívico quanto político e religioso - ou mitológico.

Silva e Andrade (2009) enfatizam ainda que a mitologia foi um importante meio para legitimar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres no período Grego clássico. Segundo esses autores, a lenda envolvendo Pandora reforçou a imposição de papéis cristalizados de gêneros, corroborando dessa forma a manutenção do projeto político patriarcal. Lembremo-nos que, de acordo com a narrativa helênica, Pandora, ao abrir a caixa que lhe fora entregue por Zeus, espalha todos os males ao mundo. Frente a essa ótica, a mulher passou a ser concebida como a encarnação de mazelas, inobediente e desajuzada, contrariando o padrão racional presente nos homens.

Há que se destacar, contudo, que as autoras mencionadas anteriormente não pretendem reduzir a compreensão do feminino na cultura grega somente à *imago* de Pandora. Em linhas gerais, Silva e Andrade (2009) objetivam demonstrar como o discurso mitológico mostra-se capaz de balizar historicamente os modos de organização social estabelecidos em determinadas culturas (séculos mais tarde, vale lembrar, a cultura ocidental/cristã terá na imagem de Eva o padrão normativo a ser seguido pelas mulheres). Em síntese, os mitos dão significados às relações de poder entre gêneros.

De forma complementar, é pertinente observar a profusão de figuras de “hiperviris” e dominantes presentes na mitologia Grega: Zeus, Hércules, Aquiles e Ares servem como ilustrações. Conforme explicita Vrissmtzis (2002), a cultura helênica incentivou, de forma exaustiva, a exaltação de atributos masculinos por intermédio de relatos mitológicos. Nesse sentido, a dominância de Zeus, a força e a determinação de Hércules/Aquiles ou, ainda, a

austeridade de Ares tornaram-se características cobiçadas por diversos gregos. Em perspectiva semelhante, Blazina (1997), em um estudo denominado *Mythos and men: toward new paradigms of masculinity*, argumenta que os papéis de gênero assumidos por homens são até hoje diretamente influenciados por narrativas mitológico-religiosas vigentes na cultura. Adicionalmente, Gastaldi (2017) alega que os mitos foram frequentemente utilizados em composições teatrais gregas, tendo como um dos seus propósitos representar protótipos sociais a serem seguidos.

Além da correlação sublinhada anteriormente entre masculinidade e mitologia, há de se assinalar, que o estudo das relações homoeróticas na sociedade helênica revela-se profícuo para uma compreensão satisfatória acerca do masculino. Segundo Andrade (2017), a forma mais comum de relações homoeróticas na Grécia denominava-se pederastia. De maneira sucinta, podemos definir pederastia como determinada categoria de relação educacional e afetiva entre um jovem (*eremenos*) e um homem adulto (*erastes*). Por meio desse vínculo amoroso, o *erastes* tinha como finalidade proteger, ensinar e servir como exemplo para seu jovem amante. É crucial destacar, entretanto, que, embora se tratasse de um vínculo terno, a pederastia era composta por protocolos sociais complexos, sobretudo, em Atenas.

Assim, após completarem 12 anos, os jovens – em boa parte dos casos, mas não em todos – tornavam-se alvos de investimentos afetivos de homens mais velhos. Caso concordassem em assumir uma parceria amorosa, o *eremenos* transformava-se em um parceiro passivo até completar 18 anos. Andrade (2017) ressalta que o cortejo de um homem mais velho constituía-se como um importante rito de passagem para os jovens. Diante disso, esperava-se que, *a priori*, o homem assumisse um papel passivo para posteriormente, na fase adulta, alcançar a postura ativa frente à mulher. No tocante às particularidades da relação, porém, convém enfatizar que a penetração anal entre homens não era socialmente aceita (Andrade, 2017). Vrissimtzis (2002) enfatiza que, caso o *eraste* desejasse relacionar-se sexualmente com o *eremenos*, a cópula deveria ser feita somente entre as coxas. Em suma, o ato de ser penetrado por outro macho era compreendido como uma espécie de golpe à “honra masculina”. Sendo assim, o homem que fosse flagrado praticando tal ato sofreria intenso estigma social.

Já em Esparta, as relações homoeróticas ocorriam habitualmente. Nessa Cidade-Estado havia, inclusive, o costume entre guerreiros mais experientes de manter em sua companhia um jovem ainda em formação. Quando o treinamento militar deste último acabava, o soldado maduro lhe presenteava com um escudo e uma lança. Não diferentemente

de Atenas, a relação afetiva entre homens em Esparta objetivava estabelecer um vínculo pedagógico entre mestre e discípulo. Ao homem mais velho caberia orientar e transmitir conhecimentos gerais ao seu amante – sobre a guerra, mitologia, poesia, aspectos da vida cotidiana, etc. A pederastia, portanto, quando realizada em diretrizes socialmente aceitas - isto é, sem o coito anal e se mantendo apenas por determinado período da vida - era vista como prática nobre. Outrossim, observa-se que tanto em Atenas quanto em Esparta a formação da identidade masculina passa por experiências eróticas entre homens. Entretanto, é pertinente apontar que as relações citadas anteriormente não eram compreendidas como práticas homossexuais. Com isso, de acordo com Andrade:

Os gregos tinham consciência de que os indivíduos diferem em suas preferências sexuais, mas na sua língua não tinham substantivos correspondentes a um homossexual ou um heterossexual, uma vez que eles consideravam que virtualmente todos respondem, em momentos diferentes a estímulos homossexuais e heterossexuais [...] Os gregos antigos não concebiam a ideia de orientação sexual como um identificador social, do mesmo modo que as sociedades ocidentais vêm fazendo ao longo do último século (2017, p. 69).

Faz-se necessário acentuar aqui que o termo homossexual advém do vocabulário psicopatológico moderno, sendo amplamente utilizado somente a partir de 1870. Nessa perspectiva, os trabalhos de Krafft-Ebing: *Psychopathia sexualis* ([1886]1990) e Havelock Ellis: *Sexual inversion* ([1897]1915) - autores citados por Freud nos *Três ensaios da sexualidade* ([1905]2016) - categorizaram as práticas sexuais entre homens como desviantes da finalidade reprodutora. Logo, o homoerotismo passa a ser compreendido como uma categoria patológica, sendo descrito como “uma tara degenerativa” ou “perversão”.

Mas a percepção grega antiga sobre o amor entre homens difere radicalmente dos postulados psiquiátricos modernos, sendo, conforme citado anteriormente, considerada uma práxis nobre em determinados contextos. Andrade (2017) lembra que, para o filósofo ateniense Sócrates, o amor entre homens era concebido como modelo mais edificante de relação por caracterizar-se de uma natureza espiritual. Em sua perspectiva, os homens deveriam relacionar-se com mulheres apenas visando perpetuar a espécie, tratando-se, de acordo com essa lógica, de uma união unicamente carnal. De forma resumida, constata-se que a pederastia era uma forma privilegiada de transmissão educacional masculina ou, em outras palavras, uma forma de transmitir a *andreia*. Assim, quer fosse na educação ou no amor, na mitologia ou na filosofia, o masculino constituiu-se como cêntrico na cultura helênica. Nesse cenário, a frase de Protágoras (481–402 a.C.) resume *par excellence* o lugar do masculino: “O

homem é a medida de todas as coisas”. O protagonismo do macho na civilização grega era, portanto, axiomático.

Ao discorrer sobre a masculinidade no berço cultural grego, Gastaldi (2017) argumenta que a cultura ocidental herdou, em larga medida, as concepções helênicas a respeito das dinâmicas de gêneros. Conforme descrito no decorrer deste tópico, o masculino compôs-se como a posição hierárquica mais elevada na cultura helenística clássica. Seja na política ou na educação, os homens desde tempos longínquos, estabeleceram sua dominância sobre as mulheres e as diversas outras formas de subjetivação não inscritas no padrão masculino hegemônico. É *mister* assinalar, contudo, que as características citadas até aqui não compõem a totalidade das formas de subjetivação masculinas gregas – tarefa quase impossível de realizar. Logo, não se exclui o fato de existirem múltiplos modelos masculinos subalternos - ou seja, não condizentes com os modelos viris, militar ou intelectual. Sendo assim, reitera-se que não há uma posição precisa, consensual e harmoniosa acerca do “ser homem” na Grécia antiga. Entretanto, em linhas gerais, verificamos que a masculinidade foi comumente descrita como oposta à feminilidade, revelando-se como um modelo antagônico.

Assim como em Gastaldi (2017), também a historização do masculino conduzida por Vigarello (2013) alega que a cultura helenística transmitiu inúmeros elementos constituintes para o sistema de gênero presente nas civilizações ocidentais. Decerto, os sistemas de crenças que especificam o que é característico de um sexo ou de outro não são recentes. Suas origens remetem-nos à análise das civilizações arcaicas, daí residiu a importância de discorrermos sobre o masculino e o feminino na Grécia antiga a partir da ideia de que as posições masculina e feminina são historicamente produzidas e transmitidas socialmente ao longo dos séculos. Isso a ponto de asseverarmos que a Grécia antiga, embora constitua uma civilização exemplar em vários sentidos, propagou diversas assimetrias entre homens e mulheres, justificando-as por intermédio de preceitos filosóficos, mitológicos e jurídicos.

Por fim, cabe então perguntarmos: como os gregos antigos compreenderam o masculino? Nesse laborioso percurso histórico, o conceito de *andreia* mostrou-se cardeal na construção da subjetividade masculina em Atenas e em Esparta. Notamos, contudo, uma série de particularidades entre ambas as *polis* e, em resumo, podemos afirmar que, se por um lado a identidade masculina foi permeada por preceitos educacionais e cívicos, por outro a masculinidade ligou-se à formação guerreira e ao prestígio obtido por meio do sucesso na guerra. De todo modo, em tempos de paz ou conflito, a masculinidade – sobretudo em seu modelo viril – apresentou-se como *performance*. Ou, em outras palavras, um fator a ser

adquirido: por vezes, a “duras penas” (Vernant, 1993; Vrissmtzis, 2002). Por último, concluímos esse tópico reiterando as seguintes palavras de Sartre: “Não saberíamos dizer o quanto nascer homem na Grécia é uma chance, mesmo se para tornar-se homem se requeira muitos esforços” (2013, p. 70) para, no próximo tópico, avançar rumo à descrição e análise das masculinidades no medievo.

2.2 Masculinidades Medievais

*Olhámo-nos um dia,
E cada um de nós sonhou que achara
O par que a alma e a carne lhe pedia.
E cada um de nós sonhou o que achara...
E entre nós dois
Se deu, depois, o caso da maçã e da serpente,
Se deu, e se dará continuamente:
Na palma da tua mão,
Me ofereceste, e eu mordi, o fruto do pecado
O meu nome é Adão...
(Adão e Eva, Jôse Regio).*

O período medieval é marcado, antes de tudo, por sua vigorosa presença religiosa, mais especificamente cristã. Nesses termos, Lopes (2008) ressalta que no medievalismo a masculinidade foi incorporada e balizada por intermédio de princípios morais puritanos. Logo, o ideal masculino pautou-se em valores relacionados à castidade, à ponderação das paixões e à pureza carnal. Outrossim, o autocontrole e a constante disciplina contra o pecado seriam princípios imprescindíveis para o afloramento da identidade masculina.

Outro aspecto preponderante na análise histórica da masculinidade no medievo diz respeito aos duelos entre cavaleiros, diretamente associados, como aponta Oliveira (2008), à honra masculina, bem como à bravura e à ataraxia frente ao adversário. As batalhas definiam-se como: “um combate à espada entre dois homens diante de testemunhas e uma série de outras regras ritualísticas que poderiam variar de acordo com as tradições regionais” (Oliveira, 2004, p. 25). Assim, os *Phallós* do combate – espadas, lanças e flexas – eram armamentos comumente utilizados nas disputas, símbolos da potência masculina e da guerra. As disputas protagonizadas por agentes masculinos frente ao público desdobravam-se em três possíveis resultados: a manutenção, a obtenção ou a perda de honra, prestígio e status. Para os cavaleiros medievais, a honra operava como signo de virilidade, tendo que ser defendida *ad infinitum*. Nessa perspectiva, sua manutenção circunscreveria dignidade e boa reputação não

apenas para o sujeito, mas para toda sua linhagem de descendentes. Trata-se de algo reiterado por Oliveira (2004) da seguinte forma:

A honra era uma expressão do poder de sangue e da qualidade da estirpe aristocrática. Funcionava como signo de dignidade e da reputação de um indivíduo pertencente a uma determinada linhagem. Para os remanescentes cavaleiros do fim da era medieval, e mesmo para seus descendentes, ser chamado de covarde era o pior insulto que alguém poderia receber, pois isso conspurcava sua honra, atingindo uma dimensão temporal que compreendia seu passado social e sua origem (sua ascendência), colocando em dúvida também o caráter de sua prole e toda sua descendência (p. 23).

Conforme delimitado acima, honra e dignidade se apresentavam como substantivos estruturantes para a condição masculina no medievo. Por conseguinte, ser chamado de covarde instituiria uma grave desonra, pois colocaria em xeque a condição viril de um homem. Além disso, ser caracterizado como covarde determinaria uma dimensão temporal, visto que interpelaria a integridade da ascendência, colocando em xeque também a credibilidade social da descendência. Diante dessa conjuntura, boa parte do ideal de masculinidade giraria em torno da presença ou ausência de honra.

De volta aos duelos que marcaram o período, há que se assinalar também os seus eventuais motivos desencadeadores. Assim, Lopes (2008) destaca que a injúria, o sarcasmo, a ironia, a provocação ou mesmo um trivial convite direto ao oponente seriam, por si sós, justificativas plausíveis para a formalização do ritual. Fatalmente, essas episódicas disputas deixavam marcas e cicatrizes espalhadas pelo corpo que parte significativa dos homens não escondia o orgulho de possuir, não raramente ostentando-as como verdadeiros troféus inscritos na pele, símbolos de sua dignidade, coragem e honra (Oliveira, 2004).

Ranke-Heinemann (2019) nos alerta, porém, que a masculinidade do medievo se firma em princípios relativamente paradoxais. De um lado, o homem deveria ser devoto e cheio de valores morais, constituindo-se como justo, amável, honrado e sem pecados; por outro, ele deveria guerrear, matar e ser viril. Na mesma toada, Lopes (2008), em consonância com Oliveira (2004), destaca aqui a dialética que se fazia presente entre o *ethos* cristão e o cavaleiro másculo impiedoso. Como se vê, ainda que à primeira vista antagônicas, as características presentes no feroz cavaleiro e no afetuoso marido faziam parte do processo de subjetivação masculina. Por conseguinte, fracassar em responsabilidades conjugais ou em proezas militares seria indicativo de um homem “falho e desprovido de masculinidade”.

Com efeito, mais uma vez conforme Ranke-Heinemann (2019), para uma melhor compreensão da identidade masculina na Idade Média far-se-ia necessário examinar as

conjecturas matrimoniais, as quais revelavam o quanto, em múltiplos aspectos, o casamento colocou os homens em uma posição socialmente dominante sobre as mulheres. Essa dominância era justificada por intermédio de preceitos bíblicos regularmente pronunciados por autoridades eclesiásticas, a exemplo da seguinte passagem do livro do Gênesis (1:26): “Deus fez o homem a sua imagem e semelhança, deu-lhe também o domínio sobre os mares e a terra, os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que se movem pela terra”. Na mesma direção, a figura de Eva, criada somente em um momento posterior e feita a partir da costela de Adão, teria como finalidade ajudá-lo: “...e não vice-versa” (Ranke-Hienemman, 2019, p. 19). Suplementarmente, o Antigo Testamento responsabiliza Eva pelo triunfo do pecado, a qual, instigada pela serpente, come do fruto proibido, contrariando as ordens de Deus, o que resulta na perda do Éden e na queda do homem. Ainda na descrição bíblica é exposto que: “Quando a mulher viu que a árvore parecia agradável ao paladar, era atraente aos olhos e, além disso, desejável para dela se obter discernimento, tomou do seu fruto, comeu-o e deu ao marido” (Gênesis, 3:6).

Diante da citação supramencionada, evidencia-se a culpabilização feminina frente à perda do paraíso, o que culminou na imperfeição humana e na degenerescência moral de seus sucessores. Consequentemente, as autoridades clericais não hesitaram em correlacionar a imagem feminina ao pecado original, utilizando-se continuamente de preceitos bíblicos como forma de justificar a submissão feminina frente ao masculino. E sim: muito embora o livro do Gênesis nos sirva como ponto de partida para essa reflexão, ele não é o único exemplo, já que, de forma persistente e insidiosa, as ideias de subordinação e culpabilização femininas circulavam por intermédio de diversas outras passagens bíblicas. Em Efésios (5:22-23), por exemplo, temos a seguinte citação: “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja”. Assim, na concepção aí exposta o casamento implica na liderança masculina, atribuindo-se ao homem o dever de conduzir, prover e proteger. É diante disso que Hadley (2015) argumenta que, aos olhos da lei bíblica, o homem torna-se responsável pela esposa, material e intelectualmente, tendo obrigações fixas de zelo e boa geração de descendentes.

Outra particularidade relevante no que tange ao masculino no medievo diz respeito à supressão das emoções. Aqui Badinter (1993), em consonância com Ranke-Heinneman (2019), alega que, devido ao “cargos de liderança” presente no matrimônio cristão, ser homem constituía-se em uma batalha constante contra as vulnerabilidades emocionais. Concomitantemente, torna-se válido destacar que a exteriorização de sentimentos foi

compreendida como característica majoritariamente feminina, sendo para o masculino um fator a ser rejeitado.

Diante disso, Klapisch-Zuber (1990) esclarece que as sagradas escrituras forneciam uma visão polarizada e hierarquizada acerca do masculino e feminino. Nessa concepção, o primeiro polo (o masculino) caracterizou-se positivamente, ao passo que o segundo polo (o feminino) se estabeleceu sob um signo negativo. Assim, comumente homens e mulheres eram definidos como categorias opostas/complementares frequentemente vistas como construções relacionais por sua referência uma em relação à outra. Nessa lógica, o casamento seria a convergência simétrica entre polaridades. Klapisch-Zuber (1990) argumenta ainda que o vínculo matrimonial servia como instrumento de controle sistemático sobre os corpos sexuados de fiéis, imputando-lhes uma série de normas rígidas de conduta. Em suma, os preceitos teológicos medievais visavam desenvolver uma ética sexual cujo objetivo resumia-se em: vigiar, controlar e punir o pecado. Acerca disso, Ranke-Heineman (2019) enfatiza que boa parte da moralidade medievalista cristã é, sobretudo, moral sexual. Por fim, observa-se a perpetuação da hostilidade ao prazer, característica herdada do estoicismo grego.

Ao prosseguir em sua análise sobre a dicotomia entre os polos do masculino e do feminino no período medieval, Klapisch-Zuber (1990) enfatiza a perspectiva negativa circunscrita em torno da sexualidade feminina. Conforme vimos anteriormente, em grande medida a caracterização negativa do feminino ocorreu por conta da associação entre o pecado original e a mulher. Dessa forma, as mulheres passaram a ser compreendidas como seres tentadores que, possuindo capacidades persuasivas e sensuais, seriam responsáveis pela condução do homem ao pecado sexual e às mazelas da carne. Sob essa ótica, torna-se claro o fator teológico que aproximou a sexualidade feminina da negatividade, contribuindo com o discurso polarizante e hierarquizado exposto acima.

Torna-se exemplar nesse sentido o curioso paralelo traçado por Ranke-Heineman (2019) entre as interpretações bíblicas do sangue feminino e masculino. Nesse contexto, o primeiro era compreendido como venenoso, sendo mais precisamente o sangue menstrual descrito como purulento ou infeccioso. Em Levítico (15:19-24), Deus define a mulher menstruada como impura durante sete dias. E quem for tocado por ela ficará igualmente impuro. Já o segundo, em especial, o sangue masculino de Jesus, tem para os cristãos o significado contrário, pois ele é capaz de purificar os pecados e balizar a redenção humana. Mais uma vez, verifica-se a depreciação dos aspectos femininos e a valorização dos

masculinos. Diante desse cenário, a pressão pela submissão feminina aparece mais uma vez inscrita em letras maiúsculas (Ranke-Heinemman, 2019).

A partir do panorama apresentado, Oliveira (2004) enfatiza que ser homem no período medieval significaria não se aproximar de características femininas, isto é, não ser dócil, não ser submisso, não ser afeminado na aparência física ou em gesticulações e, por fim, não ser homossexual. Em síntese, ser homem era, antes de tudo, não ser mulher, o que resultaria na “amputação” da feminilidade, pois esta última precederia o pecado (Badinter, 1993)⁹. Warren Conant, em obscuro escrito denominado *The virility of Christy: a new view* (A virilidade de Cristo: uma nova perspectiva), chega a defender que: “Cristo representa o tipo mais elevado de homem forte e viril, não havendo nada de efeminado nele” (Conway, 2008, p. 3, tradução nossa). De acordo com a argumentação de Conant, a arte cristã e a pregação necessitavam de um forte tônico de virilidade, reafirmando assim valores masculinos como a liderança e a força. Por conseguinte, a tese de Conant advoga contra a “feminização do cristianismo”, reafirmando a dominância masculina na esfera religiosa e, sobretudo, afastando (amputando) de forma misógina a liderança feminina na igreja. Incontestavelmente, boa parte da cultura ocidental herdou as compreensões androcêntricas expressas tanto no período medieval quanto na modernidade, ecoando em múltiplas correntes evangélicas e católicas contemporâneas.

Retomando as descrições medievalistas, Hadley (2015) ressalta a importância da estética na construção da identidade masculina. Assim, atributos como tonalidade muscular, uso de barba, cicatrizes, uso de um vestuário específico e tom de voz mais grave seriam características essenciais para construção do macho viril. Doravante, Badinter (1993) disserta que a construção da masculinidade se confundiu com um processo exaustivo de diferenciação da feminilidade. Em outros termos, para alguém ser reconhecido como homem era necessário demonstrar com frequência que não era feminino - tanto na esfera estética quanto na comportamental.

Do camponês ao cavaleiro, do príncipe ao rei, a construção da subjetividade masculina perpassa por códigos normativos de comportamento. Diante disso, observa-se a exigência de uma série de diretrizes de conduta repetitivas. Dentre elas, destacam-se: proeza militar, capacidade de ingerir grandes quantidades de bebidas alcoólicas, habilidades de flerte, desempenho sexual vigoroso e habilidades de cavalaria. Assim, em consonância com o

⁹ É interessante ressaltar que no Livro do Apocalipse (14:4) é descrito que 144 mil pessoas cantam um novo cântico em torno do trono de Deus. Eles seriam: “...os que não se **contaminaram** (grifo nosso) com mulheres, pois são virgens”. Diante da citação, evidencia-se novamente a compreensão negativa/ infecciosa em torno da sexualidade feminina.

descrito, Karras (2003), em trabalho intitulado: *From boys to men: formations of masculinity in late medieval Europe*, destaca o austero processo de construção da masculinidade naquele tempo. De acordo com a autora, desde muito cedo os meninos eram incentivados à prática de atividades exaustivas, como a caça de animais silvestres, a confecção de armas, o estudo bíblico/literário e o manejo da espada. Tais tarefas eram medulares para a formação dos homens medievais. Em suma, Karras (2003) argumenta que a masculinidade seria “forjada” por intermédio de constantes provas e provações.

Em suas análises, Karras (2003) distinguiu ainda três tipos de masculinidades preponderantes no período mediévico. Seriam elas: a masculinidade cavaleiresca, a masculinidade universitária e a masculinidade artesã. Em síntese, a primeira se caracterizaria pelas habilidades de cavalaria, combate e flerte, sendo este último elemento primordial na constituição da vida amorosa. Mais especificamente, a historiadora ressalta que o sucesso de um cavaleiro correlacionava-se a sua capacidade de parecer atraente aos olhos das mulheres. Portanto, esse modelo mesclava força muscular e bravura em combate com gentileza e bons modos. A segunda, em contrapartida, definir-se-ia pela inferência do contínuo estudo teológico e filosófico. Assim, essa vertente masculina operava como “oposição” à masculinidade cavaleiresca, tendo como principal característica a produção intelectual. Karras (2003) esclarece que, para os intelectuais medievalistas, a educação funcionaria como instrumento civilizatório, transformando o estudante de animal irracional a um homem civilizado. Por fim, a masculinidade artesã constituía-se por intermédio do comércio e da confecção de armas/instrumentos. Nessa categoria, a valorização masculina se pautaria na maestria e na precisão em termos da fabricação de equipamentos¹⁰. A pintura exposta abaixo ilustra bem tais categorias:

Figura 3 – Iluminura do século XIII. Nela, observar-se: Um intelectual católico, um cavaleiro com escudo em mãos e um camponês portando uma ferramenta de escavação.

¹⁰ Astuciosamente, Karras (2003) alega a existência de múltiplas formas de subjetivação masculina no medievalismo. Mais ainda, a autora alerta sobre a escassez de estudos nessa área e, sobretudo, advoga contra o reducionismo categórico. Em outras palavras, embora a escassez literária sobre a formação masculina nesse período histórico seja um fato notório, reduzir a masculinidade medieval apenas à formação cavaleiresca implicaria em grave erro interpretativo.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cleric-Knight-Workman.jpg>

Outro aspecto relevante para a análise da masculinidade no medievalismo são os ritos de sepultamento. Hadley e Moore (2015), em um escrito intitulado *Death makes the man? Burial rite and the construction of masculinities in the early middle ages*, ressaltam a importância das contribuições arqueológicas advindas da escavação de cemitérios medievais. Em suas investigações, Hadley e Moore (2015) ratificam que os enterros se configuraram como um importante meio para exibição de status sociais, entre os quais o gênero figuraria como um fator considerável. Nesse sentido, os autores constataram que, com certa frequência, as escavações forneciam indicativos materiais para classificação de gênero. No sistema funerário medieval, homens comumente eram sepultados com armas de variados tipos, como espadas, lanças ou pequenas facas, artefatos descritos como penetrantes. Já as mulheres, por outro lado, com broches ou joias. Em síntese, artefatos e bens materiais atingiam um significado simbólico, excedendo a sua mera funcionalidade. Sobre isso, Badinter (1993, p. 139) comenta de maneira irônica: “Os homens decerto não esperaram pela psicanálise para enaltecer o pênis e constituir imponentes obeliscos em sua glória”. Assim, embora o termo “falo” tenha ganhado ampla significação e importância no vocabulário psicanalítico, desde tempos antigos armas e diversos outros tipos de objetos usualmente se referiam a atributos da sexualidade masculina, estabelecendo uma rede em termos de significação.

É lícito salientar ainda a existência de masculinidades subordinadas. No que tange a esse termo, Hadley (2015) esclarece que a masculinidade subordinada se tornou um repositório de tudo que não seria aceitável para a masculinidade dominante da época. Logo, a falta de barba, voz aguda, incapacidade de casar e ter filhos ou ausência de habilidades militares caracterizariam essa categoria. Tendo em vista esses aspectos, constata-se que as

masculinidades dominantes - entendidas como aquelas de cunho militar/cavaleiresco - mantiveram sua hegemonia por intermédio da feminização de masculinidades consideradas subalternas. Dessa forma, o escárnio e a atribuição de características femininas a um grupo destoante da elite masculina eram mecanismos comumente utilizados como forma de “rebaixar” homens não inscritos no padrão hegemônico.

Em suma, Hadley (2015) aponta a necessidade de investigar formas divergentes de identidades masculinas medievalistas, objetivando desagregar a constituição masculina exclusivamente à formação cavaleiresca e evitar uma abordagem redutora. Evidentemente, a constituição das subjetividades masculinas varia conforme os contextos sociais, construções situacionais e, em grande medida, é influenciada por e relações dialéticas entre homens e mulheres e homens e homens. Logo, embora exista relativa escassez de fontes documentais que relatem outros modelos do masculino medieval, pode-se asseverar a existência de um manancial de variações identitárias que foram consideradas subalternas nesse período. Além disso, reduzir a experiência masculina meramente ao militarismo parece-nos uma abordagem insuficientemente contemplativa, pois exclui suas múltiplas possibilidades de subjetivação.

Por fim, conforme descrito nos parágrafos iniciais deste tópico, dissertar sobre as masculinidades medievais inevitavelmente consiste em discorrer sobre modelos vigorosamente religiosos de concepção do masculino. Nessa conjuntura, a relação entre valorização da masculinidade e a influência religiosa pode ser fortemente assinalada. Em outras palavras, a masculinidade nesse período define-se majoritariamente de acordo com o compasso da lei bíblica e, em especial, estrutura-se como oposta à feminilidade.

Ademais, é importante ressaltar que a Idade Média é resolutamente masculina, uma vez que quase todos os relatos que chegam até nós vêm de homens (Oliveira, 2004). Outrossim, nota-se a preponderância de um sistema desigual e hierárquico entre os gêneros. Assim, a Idade Média herdou a noção de superioridade masculina do mundo helênico, noção sistematicamente reforçada por meio de preceitos mitológicos/teológicos. Dessa forma, a mitologia judaico-cristã contribuiu em larga medida para consagrar diferenças e justificar as assimetrias nas relações de poder. Indubitavelmente, a figura feminina tornou-se quase sempre permeada por uma carga maléfica e pecaminosa, o que legitimaria papéis inflexíveis entre os gêneros.

Silva e Andrade (2009) salientam que as concepções de gênero operam historicamente, estabelecendo normas estruturais entre as posições masculinas e femininas. De acordo com esses autores, o modelo de casamento monogâmico, heterossexual e

sacralizado ratificou um sistema desigual. Nesse sentido, a cultura ocidental disseminou, através dos séculos, o enraizamento de padrões considerados “fixos” nas inter-relações entre gêneros. Note-se que a lei bíblica compreendeu as mulheres majoritariamente como ajudantes do marido que deveriam ser tuteladas e instruídas, cabendo-lhes assim tarefas específicas como a maternidade e os cuidados do lar. Em contrapartida, o ser masculino, desde longínquos tempos, exerceu sua suposta superioridade sobre o sexo denominado “frágil”, estabelecendo assim uma sociedade de face patriarcal e machista (Gomes et al. 2016). Em última análise, quer seja pela figura de Eva, quer seja pela de Pandora, verifica-se a constante culpabilização do feminino, mecanismo usado para garantir o controle e a hegemonia masculina.

2.3 Masculinidade e Modernidade

*Sentei-me sem perguntas à beira da terra,
e ouvi narrarem-se casualmente os que passavam
Tenho a garganta amarga e os olhos doloridos:
Deixai-me esquecer o tempo,
inclinar nas mãos a testa desencantada
E de mim mesma desaparecer,
- que o clamor dos homens gloriosos
Cortou-me o coração de lado a lado.
Pois era um clamor de espadas bravias,
De espadas enlouquecidas e sem relâmpagos,
Ah, sem relâmpagos
Pegajosas de lodo e sangue denso.
(Homens Gloriosos, Cecília Meireles).*

Em termos históricos, a Idade Moderna se inicia em meados do século XVI, tendo como um de seus marcos inaugurais a Revolução Francesa¹¹. De acordo com Silva e M. Silva (2009, p. 297), a modernidade pode ser definida como: “Um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente a partir de um processo longo de racionalização da vida”. Em perspectiva semelhante, Le Goff (2015) esclarece que a modernidade designa um intenso processo de sistematização racional no qual as esferas econômica, política e cultural foram

¹¹ Suplementarmente, é lícito sublinhar que a Revolução Francesa se caracterizou como um movimento social e político ocorrido na França, entre 1789-1799. Com efeito, esse movimento resultou na queda do Antigo Regime monárquico e, posteriormente, deu origem à República Francesa. Ademais, a tomada da Bastilha é considerada símbolo capital dessa revolução. Por fim, ressaltamos que esse escrito não pretende abordar a temática da Revolução Francesa de modo exaustivo, embora reconheçamos sua grandiosa importância.

fortemente atingidas, especialmente no continente europeu. De forma resumida, pode-se afirmar que a modernidade representou uma contraposição ao dogmatismo medieval. Nesse sentido, embora a presença de valores cristãos ainda circulasse pela Europa, verifica-se uma crescente ênfase na ciência e no progresso tecnológico. Em outras palavras, se outrora a crença em Deus e o cumprimento de seus mandamentos apresentaram-se como princípios balizadores da existência, a Idade Moderna, por sua vez, centralizou-se no cientificismo, no ceticismo e, por extensão, no antropocentrismo. Por intermédio desse último, Melo (2022) enfatiza que pela primeira vez o homem é colocado como centro da natureza/universo, marcando, dessa forma, uma ruptura significativa com períodos anteriores.

Ademais, é pertinente salientar que a Idade Moderna também é considerada um período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Segundo Le Goff (2015), essa transição ocorreu de forma lenta e gradativa devido às práticas econômicas do mercantilismo, que posteriormente resultaram na abertura mundial do comércio. Nesse período, surgem no âmago dos grandes centros urbanos diversas fábricas e indústrias, as quais objetivavam confeccionar, produzir e comercializar variados artefatos em território nacional e internacional. Esse panorama culminou em uma crescente demanda por mão de obra, fator que impulsionou a migração de pessoas do campo para a cidade. Consequentemente, desenvolveu-se um processo massivo de aumento populacional nessas áreas, afetando diversos aspectos a vida cotidiana. Sobre isso, Penna (2014, p. 33) disserta que:

Desde o século XVIII, o crescimento da população na Europa avançou. Se, por volta de 1700, eram 600 milhões de habitantes, em torno de 1800, o número passou para 900 milhões. Esse número não cessou de aumentar ao longo do século XIX principalmente devido ao progresso das pesquisas médicas e científicas que terminaram por reduzir os anteriormente elevadíssimos índices de mortalidade [...] De fato, o século em questão propiciou uma profunda metamorfose nos indivíduos que, submergidos na multidão das ruas das cidades em crescimento, nas oficinas, nas fábricas e nas aglomerações políticas, deram lugar a um novo tipo de indivíduo. A mecanização rápida das indústrias, representada pela máquina a vapor e pela concentração de trabalhadores assalariados, transformou as cidades em campos de batalha onde as classes populares se confrontavam com a burguesia.

Indubitavelmente, a Idade Moderna designou uma vigorosa expansão nos âmbitos urbanísticos e monetários. Entretanto, esse notável progresso não se viu isento de desafios e dubiedades, já que a burguesia europeia se beneficiou em larga medida das vantagens que a economia liberal podia propiciar, ao passo que a classe proletária enfrentou condições de trabalho insalubres, jornadas exaustivas e remunerações ínfimas. Além disso, a urbanização acelerada resultou em habitações superlotadas com poucas condições higiênicas, fator que

contribuiu para proliferações de doenças que atingiam, em especial, a classe trabalhadora. Assim, esse período culminou em profundas desigualdades sociais e econômicas que reverberariam por tempos vindouros.

Ainda de acordo com Penna (2014), a Modernidade impulsionou fortemente o conceito de individualismo – o qual esteve veementemente ligado ao masculino. De forma pormenorizada, a noção de indivíduo fundamentou-se em uma mudança histórica que envolveu a passagem de uma visão de mundo alicerçada na religião e no transcendente para dar lugar as concepções secularizadas e ao racionalismo cartesiano. Mais ainda, a autora advoga que a perda da supremacia político-ideológico da igreja, o surgimento dos Estados modernos e a formação do político enquanto domínio separado da esfera teísta foram acontecimentos imprescindíveis ao surgimento do individualismo como ideologia.

O trabalho de Penna (2014) demonstra que, em sociedades tradicionais, os valores eram baseados na ordem, na hierarquia e na tradição. Isso levava os homens a agirem em conformidade com as demandas sociais, contribuindo de maneira coletiva para o progresso civilizacional. Com efeito, o homem era concebido como ser social cuja essência humana era unívoca com a sociedade da qual era pertencente. Em contrapartida, as sociedades modernas pautam-se na valoração de atributos individuais, nas demandas e no bem-estar particular. Assim, o homem começa a ser percebido como elementar e indivisível e, concomitantemente, passa a ser compreendido como ser biológico/racional. Logo, afastando-se da concepção criacionista católica.

Em perspectiva complementar, Corbin (2013) ratifica que o homem moderno surge a partir de influências iluministas, humanistas e românticas que o alçaram à condição de centro do universo. Sob a ótica desse período, o sucesso individual em atividades econômicas, intelectuais ou militares convertia-se em prestígio social e reconhecimento, conferindo aos indivíduos um status elevado na hierarquia social. Corbin (2013) ressalta também que uma parcela de homens desse século era instruída a dedicar sua vida para a produção de projetos intelectuais duradouros, mantendo-se assim afastada de caprichos efêmeros.

No que concerne às descrições masculinas dos séculos XVIII, XIX e XX, Corbin (2013) enfatiza que a atmosfera presente nessa época afetou consideravelmente as inter-relações entre os gêneros. Nesse sentido, o homem moderno passa a gozar de uma série de liberdades, podendo frequentar, sem objeções, espaços como: o clube, o fumódromo, os restaurantes, os bordéis e teatros. As mulheres também obtém, ainda que timidamente, maior grau de autonomia, passando a circular por escolas, locais de entretenimento, cafeterias e

salões literários. Inclusive, no íterim desses séculos, diversas escritoras prodigiosas emergiram: dentre elas, a britânica Virginia Woolf, a francesa Simone de Beauvoir e a americana Sylvia Plath tornaram-se ícones femininos da literatura mundial.

Embora tenha obtido algumas conquistas em relação à liberdade, é *mister* salientar que o gênero feminino ainda não participava plenamente da vida pública. Assim sendo, até meados do século XIX os homens detinham o monopólio do poder político, fator que resultava na predominância de lideranças masculinas em cargos de destaque. Em linhas gerais, a participação das mulheres no âmbito político ocorreu por intermédio do movimento sufragista iniciado na Inglaterra e, posteriormente, incorporado por diversos países europeus. A campanha sufragista utilizou-se de concepções iluministas – igualdade, liberdade e fraternidade – como alicerces teóricos para a reivindicação de direitos civis e políticos. Mediante laboriosas manifestações, greves e protestos, as mulheres obtiveram o direito ao voto. Por isso, o alvorecer do século XX pode ser considerado um marco significativo na luta feminina por equidade de gênero.

Apesar de conquistarem o direito ao sufrágio, a liberdade feminina, especialmente no âmbito sexual, ainda experienciava severas restrições. É o que destacam Ferreira e Dias (2011), para as quais a condição sexual das mulheres repousava sob os auspícios do catolicismo. Assim sendo, as imposições morais católicas mantinham intensa pressão em relação às condutas amorosas femininas. Dentro desse contexto, o corpo feminino necessitaria de constante vigilância e “adestramento”, visto que – como citado na sessão anterior – a mulher carregava o peso do pecado original. Complementarmente, Guillet (2013) salienta que a virgindade feminina representava um aspecto amplamente apreciado na Era Vitoriana. Mais precisamente, associava-se à virgindade a ideia de pureza carnal e moral, sendo ela, portanto, considerada um dos alicerces para a “feminilidade respeitável” da época. Nessa lógica, a preservação da castidade revelava-se imprescindível para as mulheres, sobretudo em famílias aristocráticas, pois tornava-se uma condição *sine qua non* para acordos matrimoniais. Guillet (2013, p. 110) reforça esse prisma ao afirmar que: “A honra feminina permanece limitada à pureza sexual cujo pudor é a principal manifestação e cuja perda coloca em perigo o capital de honra da família”.

Se, por um lado, a virgindade concedia à mulher o princípio de aceitabilidade para o estabelecimento do laço matrimonial, por outro, entre os homens¹², esta não era uma

¹² Ivan Jablonka (2013) em um tópico intitulado: “*Sublimar o Sexo*”, disserta que uma determinada casta masculina – intelectuais, poetas e cientistas – acreditava que para se obter grandes êxitos profissionais, seria necessário manter o hábito de retenção seminal. Este último termo, pode ser entendido como: a prática

circunstância de ufanía. Corbin (2013) enfatiza que o homem viril da Era Moderna se define, também, mediante certa “destreza sexual”. Em outras palavras, o homem viril é aquele que é capaz de deter e possuir um elevado número de parceiras sexuais e, por vezes, glorificar-se de seu *Don-Juanismo* diante de outros machos. Diante disso, o historiador francês reitera que, o varão dominante possuía como encargo satisfazer as mulheres, dando-lhe prazeres e, energeticamente, demonstrando voracidade no ato sexual. Além disso, o antissentimentalismo, ou simplesmente, a frieza emocional perante o gênero feminino, constitui-se como fator altamente apreciado na construção de uma imagem masculina viril.

Embora a inexpressividade afetiva constituísse um componente elementar para a formação da virilidade, é legítimo salientar que o Romantismo se manifestou como principal movimento estético presente na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Com efeito, as composições poético/literárias desse ínterim, destacaram-se pelo extremo sentimentalismo, valorização da natureza e idealização da figura feminina. Paradoxalmente, as descrições masculinistas expressas por Corbin (2013) sublinham aspectos relativos: a obscenidade; o erotismo e o vulgarismo. De forma pormenorizada, o autor assevera que em ambientes majoritariamente ocupados por homens – tais como: os bares; prostíbulos; portos marítimos; quartéis militares e barbearias – os arranjos musicais, poéticos e literários, divergiam drasticamente dos valores românticos.

Frente a esses cenários, soldados, marinheiros e operários descreviam suas façanhas sexuais com entusiasmo e detalhes. Por conseguinte, as conversas masculinas consumadas em locais privados careciam de qualquer tipo comportamento piegas ou constrangimento em expor conteúdos eróticos. De forma bastante didática, o trabalho de Corbin (2013) esclarece que a autoestima masculina seria medida de acordo com o número de mulheres que o homem fosse capaz de desfrutar sexualmente. Nessa lógica, a exposição de proezas sexuais

sistemática de evitar deliberadamente a ejaculação. A nível exemplificativo, muitos médicos modernos divulgavam a ideia de que a retenção espermática aumentaria significativamente os níveis de testosterona circulante no organismo, dessa forma, tornando o homem mais viril e energético. Todavia, sabe-se, atualmente, que a retenção espermática, se praticada por longos períodos, pode favorecer o surgimento de determinadas doenças, entre elas: o câncer de próstata. Sob outro prisma, Foucault (2020) em seu quarto volume acerca da *História da sexualidade*, esclarece que a castidade e a virgindade eram compreendidas como processos metafísicos de santificação ou aproximação ao divino. O cristianismo primitivo, presente nos séculos III, IV e V, encontrou, sobretudo, nas obras de Clemente de Alexandria, Santo Agostinho e Santo Ambrósio premissas para justificar ações celibatárias. De um modo geral, as proposições teóricas desses autores, advogaram a favor de certas restrições aos prazeres carnavais, utilizando como argumento central, os benefícios propiciados pela castidade. Em síntese, o ato de abster-se de relações sexuais e de masturbação, aproximaria o homem à sua condição primária, isto é, sem pecados, assemelhando-se com a *imago* de Deus – conforme Adão foi descrito no livro de *Gênesis*. Analogamente, a retenção seminal também poderia ser interpretada como uma espécie de ritual para limpeza espiritual, desse modo, estreitando o vínculo entre homem e criador.

concederia ao sujeito determinada “respeitabilidade” entre camaradas e, além disso, o destacaria como modelo viril a ser seguido pelos demais.

Destarte, Corbin (2013, p. 154) assevera que indivíduos em plena posse de suas qualidades viris deveriam necessariamente descarregar sua tensão sexual por meio da cópula com o sexo oposto. Nas palavras do autor: “A necessidade de foder é considerada, na intimidade masculina, um elemento constitutivo essencial da virilidade. Ela justifica comportamentos audazes e lascivos”. Nesse contexto, a masculinidade viril evocaria um insaciável apetite sexual, levando o homem a buscar constantemente experiências concupiscentes.

Em consonância com as proposições expressas por Corbin (2013) – sobre a necessidade de demonstração de ardor sexual por parte dos homens considerados viris – Guillet (2013) observa que durante a Era Moderna, verificou-se um aumento significativo na produção de literatura erótico/pornográfica¹³. Assim, poetas, sobretudo, do gênero masculino, passaram a redigir descrições voluptuosas acerca de casuais encontros com parceiras. O poema: *Tenho saudades de uma dama*, de autoria de Carlos Drummond de Andrade (2013, p. 55), ilustra muito bem esse cenário:

Tenho saudades de uma dama
como jamais houve na cama
outra igual, e mais terna amante.

Não era sequer provocante.
Provocada, como reagia!
São palavras só: quente, fria.
No banheiro nos enroscávamos
Eram flamas no preto favo,
um guaiar, um matar-morrer.

Tenho saudades de uma dama
que me passeava na medula
e atomizava os pés da cama.

¹³ É profícuo salientar que os termos erotismo e pornografia não são sinônimos. O primeiro, refere-se à representação artística, literária ou visual do desejo sexual. Nesse prisma, a sensualidade e a sexualidade, geralmente, mostram-se esteticamente agradáveis e visam despertar emoções, afetos e pensamentos sobre o amor e a paixão. Já o segundo, por outro lado, refere-se à representação visual explícita do ato sexual. Seu objetivo principal é estimular a excitação sexual. Ademais, cabe acrescentar que, a pornografia popularizou-se no século XIX, por intermédio de panfletos, revistas e sessões de jornais que circulavam em perímetros urbanos. Anos mais tarde, no século XX, a indústria cinematográfica passou a produzir curtas-metragens com cenas sexuais explícitas. Mais precisamente, em 1915, o primeiro filme pornô – *Free Ride*, cujo diretor optou em permanecer em anonimato, sob o pseudônimo de: A. Wise Guy – começa a ser exibido em cinemas e bordéis. Entretanto, devido à moralidade restritiva do período vitoriano, sua circulação foi interrompida.

O poema supramencionado faz parte dos escritos que compõem a obra: *O amor natural* (2013) e retrata a intimidade sexual entre um homem e uma mulher. Em síntese, a obra de Drummond (2013), oferece uma quantidade expressiva de métricas que descrevem nuances e proezas sexuais masculinas. Outrossim, encontramos nas composições do autor, um significativo grau de paridade com o panorama masculino vitoriano descrito por Corbin (2013). Nesse sentido, é provável, possível e plausível, salientar que as características que circunscrevem o modelo de masculinidade viril europeu também influenciaram escritores e compositores latino-americanos.

Outro elemento regularmente encontrado nas representações literárias acerca da varonilidade moderna, diz respeito à contínua ênfase dada ao órgão reprodutor masculino. Corbin (2013) ressalta que o “hino ao pênis”, constituía-se como aspecto imprescindível para as representações preeminentes da masculinidade. Assim sendo, o autor profere que as análises litográficas da época exaltam a ereção peniana e, frequentemente, correlacionam-na com metáforas bélicas. Nessa lógica, homens referenciam-se ao seu membro genital utilizando termos como: espada, lança, baioneta, carabina ou pistola. Mais ainda, expressões como: “carabinar uma mulher”, “guarda-lhe a espada” ou “furá-la com seu florete”, fazem alusão a consumação de atos sexuais. O poema: *Cântico dos Cânticos*, de Manuel Bandeira ([1941]2020, p. 265), exemplifica bem esse aspecto:

Quem me busca a esta hora tardia?
Alguém que treme de desejo.
Sou teu vale, zéfiro, e aguardo
Teu hálito... A noite é tão fria!
Meu hálito não, bafejo,
Meu calor, meu túrgido dardo.

Quando por mais assegurada
Contra os golpes de Amor me tinha,
Eis que irrompes por mim deiscente...
Cântico! Púrpura! Alvorada!
Eis que me entras profundamente
Como um deus em sua morada!
Como a espada em sua bainha.

Como se vê, os termos: “espada” e “bainha” são empregados de maneira metafórica para referir-se aos órgãos genitais masculino e feminino. Desse modo, além da evidente carga erótica presente no cântico do poeta, convém salientar que encontramos – novamente – pontos de convergência entre a escrita de Manuel Bandeira ([1941]2020) e as descrições masculinas históricas propostas por Corbin (2013). Com efeito, cumpre esclarecer que o significante “espada” tradicionalmente associou-se ao falo masculino e, por extensão, à virilidade, à

potência sexual, à força e à capacidade de penetração. A “bainha”, por outro lado, esteve historicamente vinculada à vagina e, conseqüentemente, à feminilidade e à passividade. Ademais, é lícito ressaltar que as descrições simbólicas entre masculinidade e armas não se restringem somente à execução de práticas sexuais.

Do poeta latino-americano ao soldado europeu, do *cowboy* norte-americano ao cangaceiro nordestino, o uso simbólico ou literal de armas esteve estreitamente vinculado à construção de uma imagem masculina viril, sobretudo, nos séculos XVIII, XIX e na primeira etapa do XX. Nessa direção, Taruad (2013) e Bertaud (2013) alegam que a conexão entre masculinidades e armas se tornou particularmente evidente em decorrência de constantes disputas fronteiriças europeias, explorações territoriais associadas ao colonialismo e, posteriormente, à eclosão de guerras mundiais.

De forma pormenorizada, Christelle Taraud (2013) em um instigante escrito denominado: *A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à Grande Guerra*, relata que parte da literatura médica e, principalmente, erudita presente na Europa durante o século XVIII, argumentava que as comodidades provenientes da vida moderna favoreceriam o surgimento de uma geração de homens frágeis, afeminados e degenerescentes. Para a aristocracia intelectual da época, a conquista de novos espaços, seria, portanto, uma espécie de “solução viável” ao combate da feminilização e desorientação moral dos jovens. Evidentemente, interesses políticos impulsionaram acentuadamente a propagação dessa perspectiva, visto que, para as grandes nações europeias, a extração de recursos naturais em território estrangeiro concederia maior prosperidade econômica.

Prosseguindo em sua análise, Taraud (2013) infere que a colonização representaria o ponto axial para uma hipotética “metamorfose viril”. Em outras palavras, penetrar o território alheio, implementando execuções sumárias aos povos tradicionais, sob o pretexto de expandir a cultura europeia, converteria a imagem de um homem frágil e débil a um homem meritório, digno de receber o prestígio e admiração de seus compatriotas. Certamente, a subordinação de povos estrangeiros não foi efetivada com suavidade e mansidão. Nesse sentido, Taraud (2013) alega que as armas de fogo ou “brancas”, foram comumente utilizadas como instrumentos de coerção e dominação. Para o colonizador europeu, o maquinário bélico se tornou uma espécie de acessório indispensável em seu coldre¹⁴. Com efeito, sua exposição na região da cintura,

¹⁴ O termo: “coldre” designa um acessório amplamente usado para transportar armas de fogo, facas, chicotes ou objetos pessoais. Além de desempenharem um papel importante na segurança e acessibilidade de armas, estes obtêm também uma carga simbólica significativa. Em termos históricos, a imagem do coldre popularizou-se mediante seu uso por *cowboys* norte-americanos. Seja em produções hollywoodianas ou em livros que narram *odisseias* no faroeste, seu uso esteve fortemente associado a potência masculina e a virilidade. Atualmente, os

representava, também, uma forma de intimidação deliberada para qualquer um que ousasse lhe desacatar.

O trabalho da historiadora francesa, destaca ainda que, os povos da Ásia, África, Oceania e América – em especial América do Sul –, sofreram continuamente atos de crueldade e barbaridade. O imaginário eurocêntrico, descrevia os homens de outras regiões do globo como selvagens, irracionais ou propagadores de preceitos pagãos. Sob a alegação de promover a “racionalização” desses povos, os colonizadores ensinavam-lhes seu sistema de crenças por meio da “pedagogia do chicote”. No tocante a essa última expressão, Taruad (2013) disserta que o chicote era visto como símbolo do sistema de opressão, cujo propósito era ordenar e controlar o “bárbaro”, o “selvático”, o “primitivo”. Diante dessa conjectura, a autora assinala que a masculinidade europeia (re)afirmava-se por intermédio da submissão do estrangeiro, imputando-lhe um processo de domesticação castradora.

Já se encaminhando para comentários conclusivos acerca de seu escrito, Taruad (2013) reitera que a masculinidade em situação colonial se caracteriza por um conjunto tríplice de elementos, sendo estes, respectivamente: brutalidade, força e virilidade. À luz dessa perspectiva, sobrepujar o estrangeiro de forma impetuosa, equivaleria a colocá-lo em uma posição de passividade e, conseqüentemente, feminilidade. O colonizador, em contrapartida, conquistaria a alcunha de homem viril, sendo, por inferência, ativo e dominante. Outrossim, Taraud (2013) realça o contexto de sofrimento infligido às populações tradicionais e enfatiza a premente necessidade de promover uma reflexão crítica sobre o imperialismo colonial. Por fim, a autora encerra seu texto, afirmando que, para se obter uma compreensão ampla acerca da constituição subjetiva masculina na modernidade, torna-se essencial examinar também outro grande marco histórico. A saber: a Primeira Guerra Mundial.

Jean-Paul Bertaud, historiador e professor emérito da universidade de Paris I, em uma sessão destinada ao segundo volume da *História da Virilidade* (2013), intitulada: “*O exército e o brevê de virilidade*”, alega que a guerra seria um cenário privilegiado para exibição da masculinidade. Ainda no primeiro tópico que compõe seu trabalho, Bertaud (2013) busca promover explanações a respeito da entrada de homens no exército. Segundo o autor, o ingresso do homem na carreira militar é acompanhado por uma modificação brutal na aparência física. *A priori*, os soldados têm suas cabeças raspadas, pois acreditava-se que dessa forma as proliferações de doenças dérmicas seriam evitadas. Posteriormente, é-lhe imposto o

coldres são frequentemente utilizados por agentes da lei e militares. Entretanto, seu uso não está mais sob o monopólio masculino. Assim, mulheres, sobretudo, policiais e agentes de segurança pública, obtêm acesso a esse acessório que historicamente vinculou-se a virilidade.

uso de um vestuário específico, isto é, o uniforme. Este último não contém seu nome ou sobrenome, somente números: sua matrícula, companhia, batalhão e regimento. Estrategicamente, o uso de uniforme objetiva fomentar o sentimento de unidade entre os membros de um grupo, culminando, conseqüentemente, na elevação do senso de pertencimento e identificação. Além disso, é imperativo salientar que, para os líderes de batalhões, a presença de soldados que demonstrassem divergências estéticas, comportamentais ou morais em relação aos demais membros do grupo não era desejada. Isso porque o fomento de princípios individuais aliado à propagação de ideias que exerçam oposição a valores hierarquizantes, possivelmente causaria fraturas na coesão grupal.

Ao avançar em suas investigações, Bertaud (2013) explora os pormenores e dificuldades enfrentados na vida militar. Destarte, ao iniciarem sua jornada no exército, os conscritos recebem apenas uma mochila e um fuzil – sargentos e capitães descreviam este último, como: a “noiva do soldado” – e, costumavam dormir em instalações que exalavam cheiro de palha úmida e urina. Nesses ambientes, pulgas e insetos faziam-se presentes, fator que ressaltava a insalubridade e acentuava o desconforto noturno. Ainda nas primeiras semanas, os soldados veteranos aplicavam sob os recém-chegados a pedagogia da violência. O autor explica que esta era uma espécie de “trote”, no qual, o conscrito deveria aceitar receber copiosos golpes e insultos. Esperava-se, por fim, que o jovem obtivesse êxito em adaptar-se a esse cenário hostil, visto que sua prosperidade na carreira militar estaria intimamente vinculada à capacidade de suportar adversidades.

No tópico: “*Alinhamento do corpo, dor das Almas*”, Bertoud (2013) complementa suas explanações acerca da vida castrense, afirmando que, para alguns soldados, o choque emocional experimentado ao ingressarem em quartéis-generais jamais desapareceria completamente. A austera rotina de treinamentos e a constante exigência de cumprir ordens estritas, conduziam os combatentes à exaustão física e mental. Diante desse panorama, havia ainda o temor permanente de receber punições, visto que as advertências militares ocorriam em meio a gritos, ofensas e agressões. Para os oficiais de alta patente do exército, a grosseria seria uma condição indispensável no trato de seus subordinados. Em síntese, para o conscrito adequar-se ao modelo de masculinidade exigida nesse ambiente, alguma dose de insensibilidade seguramente se tornava regra. Com efeito, recrutas vivenciavam um sofrimento psíquico às vezes insuportável e, não raramente, encontravam no álcool uma espécie de refúgio efêmero de seu estado.

À medida que prossegue em seu texto, Bertaud (2013) advoga que a guerra representa o clímax da construção da virilidade. De acordo com a retórica do autor, a masculinidade dos combatentes é posta à prova, principalmente durante um conflito bélico. Assim, sob a égide da honra e da glória, soldados deveriam se orgulhar de poder defender sua nação e provar, de uma vez por todas, sua macheza. Adicionalmente, no decorrer das batalhas, inúmeros comandantes clamavam a exaltação de valores nacionalistas na esperança que estes também pulsassem nos corações de seus ordenados. Acerca dessa perspectiva, Bertaud (2013) sustenta que, em tempos de guerra, a masculinidade militar imbuía-se de traços ufanistas. Logo, os homens deveriam demonstrar: “A abnegação de si e o devotamento à pátria. Amá-la, sacrificar-se e aceitar morrer por ela” (p. 204).

Analogamente, é profícuo recordar que parte da imprensa, sobretudo por intermédio do jornal e do rádio, compartilhava a opinião que morrer em disputas bélicas transfiguraria a imagem do homem. Em outras palavras, se anteriormente ele era descrito como mero soldado, o ato de morrer em campo de batalhar o elevaria à condição de herói nacional. Ademais, autoridades governamentais insidiosamente asseguravam recompensas e congratulações àqueles que obtivessem êxito em retornar vencedores de uma zona de conflito. Nesse sentido, Audoin-Rouzeau (2013) em concordância com o raciocínio de Bertaud (2013) alega que, para a masculinidade militar a abnegação de si e a entrega total ao combate nas trincheiras, reservaria aos homens o status de prestígio, notoriedade e bravura. Seja pela imprensa ou por incentivos estatais, homens eram levados a crer que os triunfos em conflitos armados representariam uma prova irrefutável de sua virilidade.

Como resultado da propagação dessa narrativa, Audoin-Rouzeau (2013) realça o cenário melancólico vivido por combatentes que regressavam às suas casas com membros amputados. De forma exemplificativa, o autor cita um quadro que se popularizou na vencida República de Weimar em 1920. A obra de Otto Dix: *Le Marchand d'allumettes*, retrata a situação de um ex-combatente da Primeira Guerra Mundial:

Figura 4 – Quadro: *Le Marchand d'allumettes* de Otto Dix, 1920.



Fonte: <http://www.ottodix.fr/premiere-guerre-mondiale/>

No quadro, observa-se um homem sem braços e sem pernas, cujos ossos saem dos tocos. Pendurado em seu pescoço encontra-se uma caixa de trocados, utilizada para que os passantes pudessem fazer doações visando sua subsistência. Além disso, um cão urina na calçada, bem próximo ao longo combatente. Esse veterano de guerra, afirma Audoin-Rozeau (2013), foi esmagado pelos efeitos da artilharia moderna. Cruelmente, não lhe restou nem honra e nem glória, tão pouco o reconhecimento e as congratulações governamentais. A abnegação e devotamento à pátria lhe concederam apenas cicatrizes e traumas. Ante o exposto, o autor assevera que – lamentavelmente – este foi o destino de muitos homens que pleiteavam alcançar o triunfo viril-militar.

De volta ao trabalho de Bertaud (2013), o historiador prossegue sua argumentação, acrescentando que, embora no século XX a imprensa, a literatura, o teatro e o cinema tenham incentivado e glorificado a vida militar – com o objetivo de torná-la mais atrativa –, a figura do combatente amputado raramente é exposta ou descrita. Isso porque provavelmente ela impactaria negativamente a opinião pública. Diante disso, corpos feridos, despedaçados ou transfigurados eram mantidos em condições sigilosas. O número do combatente, sua patente e o relatório acerca de seu estado de saúde eram arquivados dentro dos quartéis-generais. Suplementarmente, coronéis e marechais desestimulavam os familiares de soldados amputados ou falecidos a abordarem o tema publicamente.

Em termos conclusivos, Bertaud (2013) disserta que a masculinidade militar é composta por uma severidade de princípios. Com isso, ser másculo/viril, significaria: suportar privações, demonstrar forte vigor em combates, vociferar cânticos ufanistas e, por fim, consentir em sofrer ou morrer em nome de sua pátria. Nessa vertente, homens que desejassem alcançar o “emblema” da virilidade fatalmente viveriam sob condições austeras, violentas e tensas. Logo, é verossímil asseverar que, durante a Era Moderna - e, sobretudo, no transcorrer das Grandes Guerras Mundiais -, os significantes “masculinidade” e “violência” denotam relativa paridade. Mais precisamente, observamos que, nos séculos XIX e XX, a virilidade encontra relação direta com a morte. Nessa lógica, colonizadores ou combatentes deveriam enamorar-se pelo perigo, pelas armas, pelo sangue derramado, pela grosseria e pela submissão do estrangeiro. Por último, homens que não apresentassem essas aptidões eram descritos como indignos, sodomitas e passivos (Audoin-Rozeau, 2013; Bertaud, 2013; Taruad, 2013).

Entretanto, torna-se válido destacar que, ainda que frutíferos, os trabalhos de Audoin-Rozeau (2013), Bertaud (2013) e Taruad (2013) centralizam-se em concepções masculinas europeias. Sendo assim, consideramos prolífico dissertar – ainda que brevemente – a respeito do cenário masculino-moderno brasileiro. Talvez, o leitor mais circunspecto, tenha observado que, nas páginas anteriores deste tópico, expusemos poesias e composições nacionais. Todavia, as descrições masculinas brasileiras não se resumem somente às tipografias poéticas.

Com efeito, ao discorrer acerca das representações da masculinidade no Brasil, Furtado (2018) explora as nuances características do cangaceiro nordestino e do *tough guy* norte-americano. De acordo com o autor, apesar de habitarem realidades sociais tão díspares, essas figuras - relativamente folclóricas - encarnam modelos masculinos hegemônicos. E, em linhas gerais, é válido salientar que a masculinidade hegemônica demarca determinado protótipo de homem descrito como “ideal”. Assim, essa categoria exterioriza traços de dominância, pujança física, competitividade, liderança, valentia e, por extensão, virilidade.

Outro aspecto regularmente aferível à masculinidade hegemônica, diz respeito à imposição sobre outros gêneros. Tal imposição ocorre não apenas em relação às mulheres, “antagonistas naturais” do macho hegemônico, mas também a outros homens na medida em que estes não se adequam às características exigidas pela *performance* viril. Com efeito, sujeitos que não se enquadram nesse cânone são associados às masculinidades consideradas subordinadas/marginais e, conseqüentemente, costumam experienciar discriminações por parte do modelo dito dominante. Complementarmente, Furtado (2018) argumenta que mesmo aqueles que se aproximam do perfil hegemônico necessitam desempenhar um esforço

contínuo para preservar seu *status*. Em suma, a posição hegemônica evoca uma busca quimérica por um ideal masculino extraordinário, uma espécie de homem sem falhas, um “*Super-Man*”. Acerca disso, Connell e Messerschmidt (2013, p. 253) alertam que:

As masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideias, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem gênero societal [...] No nível local, padrões de hegemonia da masculinidade estão embutidos em ambientes sociais específicos, tais como as organizações formais. Existem, por exemplo, padrões bem definidos de masculinidade gerencial nas corporações britânicas estudadas por Roper e Wajcman. Modelos hegemônicos de masculinidade socialmente legitimados estão também em jogo nas famílias. Por exemplo, as estratégias de gênero dos homens definem negociações em torno do trabalho doméstico e da “dupla jornada” nas famílias norte-americanas estudadas por Hochschild. Padrões hegemônicos de masculinidade são tanto envolvidos como contestados, à medida que as crianças crescem. O gênero é produzido nas escolas e nas vizinhanças através de estrutura de grupos de pares, controle do espaço escolar, padrões de encontros afetivo sexuais, discursos homofóbicos e assédio.

Em termos históricos, Furtado (2018) afirma que nas sociedades ocidentais, a masculinidade hegemônica é principalmente encarnada pelo homem branco, cristão, heterossexual detentor de poder e influência em seu meio social. Conforme explicitado por Connell e Messerschmidt (2013), embora o modelo hegemônico em grande medida constitua-se como utópico, é verossímil inferir que culturalmente ele se aproximou de homens pertencentes às castas privilegiadas monetariamente. Nesse sentido, a hegemonia masculina se propagou sobretudo por intermédio de uma classe minoritária de sujeitos que, detendo cargos de destaque, acumulava prestígio e fortuna. No decorrer dos séculos, essa pequena elite de homens moldou e perpetuou a imagem de um ideal masculino que, indubitavelmente, tornou-se almejado por muitos, mas alcançado por poucos.

De forma antagônica, ao discorrer sobre a sociedade brasileira nos séculos XIX e início do XX, Furtado (2018) advoga que a figura do cabra-macho nordestino se imbuí de traços hegemônicos e dominantes. Em perspectiva pormenorizada, Furtado (2018) assevera que o cabra-macho/cangaceiro se origina a partir de uma complexa conjuntura de adversidades políticas, sociais e, até mesmo, climáticas. Diante de um cenário majoritariamente escasso em termos de recursos educacionais, o cangaceiro é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno. Em síntese, esse protótipo masculino apresenta costumes rústicos, ásperos e conservadores.

De acordo com Furtado (2018), o longo descaso governamental com a região nordestina propiciou o surgimento de um panorama profundamente desigual em termos socioeconômicos. Assim, diante de considerável ausência do poder judiciário, os cangaceiros recorrentemente se utilizavam da violência como principal meio para cumprir seus propósitos. Apesar de, por vezes, agirem de forma impetuosa e cruel, cumpre reiterar que estes sujeitos experienciavam severa falta de recursos sanitários e alimentícios. Paralelo a isso, Furtado (2018) assevera que a economia setorial nordestina centralizava-se nas mãos de grandes senhores de terras e coronéis. Visando garantir a subsistência de si e de seus companheiros, ocasionalmente os cangaceiros se envolviam em conflitos armados contra latifundiários e militares. Como resultado: “cria-se um clima de violência constante em que é vencedor quem é mais ousado e destemido” (p. 99).

Diante de um austero e árido panorama, o “cabra-da-pesto” costumava jornadas diariamente em companhia de sua espingarda. Por serem destemidos e amedrontadores, os cangaceiros conquistavam o respeito e admiração de parte da população local. Além disso, estes eram considerados como os únicos capazes de fazer frente às oligarquias latifundiárias. De maneira exemplificativa, Furtado (2018) salienta que os integrantes do cangaço não ostentavam a alcunha de heroísmo. Assim, embora a religiosidade, em especial católica, compunha fortemente esse modelo masculino, em termos práticos o código de conduta do cabra-macho diferia drasticamente dos valores cristãos. De forma concisa, é legítimo inferir que a “justiça oficial” para o cangaceiro era continuamente realizada com as próprias mãos, sobretudo se ele tivesse sua reputação difamada.

Furtado (2018) prossegue sua linha argumentativa destacando que para a sociedade nordestina os cangaceiros eram frequentemente captados como figuras ambivalentes. Se, por um lado, eles eram descritos como bandidos entre os coronéis e os grandes proprietários rurais, por outro eram descritos por moradores de pequenas comunidades como grupo de resistência contra as injustiças e desigualdades perpetradas pelos poderosos. Embora parte da opinião pública os retrate como “figuras dúbias”, Furtado (2018) alega que, irrefutavelmente, as representações sociais acerca do cabra-macho comportam elementos de virilidade, força, bravura e, em alguns casos, até mesmo determinado grau de rebeldia.

No tocante aos pormenores descritivos dessa vertente masculina, Furtado (2018) salienta que o cabra-macho se caracteriza por determinada insubordinação às leis e às autoridades governamentais, ausência de refinamento linguístico, destreza no uso de armas, desempenho sexual vigoroso e grande capacidade de ingestão de bebidas alcoólicas. Em

súmula, Furtado (2018, p. 17) assevera que: “em uma escala imaginária do nível de virilidade que cada homem pode incorporar, podemos afirmar que o cabra-macho/*tough guy* estaria no nível mais alto possível em suas respectivas culturas”. Ademais, torna-se factível reiterar que a cultura brasileira apresenta uma miríade de figuras históricas masculinas memoráveis. Entretanto, o ato de privilegiar a figura do cangaceiro justifica-se não apenas por sua notoriedade literária, mas também por suas características excepcionalmente marcantes no imaginário popular. Em vista disso, infere-se que o cabra-macho encarnado pelo cangaceiro retrata de modo enfático componentes de virilidade, valentia e bravura. Por fim, cabe frisar que a representação máxima desse ideal masculino é personificada na figura de Lampião – Virgulino Ferreira da Silva.

Ocorre que, assim como na cultura brasileira existe o cangaceiro, na cultura norte-americana encontra-se a figura do *tough guy*. Furtado (2018) afirma que, originalmente, esse estereótipo masculino associou-se à figura dos *cowboys* e desbravadores do oeste. Todavia, diferentemente do cabra-macho que, se manteve intrinsecamente associado ao sertão Nordeste, o *tough guy* tornou-se uma figura urbana, sobretudo quando teve sua imagem relacionada aos combatentes do crime organizado nas grandes metrópoles estadunidenses. Do ponto de vista histórico, o estudo de Furtado (2018) sustenta que a partir de 1930, a figura do *tough guy* obteve popularidade por intermédio de romances policiais e longas-metragens *hollywoodianos*. Dessa forma, esse arquétipo masculino, foi regularmente associado a papéis de: detetive, *cowboy*, xerife, mercenário, soldado ou esportista.

No que diz respeito à definição conceitual, Furtado (2018, p. 18) destaca que o termo *tough guy*, embora não possua uma tradução fidedigna para a língua portuguesa, é compreendido/empregado: “de forma ampla e por diferentes grupos sociais para se referir a um homem que ostenta uma inquestionável virilidade”. Em linhas gerais, o *tough guy* expressa características serenas e lacônias. Com efeito, esse protótipo varonil costumeiramente expressa determinada parcimônia, frieza emocional e ataraxia perante seus antagonistas. Outrossim, espera-se que os sujeitos concernentes a esse tipo masculino se comportem de forma instintiva e autoconfiante. Devido à abrangência do termo, Furtado (2018) advoga que o estereótipo de *tough guy* se disseminou por toda a sociedade norte-americana. Logo, tanto o assalariado comum quanto o diretor-executivo de uma grande empresa e até mesmo um chefe de Estado poderiam, mediante certo padrão comportamental, ostentar a alcunha de *tough guy*.

Nesse sentido, ao prosseguir em sua aferição, Furtado (2018) recorda que o ex-presidente Ronald Reagan visava deliberadamente cultivar a imagem de um *tough guy*. Sempre sereno, persuasivo e confiante, – aliado ao fato de já ter trabalhado em filmes de *Hollywood* –, Reagan ficou conhecido como o “cowboy que chegou à Casa Branca”. Não à toa, seus discursos enfatizavam aspectos relacionados a defesa nacional, o controle de imigrantes e, em especial, à abordagem destemida frente à União Soviética. Em suma, Reagan objetivava amedrontar seus opositores pela via da exibição de características audazes e viris. Ao examinar de forma pormenorizada as representações masculinas presentes na mídia e literatura norte-americana, Furtado (2018) conclui que a *imago* do *tough guy* emerge em diversas esferas. Assim, quer fosse na política, no cinema ou nos esportes, essa representação masculina viria a ser encarnada por diversos homens, tais como: Clint Eastwood, Sylvester Stallone, Arnold Schwarzenegger e o já mencionado ex-presidente Ronald Reagan.

Furtado (2018) encerra seu escrito apontando que, apesar do cabra-macho e do *tough guy* figurarem como modelos hegemônicos de masculinidade, seria possível constatar uma série de dessemelhanças entre estes. De forma resumida, pode-se afirmar que o primeiro não goza da abrangência do segundo. Em outras palavras, é plausível aferir que o cabra-macho designa um estereótipo masculino apenas seccional e que, além disso, embora seja descrito como valente e destemido, esse modelo não detém traços de heroísmo. Por outro lado, conforme comentado anteriormente, o estereótipo do *tough guy* transita por diversas esferas da cultura norte-americana e, dessa forma, denota maior amplitude representacional. Seja no âmbito político ou na indústria de *Hollywood*, a figura de *tough guy* busca incessantemente incorporar determinada “aura heroica”. Por último, assevera-se que, embora se encontrem em conjunturas geográficas amplamente distintas, tanto o cabra-macho quanto o *tough guy* emergiram como figuras masculinas proeminentemente populares no período Moderno.

Uma vez realizada essa breve exposição do que consideramos serem algumas características gerais da masculinidade-moderna, é chegado o momento de finalizar esse tópico. Nele verificamos que a masculinidade, sobretudo nos séculos XVIII, XIX e XX, além de constituir uma rede de encargos ansiogênicos, apresenta-se como um conjunto performático de atitudes. Assim, tanto em âmbito nacional quanto internacional, para ser “homem de verdade” far-se-ia necessário ser sexualmente ativo, hábil no manuseio de armas, demonstrar autocontrole e disciplina, reprimir possíveis vulnerabilidades emocionais e, por fim, estar disposto à morte em nome de sua honra ou de sua pátria.

Adicionalmente, é verossímil afirmar que as definições a respeito da masculinidade variam conforme o período histórico, localização geográfica e aspectos culturais. Nesse sentido, é crucial destacar que a masculinidade não se constitui como um estatuto inalterável. Pelo contrário, o conceito em voga apresenta-se como maleável e adaptável. Portanto, dos antigos aos modernos, as acepções a respeito do masculino se adequam às influências sociais predominantes em cada época. Com efeito, asseveramos também que, dos hoplitas aos soldados da Grande Guerra, o estabelecimento de uma *imago* masculina viril estruturou-se através de um penoso processo cultural que objetivava promover o enrijecimento moral dos homens.

Em termos conclusivos, atestamos que, embora a modernidade exprima certo avanço no que concerne às políticas de gênero, sobretudo quanto ao sexo feminino, é lícito salientar que o androcentrismo influenciou acentuadamente a cultura europeia. Logo, seja no campo das ciências humanas, biológicas ou sociais, o homem era tomado como cêntrico e, portanto, portador de uma posição hierárquica, inquestionavelmente superior àquela da mulher. Isto posto, abordaremos no próximo capítulo as influências modernas no pensamento freudiano, em especial no que tange às formulações psicanalíticas acerca do binômio masculino/feminino. Além disso, nos aprofundaremos nas compreensões de Freud acerca da construção da subjetividade masculina.

3. A MASCULINIDADE NA LETRA FREUDIANA

“O que não podemos alcançar voando, devemos alcançar claudicando [...] Segundo as Escrituras, não é pecado claudicar”.
(Freud, [1920]2010, p. 239).

Qual a porta de entrada necessária para pensarmos o masculino em Freud? Conforme salientam Nicolau (2000), Poli (2007) e Sampaio (2010), o estudo da masculinidade na obra freudiana pressupõe a dissecação sistemática de momentos díspares de sua produção teórica. Nesse contexto, convém ressaltar que, embora existam ocasiões em que o masculino apareça com maior evidência, não há, contudo, um escrito freudiano específico dedicado à análise da constituição subjetiva masculina. Em consonância a isto, Ferraz (2008) sustenta que o que se depreende da obra freudiana como teoria do masculino encontra-se constantemente definido pela justaposição do que poderíamos designar como teoria do feminino.

Segundo Sampaio (2010), as primeiras formulações teóricas de Freud sobre o masculino estão estreitamente ligadas à noção de atividade. Entretanto, ao longo de sua extensa obra, o conceito de masculinidade gradualmente adquire novos nuances e contornos. A rigor, constata-se que, as concepções freudianas acerca da atividade/forma de amar e, por fim, o complexo edípico, contribuem significativamente para essa ampliação conceitual. Outrossim, conforme salienta Mezan (2013), a análise da obra freudiana deve ser conduzida de maneira diacrônica, visto que, pelo fato de Freud reformular incessantemente inúmeros de seus conceitos, consideremos inadequado e temerário privilegiar apenas determinada conjectura teórica como sendo “definitiva”. Ademais, é verossímil inferir que a teoria freudiana é constituída a partir de uma rede complexa de ideias interconectadas, onde conceitos anteriormente elaborados se entrelaçam com noções subsequentes.

Diante disso, Ferraz (2008) e Mezan (2013) asseveram que as exposições freudianas relativas ao universo masculino não seguem uma ordem cronológica linear. Em outros termos, as delimitações de Freud sobre a masculinidade e a feminilidade encontram-se dispersas em numerosas correspondências, artigos e conferências que o autor engendrara ao longo de sua vida. Para Ferraz (2008), uma análise satisfatória da concepção de masculinidade na obra freudiana requer, necessariamente, uma investigação que perpassasse as diferentes fases de sua produção teórica, considerando a inter-relação com as diversas noções elaboradas em períodos distintos. Além disso, o autor argumenta que cabe ao pesquisador estruturar de modo coerente e coeso a trajetória conceitual que visa efetivar no transcorrer de sua escrita. Assim,

com intuito de estabelecer maior ordenação teórica, os tópicos subsequentes se organizarão conforme os eixos dispostos nos quadros abaixo:

Cartografias da masculinidade na letra freudiana:

Eixo (1): Vinculações teóricas entre masculinidade, atividade e amor.
<i>Rascunho K</i> ([1896]1990).
<i>Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa</i> ([1896]1990).
<i>Carta 69</i> ([1897]1990).
<i>Três ensaios sobre a teoria da sexualidade</i> ([1905]2011).
<i>Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens</i> ([1910]2018).
<i>Sobre a mais geral degradação da vida amorosa</i> ([1912]2018).
<i>O tabu da virgindade</i> ([1918]2018).

Eixo (2): Masculinidade, feminilidade e os destinos do complexo Édipo.	
Primeiro tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1897-1913)	Segundo tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1914-1933)
<i>Carta 71</i> ([1897]1976).	<i>Introdução ao narcisismo</i> ([1914]2010).
<i>A interpretação dos sonhos</i> ([1900]2019).	<i>Luto e melancolia</i> ([1917]2017).
<i>Análise fragmentária de uma histeria</i> (“ <i>O caso Dora</i> ”) ([1905]2016).	<i>Psicologia das massas e análise do Eu</i> ([1921]2011).
<i>Análise da Fobia de um garoto de cinco anos</i> (“ <i>O pequeno Hans</i> ”) ([1909]2015).	<i>O Eu e o Id</i> ([1923]2011).
<i>Sobre as teorias sexuais infantis</i> ([1908]2015).	<i>Organização genital infantil</i> ([1923]2018).
<i>O romance familiar dos neuróticos</i> ([1909]2015).	<i>O declínio do complexo de Édipo</i> ([1924]2018).
<i>Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci</i> ([1910]2013).	<i>Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos</i> ([1925]2018).
<i>Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [dementia paranoides] relatado em autobiografia</i> [“ <i>O caso Schreber</i> ”] ([1911]2010).	<i>Sobre a sexualidade feminina</i> ([1931]2018).
<i>Totem e Tabu</i> ([1913]2012).	<i>A Feminilidade</i> ([1933]2018).

Uma vez estabelecido o nosso “mapa teórico”, nas páginas subsequentes nos dedicaremos a explorar as múltiplas facetas do masculino na letra freudiana. Antes, contudo, é importante salientar que faremos uma breve digressão para compreender as influências modernas no pensamento freudiano e suas inter-relações com a trama de conceitos desenvolvidas pelo autor.

3.1 Influências modernas no pensamento freudiano

“O trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens, coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instituais de que as mulheres não são muito capazes”.
(Freud, [1930]2010, p. 67).

“Os homens, por sua vez, são encarregados da civilização, com os desafios e riscos que ela comporta. Eles são os conquistadores do exterior; elas são as boas almas do conforto cotidiano”.
(Jablonka, 2021, p.73).

De acordo com Birman (1999) e Sampaio (2010), embora a produção teórica freudiana tenha se caracterizado por seu aspecto revolucionário, sobretudo, ao questionar o paradigma racionalista cartesiano e desvendar a existência de conteúdos psíquicos situados além do domínio da consciência, é inegável que, em diversos aspectos, suas premissas conservavam determinado grau de influência com a cultura europeia. Em linhas gerais, é verosímil afirmar que a psicanálise emerge com a Modernidade e se alicerça em premissas típicas desse momento histórico. Dessa forma, Freud, ao elaborar as bases conceituais do tipo de saber por ele inaugurado, incorporou elementos culturais vigentes da Viena do final do século XIX e início do XX, evidenciando, assim, certo paralelismo com o contexto intelectual de sua geração (Roudinesco, 2016).

Ao dissertar sobre a organização social europeia vigente nos séculos XVIII, XIX e XX, Laqueur (2001) aponta que este período ratificou determinada divisão sexista entre os papéis masculinos e femininos. Dito de forma pormenorizada, surgem no íterim desses séculos novas compreensões e descobertas acerca do funcionamento anatomofisiológico humano. A partir disso, médicos passaram a identificar uma série de diferenças significativas entre os sexos. Dentre elas, destacam-se: (1) graus divergentes de produção hormonal entre homens e mulheres – sendo o primeiro composto por maiores taxas de testosterona e o segundo por maiores taxas de progesterona –; (2) estruturas reprodutivas distintas: homens

possuem órgãos reprodutores localizados externamente, como o pênis e os testículos, enquanto as mulheres, por outro lado, detêm órgãos reprodutores internos, como os ovários, útero e vagina e; (3) disparidades cromossômicas: homens possuem cromossomos XY, enquanto as mulheres detêm XX.

Diante desse cenário, acentuadamente marcado por avanços nas áreas médicas, biológicas, fisiológicas e químicas, homens e mulheres passam a ser compreendidos como seres distintos e imutáveis. Nesse sentido, Laqueur (2001) assevera que o advento da Modernidade constituiu, entre outras coisas, uma significativa ruptura com teorias que, anteriormente, alicerçaram-se em postulados de ordem cósmica/divina como tentativa de desvendar o enigma da diferença sexual. Com efeito, o milenar isomorfismo descrito pelo modelo helênico de sexo único passa a ser gradativamente abandonado em favor de um novo paradigma que buscava detalhar as dessemelhanças entre os gêneros, originando assim o modelo de dois sexos distintos: o *two sex model*.

Em resumo, o novo paradigma baseado na dessemelhança entre os sexos alega que o sexo feminino não seria mais uma variação menos perfeita e menos desenvolvida de seu antagonista. Ao contrário, essa nova perspectiva defende que homens e mulheres não se definem como polaridades opostas de um único padrão e, por extensão, a vagina não seria o equivalente a um pênis invertido, mas sim um órgão reprodutor composto por um sistema anatômico completamente distinto. Analogamente, Laqueur (2001) postula que a ascensão do *two sex model* representou um repúdio explícito à ideia de que homens e mulheres portavam diferenças apenas sutis entre os órgãos, fluidos e processos fisiológicos.

Segundo o historiador americano, a partir da Era Vitoriana anatomistas de diversos países europeus passaram a produzir ilustrações detalhadas dos corpos masculino e feminino, fator que catapultou a popularização do recente modelo fundado na dessemelhança. Diante dessa conjectura, pouco a pouco as discrepâncias entre homens e mulheres, anteriormente difundidas por preceitos teológicos originários do período Medieval e Antigo, passam a ser substituídas por compreensões de natureza médica. Por consequente, o autor enfatiza que no final do século XVIII a ciência legitimou uma nova epistemologia baseada em axiomas de cunho biológico. Em síntese: “A ciência alegava que o corpo oferecia uma sólida fundação, um ponto causal, do significado de ser homem e mulher” (Laqueur, 2001, p. 197).

Complementarmente, Sampaio (2010) sustenta que, devido à secularização progressiva do Ocidente, a biologia obteve um elevado grau de confiabilidade e fidedignidade, sendo supostamente, considerada irrefutável por apresentar evidências

corpóreas. Mais precisamente, pelo fato de ser fundamentada em experimentações concretas e observáveis, as ciências de cunho biológico, sobretudo a anatomia e a fisiologia passaram a oferecer evidências tangíveis que objetivavam circunscrever, por intermédio de características físicas, determinadas definições no tocante ao masculino e feminino.

Conforme exposto nos trabalhos de Badinter (1993), Birman (1999) e Sampaio (2010) as novas compreensões do corpo humano configuraram uma fronteira aparentemente intransponível de superação. Isto é, homens e mulheres foram considerados permanentemente distintos por conta de seus desígnios físicos. Com efeito, por terem naturezas supostamente diferentes, estes também deveriam obter destinações díspares em seus respectivos contextos sociais, pois, devido às dessemelhanças cromossômiais, acreditava-se que homens e mulheres performariam comportamentos, funções e aptidões diametralmente opostos. Em síntese, as palavras de Sampaio (2010, p. 26) parecem resumir *par excellence* o contexto supramencionado: “As qualidades morais de um e de outro – homens e mulheres – seriam, nessa perspectiva, consequências inevitáveis de suas idiossincrasias corpóreas”.

Ademais, Laqueur (2001) assevera que, apesar dos significativos avanços científicos propiciados pelas dissecações médicas, a subordinação do dito segundo sexo se manteve vigente. Sendo assim, é profícuo elucidar que o período moderno se fundamentou em descobertas anatomofisiológicas para justificar os diferentes encargos sociais atribuídos aos gêneros. Em vista disso, Gay (2010) e Sampaio (2010) expressam conformidade ao reiterar que, ao longo da história, diversos teóricos vitorianos, especialmente dentro da comunidade médica, enfatizavam que determinadas patologias mentais se originavam a partir de influências fisiológicas exercidas por órgãos reprodutores. Não sem razão, difundiu-se no continente europeu, a ideia de que: “as mulheres devem seu temperamento aos seus órgãos reprodutivos, especialmente o útero” (Laqueur, 2001, p. 189).

De forma análoga, Birman (2017) disserta que a disseminação do novo modelo centrado na diferença entre os sexos acarretou consideráveis implicações políticas. Em síntese, o autor sublinha que, devido à propagação da crença de que a constituição fisiológica impactaria no psiquismo, os séculos XVIII e XIX delimitaram um elevado grau de segregação social supostamente amparado em especulações advindas da casta científica. Nessa lógica, por conjecturarem que parte do temperamento feminino se associava ao útero – órgão interno, abstruso e receptor da vida –, as mulheres deveriam ocupar-se dos cuidados domésticos e da maternidade. Em contrapartida, os homens, por possuírem pênis e testículos – órgãos

externos, visíveis e emissores da vida –, assenhorear-se-iam da esfera pública e, conseqüentemente, das tarefas civilizatórias.

Em perspectiva suplementar, Sampaio (2010) sustenta que, devido à aquiescência científica do então núpico modelo de dois sexos distintos, depreendeu-se que homens e mulheres equivaleriam, respectivamente, à luminosidade e à obscuridade pelo fato do primeiro associar-se à externalidade genital, ao passo que o segundo, em decorrência de apresentar a genitália “escondida”, atrelou-se à interioridade. Diante disso, a externalidade e o domínio do espaço público tornaram-se, inexoravelmente masculinos; por outro lado, a interioridade e a cena doméstica passaram a ser tomados como peculiaridades femininas. Subsidiariamente, presumia-se também que, dada a sua função de adentrar (penetrar) o corpo feminino, ao homem seria designada a atividade e a conquista do exterior, enquanto à mulher seria delegada à posição passiva, a submissão doméstica e o suporte ao cônjuge.

Diante do exposto, é possível notar que, embora fundamentados em epistemologias acentuadamente distintas, tanto o milenar discurso de sexo único quanto o moderno discurso de dualidade sexual buscaram legitimar a subordinação feminina. Em termos comparativos, enquanto o primeiro utilizou-se de preceitos metafísicos, o segundo amparou-se em explicações anatômicas. Em ambos os casos, porém, nota-se que as narrativas supramencionadas ratificavam a dominância masculina, atribuindo à mulher um papel costumeiramente secundário (Bourdieu, 2002).

Em termos psicanalíticos, Birman (1999; 2017) e Sampaio (2010) salientam que o modelo baseado na dualidade sexual impactou profundamente a perspectiva freudiana acerca da constituição subjetiva de homens e mulheres. Em síntese, segundo esses autores, Freud em um primeiro momento, constitui parte de sua teoria sexual alicerçado no modelo de sexo único e, posteriormente, optou pelo modelo biológico binário e dualista típico da tradição moderna. Nessa orientação, Sampaio (2010, p. 36) reitera que: “[...] tal como os modernos Freud entende a mulher como sendo essencialmente diferente do homem, porém assim como os antigos, considera o falo como a referência para pensar o humano”. Não por acaso, Freud em seu artigo: *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa*, profere que: “A anatomia é o destino” ([1912]2018, p. 150). Diante disso, é verossímil inferir que parte das compreensões de Freud sobre o masculino e o feminino transmitiram, de maneira acrítica, os paradigmas falocêntricos fundamentados tanto no *one sex model* quanto no *two sex model*.

Nessa direção, Sampaio (2010) balizado pelo trabalho de Bourdieu (2002), reitera que a psicanálise freudiana se constitui em um momento cultural no qual o falocentrismo fazia-se

demasiadamente presente na Europa. Mais especificamente, a perspectiva falocêntrica vigente na Viena de Freud buscava legitimar a superioridade masculina e, conseqüentemente, defender a lógica do patriarcado. Em termos exemplificativos, a ótica falocêntrica pleiteia estabelecer uma divisão simbólica de trabalho em que os gêneros encontram-se em posições estruturalmente assimétricas. Nessa conjectura, por hipoteticamente possuírem o falo e a superioridade intelectual, o sexo masculino é tomado como referência, culminando em um sistema civilizacional organizado por ditames androcêntricos. A citação proferida por Freud em *O mal-estar na civilização* exemplifica bem esse cenário:

As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual, o trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens; coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instituais de que as mulheres não são muito capazes ([1930]2010, p. 67).

Conforme supramencionado, a letra freudiana enfatiza que o trabalho cultural/civilizacional se apresenta como um labor masculino e os ofícios domésticos e familiares vincular-se-iam às mulheres. Isto posto, assevera-se que conforme proposto por Birman (1999) e Sampaio (2010), a produção freudiana demonstra aquiescência com a divisão entre papéis sexuais delineados a partir de convicções androcêntricas tributárias ao prisma falocêntrico predominante na história Ocidental. Além disso, é lícito reiterar que na obra freudiana não encontramos refutação a essa divisão sexual, atestando-se bem mais a conformidade com tais premissas (Ceccarelli, 2013).

Pelo fato de exprimir harmonia com princípios androcêntricos, os escritos de Freud apontam o falo e a sexualidade masculina como referências normativas e universais. Por conseguinte, o feminino é posto de forma antitética, sendo, respectivamente, enigmático e particular ([1925]2018, [1931]2018). Nesse sentido, Sampaio (2010) elucida que a escolha da mulher como particular e do homem como universal obteve como efeito correlato o dispêndio de menos atenção às especificidades do masculino e a concepção de que o trajeto para a constituição subjetiva dos homens seria menos engenhoso se contraposto ao caminho que a menina deveria transcorrer para tornar-se mulher.

Em vista disso, autores como Ambra (2021), Birman (1999), Ceccarelli (2013), Kehl (1996) e Sampaio (2010) evidenciam que, pelo fato de haver tomado o homem como modelo normativo, a obra freudiana tendeu a considerar a constituição subjetiva masculina como autoevidente, mais simples e mais isenta de conflitos se comparado a das mulheres. Como resultado desse panorama, averigua-se que os homens e a masculinidade se tornaram objeto de menor interesse psicanalítico, sobretudo no começo do século XX. Em contrapartida, por

serem consideradas enigmáticas e labirínticas, as mulheres e a feminilidade converteram-se em legítimos alvos de pesquisa.

Foi somente no início de 1960 que os trabalhos acerca da construção da subjetividade dos homens eclodiram de maneira mais ampla no meio psicanalítico. De acordo com Sampaio (2010), as décadas de 1960 e 1970 caracterizam-se por colocar em xeque a naturalização do masculino. Assim sendo, os trabalhos como os de Stoller (1964; 1985) e Greenson (1966; 2003) contestaram a afirmação proferida por Freud ([1925]2018) de que o caminho para a subjetivação feminina seria mais engenhosa que no caso do menino. Doravante, a partir 1980 ocorreria uma profusão de estudos relativos aos conceitos de sexualidade e identidade de gênero no campo das ciências sociais e humanas, tais como os de Badinter (1980; 1993), Bourdieu (2002), Butler ([1990]2003), Scott (1995) e Connell ([1993]2020).

Embora nem sempre expressem concordância teórica, tais autores protagonizaram a gênese de um amplo movimento de crítica de costumes. Em síntese, por colocarem em questão os valores androcêntricos da cultura ocidental – em especial a milenar dominação masculina –, seus respectivos trabalhos impactaram as concepções psicanalíticas sobre a masculinidade e a feminilidade. Nesse sentido, por serem parcialmente alijados de sua posição inquestionável de sexo forte e de referência universal, os homens finalmente, passaram a ser problematizados com mais frequência pelas diversas áreas do saber e, desde então, psicanalistas atrelados às pesquisas interdisciplinares vêm colocando em destaque as peculiaridades da subjetivação masculina (Sampaio, 2010; Ambra, 2021).

Como veremos de forma pormenorizada no próximo capítulo, Freud canalizou boa parte de seus esforços em explorar as peculiaridades da sexualidade feminina. Em carta direcionada à princesa Marie Bonaparte, Freud escreve: “A grande pergunta que não foi nunca respondida e que eu não fui capaz ainda de responder, apesar dos meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina é - o que quer uma mulher?” (Bertin, 1989, p. 250). Similarmente, em seu artigo *A questão da análise leiga*, Freud ([1926]2014, p. 164) considera que: “A vida sexual da mulher adulta é um *dark continent*”. Notoriamente, observa-se que as pesquisas acerca da constituição subjetiva feminina representaram, para os círculos psicanalíticos provenientes da Europa no século XX, objeto de exaustiva investigação. Apesar do genuíno interesse, tais investigações nunca obtiveram conclusões satisfatórias, aspecto que levou Freud a considerar que a compreensão acerca do desenvolvimento psicosssexual das meninas ainda era: “insatisfatória, lacunar e vaga” ([1924]2018, p. 266).

O interesse em desvendar os mistérios da feminilidade justifica-se também pelo fato de que, nos séculos anteriores, devido à intensa presença do dogmatismo católico, o corpo da mulher e, sobretudo, a sexualidade feminina, foram correlacionados à sedução e à tentação – peculiaridades que, possivelmente, levariam o ser masculino à concupiscência. No entanto, com a chegada da Era Moderna e o subsequente surgimento do iluminismo e do racionalismo, a abordagem ao corpo feminino deixa de ser um tabu e passa a ser considerado como autêntico objeto de investigação para as ciências. Assim, enquanto a medicina empenhava-se em compreender a anatomia da fêmea, as ciências humanas e sociais, por outro lado, buscavam entender os segredos da subjetividade feminina (Khel, 1996).

Sob esse prisma, Laqueur (2001) elucida que as investigações relativas ao ser feminino refletiam parte da *Zeitgeist* hodierna no continente europeu. Destarte, conforme expresso no parágrafo inicial deste tópico, é evidente que Freud, assim como boa parte de seus discípulos, conservaram um significativo grau de influência da cultura europeia. Daí compreende-se o fascínio de alguns psicanalistas em estudar a alma feminina. Entre os adeptos da sociedade psicanalítica de Viena, o único a compor um trabalho especificamente voltado ao estudo da sexualidade masculina foi Sándor Ferenczi, em seu escrito denominado: *Thalassa: Ensaio sobre a teoria da genitalidade* ([1924]1968).

Utilizando-se das contribuições freudianas expressas em: *Os três ensaios da sexualidade* ([1905]2016) e *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* ([1912]2018), Ferenczi ([1924]1968), *a priori*, buscou traçar paralelos entre a sexualidade infantil e as disfunções de natureza sexual que acometiam alguns de seus pacientes. Munido de inúmeros relatos clínicos recolhidos no período em que o autor servia como médico durante a Primeira Grande Guerra, Ferenczi ([1924]1968) buscava mesclar elementos oriundos das ciências médicas e noções psicanalíticas. Assim, o psicanalista húngaro pressupunha que a sexualidade deveria ser compreendida como uma espécie de “polimorfia” de fusões do erotismo. Dito de maneira pormenorizada, Ferenczi ([1924]1968) acreditava que os estágios psicosssexuais didaticamente descritos por Freud ([1905]2016) transcorrer-se-iam em um processo denominado de anfigmíxia¹⁵. Isto é, uma laboração dinâmica que consiste na mistura de diferentes modos de erotismo, resultando em modalidade erótica completamente inédita.

¹⁵ Termo originalmente utilizado pelas ciências médicas e biológicas para referir-se a fusão dos núcleos de gametas feminino e masculino no momento da fertilização, dando, posteriormente, origem ao núcleo do zigoto. Outrossim, é interessante observar, conforme pontuam Câmara e Herzog (2018) que, o trabalho de Ferenczi ([1924]1968), busca operar misturas, por intermédio, do manuseio de conceitos aparentemente heterogêneos. Mais precisamente, ao longo de seu escrito, o psicanalista húngaro afirmará que o ato sexual comporta elementos filogenéticos e, portanto, ligar-se-ia ao processo evolutivo percorrido pela espécie humana. Em sua concepção, o

Diante disso, a compreensão ferencziana acerca da sexualidade masculina alega que o estágio genital correlato a fase adulta é, na verdade, uma amálgama residual dos erotismos uretral, anal e oral. Logo, do erotismo uretral derivam-se as qualidades de precipitação e emissão, enquanto o erotismo anal determina os dotes de paragem e retenção e, por fim, o erotismo oral confere o ritmo e a intensidade de movimentos que são desencadeados no coito. Em suma, a combinação desses três modos de erotismo conferiria variáveis graus de precipitação, retenção e ritmo ao erotismo genital. Além disso, é importante ressaltar que as peculiaridades ocorridas durante a ontogênese delimitariam os níveis de interação de cada corrente erótica. Em outras palavras, embora Ferenczi ([1924]1968) generalize sua afirmativa de que a valência de erotismos predecessores orientem a sexualidade genital, a coreografia do ato sexual, bem como o nível de excitação exteriorizada, seriam inexoravelmente, particularidades vinculadas ao histórico de relações objetais de cada sujeito.

Outrossim, ao redigir *Thalassa*, ([1924]1968) Ferenczi buscou propor novas explanações teóricas a um problema relativamente frequente na Era Vitoriana: a impotência sexual masculina. Diferentemente do trabalho de seu mentor, porém - que, em linhas gerais, associou a disfunção erétil a uma fixação análoga às *imagos* parentais de mãe e irmã (Cf. Freud, [1912]2018) -, Ferenczi ([1924]1968) não limitou suas teorizações apenas a essa ótica. E, apesar de concordar com a hipótese freudiana de que a impotência sexual se originaria de conexões libidinais incestuosas que, mediante a dinâmica transferencial, manifestar-se-iam na escolha de objetos, Ferenczi ([1924]1968) acreditava que essa elucidação, por si só, ainda não oferecia uma compreensão amplamente satisfatória às inúmeras facetas da impotência sexual masculina.

Em vista disso, o psicanalista húngaro alega ser necessário aprofundar-se em fatores psíquicos adicionais, possivelmente alocados em estágios remotos do desenvolvimento psicosssexual. Então, no primeiro capítulo de *Thalassa*, intitulado “*Anfimixia de erotismos no ato ejaculatório*”, o autor dispõe-se a investigar os estágios pré-genitais de pacientes acometidos por impotência sexual. No entanto, é preciso salientar de antemão que o escrito ferencziano refere-se ao termo impotência sexual de forma abrangente. Em outras palavras,

ato sexual se utiliza do mecanismo de compulsão a repetição como forma de (re)experimentar os estágios evolutivos anteriormente percorridos pela humanidade. Nesse sentido, o contato úmido com o canal vaginal rememora o estágio primordial de *tiktaalik*, peixe ancestral que, rastejando-se por superfícies úmidas, propiciou o surgimento de espécies terrestres e, conseqüentemente, colaborou para o advento do *Homo sapiens*. Ademais, é importante observar que, o texto do autor em questão utiliza, em grande medida, o vocabulário médico vigente nos séculos XIX e XX, aspecto que corrobora com nossa argumentação de que determinadas premissas “supostamente científicas” do período Moderno influenciaram direta ou indiretamente as formulações psicanalíticas.

para Ferenczi ([1924]1968) a impotência sexual pode englobar não somente à disfunção erétil, mas também, a ejaculação precoce e a anorgasmia. Assim, ao analisar casos duplamente compostos por impotência sexual e ejaculação precoce, Ferenczi ([1924]1968) sustenta que tais enfermidades têm origem em um funcionamento atípico do erotismo uretral. Nesse sentido, o autor sustenta que os registros mnemônicos adquiridos na infância ecoam na sexualidade adulta e, conseqüentemente, a ejaculação precoce seria a reminiscência de certa “precipitação uretral” pueril.

Perante o exposto, é notório que a perspectiva ferencziana confere aos estágios pré-genitais um papel medular na formação de determinados quadros patogênicos. Ao prosseguir em suas aferições, o autor destaca casos nos quais um número significativo de pacientes afirmam ser incapazes de realizar o ato ejaculatório. Ferenczi ([1924]1968) classifica a essa tipologia clínica como aspermia, e argumenta que, em tais quadros, os sujeitos mostram-se aptos à ereção peniana, porém são impotentes no que tange a excreção espermática. Para o autor, a aspermia associa-se a elementos longínquos do erotismo anal e, sendo assim, a forma com que esses indivíduos experienciaram seus primeiros atos excretórios balizaria parte da dinâmica erótica futura. Diante disso, Ferenczi ([1924]1968) assevera que, não raramente, os antecedentes familiares desses pacientes assinalam um padrão educacional demasiadamente rígido em relação ao controle esfinteriano. Com efeito, os conteúdos inconscientemente constituídos nessa etapa, compeliram a gentilidade adulta um funcionamento acentuadamente restritivo. Em última instância, o analista húngaro sustenta que a impotência ejaculatória detém em seu âmago a vigência de componentes anais recalcados.

Pautado nessas observações, Ferenczi ([1924]1968) conclui que tanto a ejaculação precoce quanto a aspermia originam-se de um processo anfiximológico assimétrico. No primeiro caso, verifica-se a primazia de elementos uretrais, ao passo que no segundo há uma preponderância de elementos anais. Por fim, o autor infere que a sexualidade masculina, comumente designada como “saudável”, se caracterizaria por uma síntese anfiximológica harmônica, concedendo, dessa forma, certo grau de proporcionalidade às correntes eróticas que compõe a genitalidade.

No entanto, apesar de conter formulações ousadas e originais, *Thalassa* não se popularizou no meio psicanalítico. De acordo com Câmara e Herzog (2018), inicialmente o trabalho de Ferenczi foi planejado para formar um parentesco com os textos metapsicológicos de Freud. Entretanto, Ferenczi optou por compor um ensaio psicanalítico combinado que comportasse e unificasse ideias de escritos anteriores não publicados. Como resultado,

Thalassa levou nove anos para ser concluído. Ainda segundo Câmara e Herzog (2018, p. 245), não dispomos de informações claras a respeito da recepção do livro pelos demais analistas da época. Todavia, ao redigir um tocante necrológio ao seu falecido amigo, Freud afirmaria que *Thalassa* fora: “Sua realização mais brilhante, mais rica de ideias”.

Conforme veremos no próximo capítulo, Freud não dedicou um trabalho estritamente direcionado ao estudo da sexualidade masculina como fizera seu discípulo Ferenczi. Nesse sentido, conforme explicitado por Sampaio (2010) e Ambra (2021), o estudo da masculinidade na obra de Freud pressupõe a análise de momentos distintos de sua produção teórica. Assim, ora a masculinidade será retratada como uma forma singular de amar ([1910] 2018; [1912]2018) e posição ativa ([1915]2014; [1930]2014) e, ora será descrita de acordo com o complexo de Édipo e modelo antitético frente à feminilidade.

De todo modo, concordamos com a argumentação de Sampaio (2010) ao afirmar que as elucubrações freudianas acerca do masculino são acompanhadas pela vigência do paradigma falocêntrico moderno. Por conseguinte, dissertar a respeito do contexto histórico vigente na Europa vitoriana de Freud e seus adeptos revelou-se essencial, pois nos permitiu compreender as interconexões entre o pensamento freudiano e o panorama sociocultural do período. Em outras palavras, é factível inferir que os ditames antropocêntricos ordinariamente difundidos nessa época influenciaram, em certo grau, as concepções psicanalíticas sobre a masculinidade e a feminilidade. Sendo assim, as contribuições propostas pelos teóricos de gênero mostram-se profícuas, sobretudo ao denunciar as amarras patriarcais que Freud acriticamente inseriu em alguns de seus escritos (Bourdier, 2002; Butler, 1990; Scott 1995).

Muito embora sejam passíveis de crítica por autores contemporâneos, as concepções freudianas sobre a constituição subjetiva de homens e mulheres seguem se mostrando de grande valia tanto no âmbito psicanalítico quanto para as ciências humanas e sociais. Nesse sentido, suas elaborações teóricas, em especial o complexo de Édipo e a sexualidade infantil, emergem como fundamentais para pesquisadores de épocas subsequentes, tais como Greenson (1966; 2003) e Stoller (1964; 1993), por exemplo, os quais dedicaram parte de suas pesquisas a explorar o período pré-edipiano. Este último em particular ressalta a importância das descobertas freudianas e, suplementarmente, busca investigar os pormenores vivenciados em etapas rudimentares do desenvolvimento humano. Como veremos mais detalhadamente em um momento posterior, Stoller (1964; 1993) advoga que a formação do núcleo de identidade de gênero originava-se de identificações primárias ocorridas na história pregressa do complexo de Édipo. Com efeito, para esse autor a masculinidade não é um simples estado

natural que precisa ser apenas preservado para desenvolver-se sadiamente. Ao contrário, ela é uma aquisição rudimentar (Stoller, 1993). Assim, na perspectiva stolleriana o complexo de Édipo será responsável por coordenar determinada “lapidação” subsequente – uma espécie de acabamento – à identidade de gênero, visto que reforçará as implicações de pertencer a um sexo ou a outro (Gonçalves e Ceccarelli, 2020).

Em termos conclusivos, constata-se que a psicanálise freudiana – mesmo após cem anos de formulação – oferece apontamentos robustos para o estudo da masculinidade e da feminilidade. Nesse sentido, embora, como dito anteriormente, Freud não tenha dedicado um trabalho específico ao estudo da masculinidade, é fundamental salientar que suas contribuições são consideradas basilares para pesquisas psicanalíticas hodiernas acerca da dinâmica psíquica de homens e mulheres. Assim, nas próximas páginas embarcaremos em uma *odisseia* teórica pelos labirintos da letra freudiana, buscando elucidar suas formulações a respeito do masculino.

3.2 Vinculações teóricas entre masculinidade, atividade e amor

“Os homens distinguem-se pelo que fazem; as mulheres, pelo que levam os homens a fazer”.
(Drummond, 1990, p. 57).

Conforme indicado no título deste tópico, a obra freudiana designa, *a priori*, determinado grau de verossimilhança entre os significantes masculinidade e atividade. Nesse sentido, Sampaio (2010) sustenta que, embora Freud tenha reconhecido a dificuldade de se estabelecer definições precisas aos termos masculinidade e feminilidade, há passagens em que o autor associa explicitamente a noção de masculinidade à atividade e a feminilidade à passividade. Dessa forma, evidenciando um incontestável nível de circunjacência entre essas concepções.

A rigor, constata-se que a primeira correlação engendrada por Freud entre masculinidade/atividade é expressa em um esboço de natureza pré-psicanalítica remetido a Wilhelm Fliess. Mais precisamente, em *Rascunho K: As neuroses de defesa*, Freud ([1896]1990) alega que as mulheres são mais propensas à histeria, visto que essa tipologia clínica pressupõe uma experiência primária de desprazer sentida de forma passiva. Analogamente, o autor reitera que, embora já houvesse testemunhado casos de histeria masculina, esse quadro restringe-se a homens cuja constituição subjetiva caracteriza-se por

determinada passividade sexual – logo, evadindo-se à regra geral que atrela a masculinidade à atividade. De acordo com a letra freudiana:

A histeria pressupõe necessariamente uma experiência primária de desprazer – isto é de natureza passiva. A passividade sexual natural das mulheres explica o fato de elas serem mais propensas à histeria. Nos casos em que encontrei histeria em homens, pude comprovar, em suas anamneses, a presença de acentuada passividade sexual (Freud, [1896]1990, p.137).

Complementarmente, ao prosseguir sua aferição, o psicanalista vienense argumenta que a neurose obsessiva, por sua vez, vincular-se-ia a vivências sexuais primárias ativas e prazerosas, delineando, portanto, um percurso antagônico ao empreendido na histeria. Com efeito, pelo fato de imbuir-se de traços mnêmicos associados a experiências sexuais ativas e gratificantes, Freud ([1896]1990) assevera que a neurose obsessiva se manifesta mais comumente em homens. Ademais, é lícito reiterar que o autor não descarta a ocorrência de quadros obsessivos em mulheres. Entretanto, seu percurso etiológico diferir-se-ia daquele apresentado pelo *infans* do sexo masculino. Vejamos:

Aqui, a experiência primária foi acompanhada de prazer. Quer tenha sido uma experiência ativa (nos meninos), quer tenha sido uma experiência passiva (nas meninas), ela se realizou sem dor ou qualquer mescla de nojo; e isso, nos casos das meninas, implica, em geral, uma idade relativamente maior (cerca de 8 anos) (Freud, [1896]1990, p.134).

Ante ao exposto, é factível constatar que a letra freudiana designa a gênese da neurose obsessiva em mulheres à premência de vivências sexuais passivas e prazerosas, preferivelmente ocasionadas em idade superior aos oito anos. Diante dessa conjuntura, tanto na neurose histérica quanto na neurose obsessiva as mulheres, a princípio, figuram sempre em uma posição passiva, variando apenas a forma como as experiências sexuais foram mnemonicamente assinaladas¹⁶. Os homens, em contrapartida, regularmente vincular-se-iam à atividade, exceto, como citado anteriormente, nos casos de histeria masculina. Nessa orientação, Poli (2007) e Sampaio (2010) ratificam que, no preâmbulo das teorizações freudianas, a existência de elos associativos entre os significantes masculinidade/atividade é enfaticamente sublinhada.

Em perspectiva suplementar, um mês após a submissão do *Rascunho K* expedido a Fliss, Freud ([1896]1990), em uma nova correspondência denominada *Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa*, estabelece proposições teóricas extras

¹⁶ Em termos esquemáticos: (A) histeria feminina→registros passivos/desprazerosos; (B) obsessão feminina→registros passivos/prazerosos.

concernentes à etiologia das neuroses. De forma pormenorizada, o escrito supracitado organiza-se em três sessões distintas que versam, respectivamente, acerca: da neurose histérica, das manifestações obsessivas e, por fim, dos estados psicóticos. Destarte, o analista vienense alega que o fator responsável pelo advento de afecções neuróticas seria: “uma experiência sexual de caráter traumático – no caso da histeria, uma experiência passiva; no caso das obsessões, ativa” (p. 95). Além disso, Freud ([1896]1990) supõe que este infortúnio de caráter traumático seria ocasionado em decorrência da sedução de uma criança por parte de um adulto abusador. Com efeito, as neuroses de defesa caracterizar-se-iam por conter: “o recalçamento de uma lembrança sexual aflitiva” (p. 99). Em última análise, o autor sugere que o referido quadro de violação sexual ocorreria em etapas rudimentares da infância e, portanto, a sintomatologia dessas afecções se vincularia a reminiscências afetivas ansiogênicas geralmente (re)despertadas em estágios posteriores da vida.

Ademais, é bem-sabido para aqueles já familiarizados com a história do movimento psicanalítico que a teoria da sedução foi formalmente renunciada por Freud no dia 21 de setembro de 1897 na carta de número 69, também ela direcionada a seu confidente amigo Wilhelm Fliess. Nessa correspondência, declara o remetente: “Confiar-lhe-ei de imediato o grande segredo que lentamente comecei a compreender nos últimos meses. Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses]” (Freud, [1897]1990, p. 156). De acordo com a argumentação freudiana, o abandono dessa teoria efetuou-se por intermédio de quatro fatores específicos. A saber: 1) o insucesso em termos práticos de tratamento; 2) a implicação de que todos os pais de pacientes neuróticos, incluindo o próprio pai de Freud, supostamente, seriam abusadores; 3) o fato de ser impossível discernir entre realidade factual e ficção nas recordações dos pacientes e; 4) a constatação de que as memórias de abuso nunca vêm à tona nas psicoses (Freud, [1897]1990).

Doravante, ao ponderar tais postulados, Freud se conscientizou a respeito do papel desempenhado pela fantasia na formação de sintomas neuróticos, o que o levou a substituir a teoria da sedução pela teoria da fantasia. Dito de outra forma, à medida que avançava em suas análises clínicas, Freud gradualmente pôde notar que as narrativas de abuso sexual careciam frequentemente de indícios tangíveis. Desse modo, impelindo-o a considerar a importância exercida pelas ideações fantasmáticas na gênese das afecções neuróticas. À luz dessa asserção, Mezan (2013) destaca que a renúncia à teoria da sedução proporcionou a Freud oportunidades substanciais de ampliar seus horizontes teóricos, visto que, a partir dessa

mudança paradigmática, a realidade psíquica passou a deter uma relevância equiparável à realidade factual na dinâmica inconsciente.

Ainda de acordo com Mezan (2013), a proposição da existência de fantasias inconscientes conduziu Freud a apreender grandes descobertas. Em suma, ao velejar pelos labirintos obscuros das ideações fantasmáticas, o inventor da psicanálise defrontou-se regularmente com discursos que versavam a respeito de cenas sexuais infantis, desejos reprimidos e ambivalências afetivas – obtidos por intermédio da técnica de associação livre e reconstrução/(re)interpretação de memórias via tratamento terapêutico. Assim, mediante essa abundante gama de reflexões clínicas, Freud pôde delinear conceitos, ideias e noções medulares à teoria psicanalítica. Entre estas, a sexualidade infantil e o complexo de Édipo destacaram-se como elementos cardeais à formação da subjetividade humana. Por fim, Mezan (2013) reitera que o exame de textos de natureza pré-psicanalítica não deve ser negligenciado em uma pesquisa, dado que esses documentos nos permitem apreender determinada prefiguração de ideias que (re)aparecem *a posteriori* em muitos trabalhos de Freud.

Conforme evidenciado até o momento, nesse estágio preambular do pensamento freudiano os homens e a masculinidade estiveram intimamente ligados à atividade e à etiologia das neuroses. A seguir, direcionaremos nossas análises para o escrito: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* ([1905]2016) com o propósito de elucidar as definições do autor sobre o masculino, especificamente expostas no tópico: *Diferenciação de homem e mulher* e na nota de rodapé número 72 (adicionada em 1915), ambas localizadas na terceira parte da obra. Antes de prosseguirmos, no entanto, apresentaremos uma breve sumarização do texto, visando com isso contextualizar o leitor acerca da obra indicada e, por extensão, ratificar a evolução de alguns conceitos previamente implícitos no léxico freudiano.

Destarte, Foucault (2020) assinala que os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* designaram uma notável ruptura com as teorizações prevalecentes à época de Freud, sobretudo, no que diz respeito à atividade sexual infantil. Concomitantemente, Foucault (2020) assevera que, embora a temática da sexualidade infantil tenha relativamente se difundido no meio acadêmico devido às teses freudianas, a psicanálise não foi a primeira disciplina a versar sobre o assunto. Ainda segundo Foucault (2020), diversos pensadores contemporâneos a Freud pleitearam estabelecer novas contribuições à *scientia sexualis*. Dentre eles, Krafft-Ebing ([1886]1990), Havelock Ellis ([1897]1915), Iwan Bloch (1896), Magnus Hirschfeld (1896) e Albert Moll (1897) destacaram-se como referências proeminentes nesse âmbito de investigações. Em linhas gerais, tais autores advogavam que

qualquer forma de expressão sexual manifesta em período pueril caracterizar-se-ia como patológica, mórbida, pecaminosa ou degenerativa.

Em perspectiva antagônica, a letra freudiana assevera que a sexualidade humana se institui em estágios remotos da existência, contrariando assim em larga medida as concepções previamente legitimadas pela psiquiatria e sexologia, às quais associavam o início da vida sexual à puberdade. Em síntese, na primeira seção de sua obra – dedicada às aberrações sexuais –, Freud ([1905]2016) contesta as teses convencionalmente difundidas no período moderno, que alegavam que a perversão e, por extensão, a homossexualidade, proviriam de uma suposta “degenerescência constitutiva/inata”. Seguidamente, o autor infere que a escolha de objeto sexual efetivada na fase adulta é, em realidade, imbuída de traços e vestígios psíquicos impressos desde a primeira infância. Nessa orientação, a concepção freudiana acerca da sexualidade humana enfatiza a ontogênese em detrimento da filogênese na seleção objetos. Outrossim, é pertinente ressaltar que, para o literato, as ditas “transgressões sexuais” – inversões parciais/totais; sadismo; masoquismo; voyeurismo; exibicionismo, etc. – seriam, em larga medida, bem mais frequentes na vida cotidiana do que a classe médica pode presumir. Portanto, o ensaísta conclui essa seção alegando não haver necessidade de designar tais predileções como patológicas, mas sim como expressões variáveis da pulsão sexual (Freud, [1905]2016)¹⁷.

O segundo ensaio, por sua vez, consiste em uma exposição detalhada das variadas formas de manifestação sexual infantil. Mais precisamente, Freud ([1905]2016) visa demonstrar que inúmeras práticas pueris – como, por exemplo: o ato de sugar o seio materno ou seus substitutos; as brincadeiras de reter/expelir fezes; ou ação de apalpar e tatear os próprios órgãos genitais – são fontes de prazer e autoerotismo. Com efeito, Freud ([1905]2016) passa a designar a criança como um ser de gozo, capaz de desvelar e obter prazer por meio de inúmeras atividades parcelares associadas às zonas erógenas. Assim, sob a égide de tais postulados, o autor descreve a constituição sexual infantil como fundamentalmente perverso-polimorfa – isto é, caracterizada pela diversidade e pluralidade de

¹⁷ É mister ressaltar que, de acordo com a letra freudiana, o conceito de pulsão (*Trieb*) designa: “O representante psíquico de uma fonte endossomática de estímulos que não para de fluir, à diferença do ‘estímulo’, que é produzido por excitações isoladas oriundas de fora. Assim, ‘pulsão’ é um dos conceitos na demarcação entre o psíquico e o físico” (Freud, [1905]2016, p.66). *A priori*, a pulsão vincular-se-ia à atividade inata de autoconservação da espécie, visto que, o lactante terá como primeiro objeto sexual a pessoa que lhe alimenta. Posteriormente, a atividade pulsional desvincula-se das funções de autoconservação, dessa forma, estabelecendo outros alvos sexuais não necessariamente alicerçados a preservação da vida. Ademais, salienta-se que o conceito em voga obteve inúmeros acréscimos e reformulações ao longo da extensa obra de Freud. Além disso, Freud conferiu uma notável plasticidade ao conceito em questão, de modo que, embora a finalidade (objetivo/meta) da pulsão seja sempre a satisfação, seu objeto pode variar consideravelmente.

formas de satisfação erótica acessíveis às pulsões parciais. De maneira complementar, é verossímil aferir que, para o psicanalista vienense, a sexualidade infantil não se organiza em torno da primazia da genitalidade. Pelo contrário, a integração das pulsões parciais à genitalidade se configuraria como um estágio posterior – majoritariamente – alcançado na puberdade/vida adulta. Em virtude dessa asserção, Freud ([1905]2016) finda este capítulo reiterando que o desenvolvimento psicosssexual infantil demarca determinado conjunto não estruturado de pulsões parciais que visam obter júbilo.

Seguidamente, no terceiro ensaio, intitulado *As transformações da puberdade*, Freud ([1905]2016) aborda de maneira mais detalhada aspectos relacionados à subjetivação masculina e feminina. Ao iniciar sua argumentação, o literato destaca que o advento da puberdade acarreta mudanças significativas à vida sexual, levando-a à sua configuração definitiva. Em síntese, a pulsão sexual, que a princípio caracterizava-se como autoerótica, agora busca associar-se a um objeto externo. Consequentemente, as múltiplas pulsões parciais – que anteriormente objetivavam, cada qual de forma independente, obter prazer – (re)configuram-se de maneira cooperativa, visando facilitar o estabelecimento de conexões libidinais com o objeto eleito. Diante dessa acepção, Freud ([1905]2016) constata que tal etapa do desenvolvimento se circunscreve em torno do primado da zona genital e, por extensão, consente à função reprodutiva.

Ademais, embora reitere que o advento da puberdade provoque reordenamentos pulsionais significativos a ambos os sexos, Freud ([1905]2016) alega que até aquele momento o desenvolvimento psicosssexual masculino seria o mais acessível à teoria psicanalítica. Posto isto, à medida que prossegue sua aferição o autor assevera que a maturação sexual proporciona ao homem a exata convergência de duas correntes sexuais dirigidas ao objeto elegível. A saber: (1) a corrente terna e (2) a corrente sensual. Em termos exemplificativos, a primeira contém substratos residuais da sexualidade infantil e, portanto, caracteriza-se por seus aspectos de afeição e ternura. A segunda, por outro lado, apoia-se na nova meta sexual, a qual, consequentemente, pleiteia satisfazer a pulsão mediante a cópula¹⁸. No que tange ao desenvolvimento das mulheres, Freud ([1905]2016) reconhece não dispor de grandes esclarecimentos a respeito. Entretanto, admite suspeitar que esse período acarretasse uma “espécie de involução” à sexualidade feminina.

Suplementarmente, no tópico: *Diferenciação de homem e mulher*, o analista vienense alega que a predisposição à masculinidade ou à feminilidade já seria reconhecível na infância,

¹⁸ É lícito ressaltar que ambos os termos serão melhor delineados por Freud no artigo: *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* (1912[2018]), o qual será comentado mais adiante.

visto que, no caso das meninas, o desenvolvimento de inibições sexuais – vergonha, nojo, compaixão e etc. – ocorreria mais cedo e com menor resistência. Além disso, Freud ([1905]2016) enfatiza que nas garotas as pulsões parciais da sexualidade assumem, preferencialmente, uma modalidade passiva de satisfação, sendo também mais suscetíveis à repressão psíquica. Outrossim, ao discorrer acerca dos pormenores relacionados às atividades masturbatórias engendradas na infância, Freud ([1905]2016) argumenta que estas são, a princípio, semelhantes em ambos os sexos. Mais precisamente, o autor advoga que a sexualidade das garotas pequenas comporta traços sexuais masculinos, uma vez que, a estimulação do clitóris seria análoga à estimulação peniana. Em linhas gerais, Freud ([1905]2016) assevera que durante a puberdade feminina há uma rigorosa supressão das atividades masturbatórias clitorianas impostas – algo imposto sobremaneira pela moral sexual. Com efeito, uma parcela significativa de caracteres sexuais masculinos que são concernentes às mulheres é inibida.

Frente a isso, Freud ([1905]2016) argumenta que a puberdade propicia à mulher uma mudança de excitabilidade erótica do clitóris para vagina. Sob essa lógica, o literato sustenta que o desenvolvimento psicosexual feminino designa o recalcamento de sua masculinidade infantil. Destarte, Freud ([1905]2016) conclui que o deslocamento de zonas erógenas (clitóris→vagina), aliada à intensificação da repressão durante a puberdade, constituem as principais causas de doenças nervosas entre as mulheres ([1905]2016; [1908]2018). Os homens, em contrapartida, obteriam nesta etapa uma elevação de sua libido, fator que, segundo a compreensão freudiana, acabaria por conduzi-los a uma superestimação sexual em relação às mulheres recatadas (Freud, [1905]2016).

Já se encaminhando para os comentários finais de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud ([1905]2016), em uma nota de rodapé acrescentada dez anos após a primeira publicação do escrito em questão, busca conceitualizar a masculinidade e a feminilidade em três perspectivas teóricas distintas, sendo estas de natureza: psicanalítica, biológica e sociológica. No que tange à perspectiva psicanalítica, Freud ([1905]2016) postula que os termos masculino e feminino são empregados em relação à atividade e à passividade respectivamente. Além disso, o autor assevera que a libido é essencialmente masculina, visto que a pulsão (*Trieb*) é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si metas passivas. No que se refere à perspectiva biológica, Freud ([1905]2016) assevera que a masculinidade é caracterizada pela presença de espermatozoides, enquanto a feminilidade é definida pela existência de óvulos. Por fim, no que diz respeito à vertente sociológica, Freud ([1905]2016)

afirma que essa visaria estabelecer observações acerca de indivíduos masculinos e femininos em sua existência efetiva. Ademais, tais observações mostram que, tratando-se da espécie humana, não é possível constatar estados “puros” de masculinidade ou feminilidade. Assim sendo, esta vertente sustenta que cada sujeito comporta uma mescla de características masculinas e femininas, assim como uma inter-relação entre atividade e passividade.

Em termos conclusivos, é profícuo observar que as três perspectivas supramencionadas compõem as malhas teóricas do pensamento freudiano. Nessa conjuntura, averiguamos que a masculinidade, *a priori*, circunscreve-se em torno da noção de atividade na etiologia das neuroses. Posteriormente, afere-se que a constituição de fatores biológicos nunca foi menosprezada por Freud. Pelo contrário, embora tenha se conscientizado acerca de aspectos fantasmáticos e da sexualidade infantil, Freud nunca abandonou por completo a importância dos coeficientes físicos e anatômicos em suas ponderações teóricas – não à toa, lembremo-nos de que, para ele, a pulsão é: “um dos conceitos na demarcação entre o psíquico e o físico” (Freud, [1905]2016, p. 66). Nesse sentido, a estrutura anatômica, mais precisamente a ausência/presença do falo, será – como veremos mais detalhadamente ao abordarmos o complexo de Édipo – um elemento capital para formação subjetiva de homens e mulheres. Outrossim, no que se refere às considerações sociológicas, é verossímil aferir que estas apresentam circunstâncias com o conceito de bissexualidade¹⁹, dado que, para o ensaísta, ambos os sexos podem deter traços masculinos e femininos latentes. A preponderância de uma tendência sob outra dependerá, em suma, do histórico das relações objetais e das circunstâncias experienciadas por cada sujeito em sua triangulação edípica.

E assim, uma vez realizada esta pequena peregrinação teórica pelas considerações preliminares de Freud sobre a masculinidade e a feminilidade, passemos agora ao próximo

¹⁹ É profícuo salientar que o conceito freudiano de bissexualidade apresenta grande relevância aos estudos da masculinidade e da feminilidade. Em síntese, a noção de bissexualidade psíquica está “canonicamente” inserida na primeira parte dos *Três ensaios*, intitulada como: *As aberrações sexuais* ([1905]2016). Entretanto, conforme salienta Mezan (2014), a ideia de uma bissexualidade constitucional já era vigente em discussões filosóficas e científicas do final do século XIX, sendo, portanto, anterior a Freud. De acordo com Roudinesco e Plon (1998), a introdução desse conceito ao escopo psicanalítico se deve à influência de Fliess. Este último, assim como inúmeros estudiosos da época, acreditava que a bissexualidade era uma condição biológica inata. Além disso, Fliess sustentava que a pré-disposição bissexual humana se assemelhava à bilateralidade presente na espécie – isto é, a capacidade de coordenar ambos os lados do corpo de maneira ordenada e simétrica. Diferentemente da concepção de seu íntimo correspondente, Freud desenvolve a noção de bissexualidade como organização psíquica. Mais precisamente, a perspectiva freudiana concebe a bissexualidade como: “uma disposição psíquica inconsciente que é própria de toda subjetividade humana” (Roudinesco e Plon, 1998, p.85). Nessa orientação, Freud discorda da compreensão fliessiana de uma bissexualidade natural (biológica). Em termos conclusivos, é factível constatar que a letra freudiana caracteriza a bissexualidade como elemento ubíquo e inerente à subjetividade humana.

tópico. Destarte, nas páginas seguintes – ainda concernentes ao primeiro eixo de pesquisa: “vinculações teóricas entre masculinidade, atividade e amor” – centralizaremos nossos esforços em analisar os possíveis interlaços entre as noções de amor e masculinidade na letra freudiana. Dito isto, mãos à obra.

3.3 Amor e masculinidade: considerações freudianas acerca da condução de vínculos afetivos masculinos

Os textos analisados nesta seção constituem uma tríade de escritos agrupados por Freud sob a rubrica de: “contribuições para a psicologia da vida amorosa”. Mais precisamente, esta trilogia compõe-se pelos ensaios: *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* ([1910]2018), *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* ([1912]2018) e *O tabu da virgindade* ([1918]2018). De acordo com Iannini (2018) e Sampaio (2010), esses ensaios fornecem contribuições teóricas indispensáveis ao estudo da subjetivação masculina. Ademais, embora tenham sido produzidos em anos diferentes, tais obras revelam-se complementares e incluem em suas composições conceitos formulados no decorrer de seu íterim²⁰.

Conforme será abordado mais detalhadamente nas páginas subsequentes, os ensaios supramencionados caracterizam-se por conter generalizações sociopsicológicas acerca da condução amorosa dos homens modernos. Nesse sentido, Sampaio (2010) argumenta que Freud, ao elaborar esses textos, amparou-se em impressões clínicas que o levaram a patologizar excessivamente as relações afetivas masculinas. Em outras palavras, pelo fato de fundamentar-se, majoritariamente, em dados clínicos extraídos de pacientes neuróticos, o ensaísta trouxe à tona um retrato patologizado por demais da subjetividade varonil. De acordo com Gay (2013), grande parte dos pacientes atendidos pelo teórico vienense eram acometidos por fortes sintomas obsessivos, fator que, supostamente, o levou a privilegiar tais aspectos psicopatológicos em suas considerações teóricas.

Concomitantemente, é lícito destacar que as condições amorosas descritas por Freud refletem aspectos concernentes à conjectura social de seu tempo. Em vista disso, Corbin (2013) ressalta que o período vitoriano circunscreveu uma significativa disparidade entre

²⁰ A título exemplificativo, é mister ressaltar que os textos supracitados guardam correlações teóricas com as obras: *Sobre a dinâmica da transferência* ([1912]2017); *Observações sobre o amor transferencial* ([1914]2017) e *Introdução ao narcisismo* ([1914]2010).

homens e mulheres. De maneira pormenorizada, o historiador afirma que, à época em que Freud redigia seus textos, as normas sociais europeias impeliam rígidas regras morais, sobretudo no que tange à conduta amorosa feminina. Por conseguinte, as mulheres eram cotidianamente relegadas aos papéis de mãe e esposa submissa, enquanto os homens detinham maior autonomia social e liberdade na esfera amorosa. Em suma, tal dinâmica assimétrica é retratada em alguns textos de Freud, o qual, por sua vez, tece comentários críticos a respeito da dupla moral sexual adotada por alguns sujeitos do sexo masculino ([1908]2015; [1910]2018; [1912]2018). Destarte, é crucial reiterar que as descrições teóricas apresentadas nos ensaios subsequentes não retratam a totalidade das formas subjetivas masculinas existentes na Era Vitoriana, mas sim, circunscrevem de maneira ampla, determinadas condutas eróticas relativamente comuns nesse período.

Por fim, para não tornar a leitura desse tópico maçante, optamos por subdividi-lo em três pequenas seções, respectivamente organizadas em ordem cronológica. Portanto, nossa análise acerca do amor masculino terá como ponto de partida o ensaio *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* ([1910]2018) e se encerrará no artigo *O tabu da virgindade* ([1918]2018). Além disso, utilizaremos os trabalhos de Sampaio (2010), Mezan (2013), Iannini (2018) e Corbin (2013) como suportes durante essa jornada teórica. Sem mais delongas, sigamos.

1. *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* ([1910]2018)

Em *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* ([1910]2018), Freud inicia sua argumentação destacando que, até o momento, os poetas eram os que melhor ilustravam as condições amorosas a partir das quais os homens empreendiam sua escolha de objeto. Por conseguinte, o analista vienense alega que os poetas se mostram hábeis em harmonizar as exigências de sua fantasia com a realidade externa e, em paralelo, ostentam grande coragem ao permitir que o conteúdo de seu inconsciente seja compartilhado publicamente. Outrossim, embora expresse notável admiração por tal classe de literatos, Freud ([1910]2018) assevera que o valor científico de sua comunicação é substancialmente diminuído, dado que o material por eles apresentado pode conter alterações da realidade externa, fator amplamente difundido pelo termo: “licença poética”.

Suplementarmente, ao prosseguir sua aferição, Freud ([1910]2018) advoga que o tratamento psicanalítico fornece oportunidades privilegiadas de recolher, escutar e analisar

aspectos concernentes à vida amorosa de sujeitos neuróticos. Analogamente, pelo fato de fundamentar-se em relatos de natureza clínica, o referido teórico alega que a validade científica de suas considerações é, em grande medida, assegurada. Assim, sob a égide de tal postulado, Freud ([1910]2018) declara que seu pequeno ensaio visa evidenciar determinados tipos de escolha amorosa masculina e, em especial, analisar suas circunstâncias, condições e combinações.

Destarte, a primeira dessas circunstâncias amorosas se define como: “condição do terceiro prejudicado” (Freud, [1910]2018, p. 122). Em síntese, essa condição caracteriza-se pelo fato de o sujeito demonstrar uma forte predileção por objetos amorosos já comprometidos. Em outras palavras, Freud ([1910]2018) alega que, não raramente, certos homens manifestam um interesse erótico excepcionalmente intenso por mulheres casadas ou já vinculadas a alguma parceria amorosa. Além disso, em determinados casos, essa condição pode mostrar-se tão impetuosa que mesmo a mulher anteriormente desejada é capaz de perder sua magnificência quando descomprometida.

A segunda condição, por sua vez, afirma que a mulher casta não exerce suficiente atratividade para se tornar um objeto amoroso. Em linhas gerais, Freud ([1910]2018) infere que as moças que possuem certa “má reputação sexual”, caracterizadas pela falta de confiabilidade e fidelidade, despertam maior atratividade em alguns homens. Freud ([1910]2018, p. 123) denomina essa conjectura específica como: “amor por mulheres libertinas”, e avança argumentando que essa condição se associa à atuação do ciúme. Mais especificamente, quando homens sentem ciúmes diante dessa escolha de objeto: “a paixão atinge seu auge, e a mulher adquire seu pleno valor” (p. 123). Ademais, o autor afirma ainda que essa condição é suplementar à primeira, uma vez que ambas visam satisfazer moções pulsionais de hostilidade contra um possível rival amoroso capaz de arrebatá-la a dama desejada.

A seguir, os pontos explicitados por Freud ([1910]2018) já não mais buscam descrever as condições exigidas do objeto amoroso, mas sim a conduta do amante em relação à amada. Posto isso, o autor enfatiza que na vida amorosa normal o “valor da mulher” costuma ser medido por sua integridade sexual, ao passo que a afinidade com características libertinas a rebaixa. Nessa orientação, o amor por mulheres libertinas parece ser, sob a ótica freudiana, um notável desvio da normalidade. Além disso, Freud ([1910]2018) alega que essa modalidade de satisfação erótica é, em grande parte dos casos, acompanhada pela fantasia de “salvamento da amada”. De acordo com a letra freudiana, a intenção de salvamento justifica-

se eventualmente por alusão à inconstância sexual e à posição social ameaçada da mulher desejada. Em suma, os homens concernentes a essa tipologia erótica supõem que, sem seu apoio moral, a amada rapidamente sucumbirá a um nível lamentável. Por conseguinte, Freud conclui que eles a salvam: “portanto, não abandonando” ([1910]2018, p. 125).

No que tange à análise desses casos, é válido destacar que as combinações e condições anteriormente descritas correlacionam-se aos primeiros laços estabelecidos no núcleo familiar desses sujeitos. Sob essa lógica, Freud ([1910]2018) assevera que uma análise pormenorizada do desenvolvimento ontogenético desses homens far-se-á essencial para se obter uma compreensão satisfatória dessas tipologias clínicas. Assim, nas páginas finais do seu ensaio, Freud ([1910]2018) visa demonstrar o quanto as experiências emocionais infantis regem a vida masculina madura.

A rigor, Freud ([1910]2018) constata que as escolhas de objetos engendradas na maturidade se originam a partir de um “romance familiar neurótico”. Em suma, a etiologia psíquica de tais predileções remonta uma vinculação afetiva demasiadamente intensa e prolongada com a figura materna. Com efeito, tal laço pueril costumeiramente se manifesta em estágios subsequentes da existência, transfigurando-se em uma preferência por mulheres que se assemelham à *imago* materna. Complementarmente, Freud ([1910]2018) infere que as condições de terceiro prejudicado e o amor por mulheres libertinas derivam-se das mesmas moções recalcadas no período fálico: isto é, recaem, por assim dizer, no: “domínio do complexo de Édipo” (p. 128).

No intercurso final de seu ensaio, Freud ([1910]2018) sustenta que as circunstâncias anteriormente citadas constituem inconscientemente uma formação de série (*Reihenbildung*) que busca, na medida do possível, atualizar-se. À luz dessa asserção, Freud ([1910]2018) alega que a condição de terceiro prejudicado deriva-se de uma fixação concernente à triangulação edipiana entre: mãe → pai → criança. Em síntese, o autor afirma que na trama edípica o menino sente-se lesado ao descobrir que o único outorgado a desfrutar do corpo materno é seu progenitor e rival masculino. Como consequência de tal malogro, a busca por mulheres comprometidas torna-se um elemento retroativo na maioridade. Por outro lado, o amor por mulheres libertinas relaciona-se ao descobrimento da atividade sexual da figura materna. Mais precisamente, o menino considera sua mãe infiel, pois esta não lhe concedeu o privilégio da relação sexual, mas sim – novamente – ao seu rival masculino. Com efeito, o amor por mulheres libertinas carrega em seu âmago moções libidinais primárias alusivas ao apaixonamento em relação à mãe.

Conforme delimitado por Iannini (2018), esse pequeno estudo acerca da vida amorosa masculina, antecipa algumas noções expressas posteriormente em *Sobre a dinâmica da transferência* ([1912]2018). Além disso, vale ressaltar que encontramos nesse ensaio a primeira ocorrência textual da expressão “complexo de Édipo”. Aqui é relevante notar que, embora Freud tenha mencionado anteriormente o termo Édipo, como, por exemplo, nas correspondências a Fliess, no caso Hans e no caso do homem dos ratos, o prefixo “complexo” nunca havia sido empregado para designar um conflito afetivo central na formação subjetiva masculina. Outrossim, Mezan (2013) ressalta que o sistema teórico freudiano caracteriza-se pela contínua interconexão de textos iniciais e escritos posteriores. Nesse sentido, a análise desse ensaio mostrou-se fundamental, visto que desvelou a importância atribuída por Freud às primeiras experiências infantis como organizadoras do desejo adulto – aspecto que o autor explorará de maneira exaustiva em trabalhos futuros. Feitas estas considerações, passemos ao próximo ensaio.

2. *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa ([1912]2018)*

Redigido dois anos após a publicação do artigo anterior, este ensaio – como o título bem indica – objetiva circunscrever determinados aspectos gerais da vida amorosa masculina. Em vista disso, Assoun (1983) assinala que o artigo representa um ponto de viragem teórica nas formulações freudianas. Em outras palavras: se, em um primeiro momento, Freud discorreu sobre um tipo especial de escolha de objeto nos homens, posteriormente o autor se voltou à análise de características polivalentes da sexualidade masculina, evidenciando assim uma transição do particular ao universal.

Destarte, Freud ([1912]2018) abre seu trabalho alegando que após a angústia – e suas variadas manifestações – um dos motivos que mais levam sujeitos a buscar o tratamento psicanalítico é a impotência psíquica. Por essa perturbação singular, entende-se: “o fato de que os órgãos que executam a sexualidade se recusam ao cumprimento do ato sexual, apesar de se mostrarem, antes e depois, intactos e capazes de operar” (Freud, [1912]2018, p.137). Mais precisamente, o autor constata que, embora fisiologicamente os órgãos sexuais demonstrem saúde e vigor, alguns homens relatam ser incapazes de obter ereção peniana no momento da consumação sexual. Alicerçado nessas informações, Freud ([1912]2018) deduz que possivelmente há uma propensão psíquica inconsciente que atua de maneira insidiosa para promoção da disfunção erétil. Igualmente, à medida que prossegue suas análises, Freud

([1912]2018) observa que a inclinação a impotência sexual ocorre somente na tentativa de realização do ato com determinados sujeitos e, portanto, a inibição pode estar relacionada a algumas características específicas do objeto eleito.

Seguidamente, a letra freudiana enfatiza que o conteúdo mais geral desse material patogênico – isto é, a impotência psíquica – pode estar vinculado a uma fixação não superada na mãe ou na irmã. Além disso, também se deve levar em consideração a influência de registros acidentais aflitivos, sobretudo aqueles ligados à atividade sexual infantil (Freud, [1912]2018; [1905]2016). Ademais, o ensaísta prossegue sua linha argumentativa destacando que a conduta amorosa classificada como normal/saudável é composta por duas correntes libidinais: a corrente tenra e a corrente sensual. Aqui, é *mister* ressaltar que, embora Freud já houvesse citado ambas as correntes em publicações anteriores – como no caso dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, discutido na secção anterior – é somente em *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* que um delineamento conceitual mais preciso é efetivado.

Assim sendo, Freud ([1912]2018) afirma que a corrente terna é a mais antiga e surge nos primeiros anos de infância. Sua origem remete aos primeiros cuidados maternos/familiares. Por conseguinte, essa corrente liga-se às pulsões de autoconservação e corresponde à escolha primária de objeto. Suplementarmente, Freud ([1912]2018) alega que essa corrente apreende seus primeiros objetos apoiando-se (*Anlehung*) nas satisfações sexuais que estes logram ao *Eu* (*Ich*). Com efeito, o autor sugere que, desde sua gênese, a corrente terna imbui-se de predileções eróticas que posteriormente se revelam capazes de coordenar boa parte da vida amorosa neurótica. A citação empreendida por Freud resume bem esse ponto, passemos a palavra ao autor:

A ‘ternura’ dos pais e de cuidadores, que raramente nega [*verleugnet*] seu caráter erótico (‘a criança é um brinquedo erótico’), muito faz para aumentar as contribuições do erotismo aos investimentos das pulsões do Eu na criança e para conduzi-las até uma medida que deve ser levada em conta no desenvolvimento futuro, especialmente quando outras circunstâncias prestam seu auxílio ([1912]2018, p.139).

Em suma, o que se depreende da citação supramencionada é que, na medida que as condições externas permitirem, a corrente terna tende a atualizar-se mediante a escolha de objetos semelhantes àqueles que, em tempos longínquos, foram capazes de satisfazer as pulsões do *Eu*. Analogamente, Freud ([1912]2018) sublinha que essa corrente se caracteriza por seus aspectos de ternura e afeição, evidenciando dessa forma o desejo de amar e ser cuidado pelo objeto eleito. Em contrapartida, a segunda corrente proferida pelo ensaísta

exteriorizar-se-ia mais intensamente durante a puberdade. E, apesar de ser composta por elementos lascivos e voluptuosos, permaneceria vinculada às trajetórias anteriores de investimento.

De maneira pormenorizada, Freud ([1912]2018) sustenta que a corrente sensual não pode satisfazer-se com os objetos eleitos na infância, dado que a lei do incesto determina o estabelecimento de relações exclusivamente exogâmicas. Como corolário dessa conjectura, a corrente sensual visa encontrar o mais rápido possível objetos adequados para a instauração da cópula. Além disso, embora esta última expresse notória avidez por satisfação sexual, Freud ([1912]2018) reitera que a seleção de objetos continua atrelada à verossimilhança de *imagos* infantis. Por fim, uma vez instaurada a relação com o objeto desejado, espera-se que, com o passar do tempo, este atraia para si parte da ternura engendrada em vínculos anteriores – sobretudo maternos/ou parentais. Assim sendo, Freud ([1912]2018) conclui que um trato amoroso saudável se caracteriza pela união harmoniosa das correntes terna e sensual.

No que tange à impotência psíquica, Freud ([1912]2018) elucida que, nesses casos, constata-se uma supressão da corrente sensual pela corrente terna. A rigor, o autor infere que a etiologia de tal afecção engloba fixações libidinais incestuosas e frustrações da realidade. Nessa orientação, a letra freudiana assevera a existência de um elo inconsciente demasiadamente intenso entre a mulher amada e a *imago* materna. Portanto, a impotência psíquica decorreria de uma fixação edípica nunca satisfatoriamente perlaborada, levando assim ao subsequente enfraquecimento da corrente sensual diante do objeto amado (Freud, [1912]2018).

Concomitantemente, Freud ([1912]2018) descreve casos em que a ereção peniana – ou mesmo uma maior fruição sexual – ocorre apenas na presença de objetos sexuais depreciados. Sob esse viés, o autor destaca que, para alguns homens, a excitação²¹ sexual está intrinsecamente vinculada à presença de objetos que, do ponto de vista ontogenético, adquiriram características morais menos nobres. Mais precisamente, ao discorrer acerca do amor masculino, Freud ([1912]2018) constata que, se por um lado o estabelecimento de laços ternos conduz à supervalorização amorosa do objeto, por outro lado, a depreciação destes últimos acarreta – para determinada porção de homens – maior excitabilidade sexual. Assim, sob a égide de tal postulado, o teórico vienense assevera a existência de certa cisão na forma

²¹ Em perspectiva análoga, Stoller (1981) em sua obra *Excitação sexual: dinâmica da vida erótica*, aferi que a excitação sexual é composta por um conjunto de elementos, entre eles, a hostilidade, imprevisibilidade, o mistério, a secretividade e a execução de fantasias intrapsíquicas geram o aumento de tensão. Outrossim, Stoller (1981) corrobora com a hipótese freudiana de que, para alguns homens, a depreciação do objeto intensifica a excitabilidade sexual.

de amar dos homens modernos. Em suas palavras, os sujeitos dominados por essa cisão: “Quando amam, não desejam (*begehren*), e quando desejam, não podem amar” (Freud, [1912]2018, p.142).

Em perspectiva suplementar, ao discorrer acerca das considerações varonis expressas por Freud nos anos 1910 e 1912, Sampaio (2010) sustenta que as análises proferidas pelo autor pautaram-se majoritariamente em um público masculino, burguês e vitoriano. Em síntese, a moral sexual imposta nesse período histórico preconiza severas restrições à sexualidade e, sobretudo, a doutrina cristã exigia castidade até o estabelecimento do matrimônio. No entanto, as exigências de castidade eram burladas por homens que, em grande parte dos casos, iniciavam suas vidas sexuais com meretrizes. Dessa forma, criava-se um elo entre erotismo e desvalorização do objeto, fator que potencialmente resultaria em impotência sexual frente à futura esposa.

Análogo a isso, é *mister* ressaltar que, ainda em 1908, Freud já havia tecido considerações preliminares a respeito da conduta sexual dos homens. Assim sendo, em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*, Freud ([1908]2015) aponta a existência de uma dupla moral sexual masculina. De acordo com a argumentação do literato, a sociedade europeia vigente nos séculos XIX e XX punia com menos rigor as transgressões matrimoniais efetivadas pelo suposto “sexo forte”. Em linhas gerais, ao examinar a *vita sexualis* masculina, Freud ([1908]2015) destaca que, após quatro ou cinco anos de casamento, uma parte significativa da fruição sexual – a qual, nos primeiros anos de convívio, caracterizava-se como intensa – esvai-se. Aliado a isto, o autor reitera que, não raramente, a atividade sexual varonil experienciava períodos de hiato devido à gravidez da esposa. Como corolário de tal conjectura, Freud ([1908]2015) alega que a infidelidade conjugal, sobretudo a masculina, era acentuadamente presente nesse momento histórico.

De volta aos comentários a respeito do escrito de 1912, Ianinni (2018) reitera que a estratégia argumentativa empregada por Freud nesse trabalho é também digna de menção. De forma bastante sumária, Freud parte de um fenômeno patológico – a impotência psíquica – e passa à análise de sua circunstância causal – isto é, a verossimilhança transferencial com *imagos* parentais. Posteriormente, o literato argumenta que a excitação sexual masculina é facilitada mediante a degradação do objeto sexual, generalizando esta condição a boa parte dos homens. Por fim, diante de tais asserções, Ianinni (2018) reitera que esse ensaio – além de ser considerado uma das mais importantes contribuições de Freud ao estudo da masculinidade

– demonstra, mais uma vez, como os limites entre a psicologia individual e a psicologia social são tênues.

Em termos conclusivos, é verossímil destacar que, nas formulações presentes em *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* e *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa*, Freud (1910[2010]; 1912[2012]) utilizou-se de recortes clínicos para entender não somente seus pacientes neuróticos, mas também dissecar as idiossincrasias do masculino no período moderno/vitoriano. Embora o autor não tenha trabalhado com uma definição específica de masculinidade, verificaram-se determinadas características gerais concernentes a esse modelo masculino. Dentre elas, a dupla moral sexual e a influência das primeiras relações objetais na escolha amorosa futura revelaram-se capitais para compreensão do elo entre amor e masculinidade (Sampaio, 2010; Mezan, 2013). Dito isto, passemos ao último dos ensaios freudianos acerca da vida amorosa que nos propusemos analisar aqui.

3. O tabu da virgindade ([1918]2018)

Nesse ensaio, Freud ([1918]2018) inicia sua aferição destacando que poucas peculiaridades da vida sexual dos povos primitivos exercem um efeito tão estranho [*Unheimliche*] em nossos sentimentos como a apreensão daqueles acerca da virgindade e da sacralidade feminina. Mais precisamente, o ensaísta alega que nas civilizações ocidentalizadas a importância atribuída à virgindade é tão acentuadamente forte que parece inusitado o fato dos povos primevos não compartilharem os mesmos valores. Em termos ilustrativos, Freud ([1918]2018) menciona que a cosmovisão europeia/vitoriana exigia desde muito cedo o cumprimento de severas restrições sexuais, sobretudo, concernentes ao sexo feminino. Em síntese, a virgindade feminina classificava-se como condição *sine qua non* para o estabelecimento de laços matrimoniais e, portanto, esperava-se que o “defloramento da noiva” fosse efetivado somente pelo marido.

Destarte, o literato continua sua arguição alegando que, em termos psíquicos, o primeiro indivíduo capaz de satisfazer os anseios amorosos de uma virgem será potencialmente conduzido por esta a um relacionamento duradouro, cuja possibilidade não se abrirá para nenhum outro. Em decorrência dessa vivência, o teórico vienense assevera que se instaura na mulher um estado de sujeição que a tornará resistente contra novas impressões e tentações externas. Outrossim, Freud ([1918]2018) lança mão do termo “sujeição sexual” [*geschlechtliche Hörigkeit*], originalmente utilizada por Krafft-Ebing (1892), para caracterizar

o fato que alguém pode, mediante alto de grau de investimento afetivo, adquirir um excepcional nível de dependência e falta de autonomia em relação a outro sujeito. Mais ainda, Freud ([1918]2018) complementa a descrição de Krafft-Ebing (1892) alegando que uma tal medida de sujeição sexual é de fato, indispensável para a manutenção de um vínculo matrimonial duradouro e, além disso, acrescenta que esta é incomparavelmente mais frequente entre as mulheres²².

De volta à supramencionada conduta sexual dos povos primitivos, Freud ([1918]2018) prossegue argumentando que esta não pode ser satisfatoriamente apreciada se afirmarmos que os antigos não atribuem nenhum valor à virgindade feminina. De maneira pormenorizada, o psicanalista aponta que, em determinadas tribos, o defloramento das moças é realizado fora do casamente e, sobretudo, antes da primeira relação com o noivo. Para esses povos, a defloração é considerada um ato ritualístico que preserva em seu âmago um tabu regional. Nessa lógica, o costume exige que o futuro marido se esquive da primeira experiência íntima. Outrossim, Freud ([1918]2018) recorre as pesquisas antropológicas como as de Crawley (1902) e Bartels e Ploss (1891), intituladas: “*A rosa mística, um estudo do casamento primitivo*” e; “*A mulher na história natural e na etnologia*”, visando tecer observações mais detalhadas acerca da ética amorosa dos povos ancestrais.

Pautando-se nas observâncias de Crawley (1902) e Bartels e Ploss (1891), o ensaio de Freud (1918[2018] avança alegando que, em tribos antigas – especialmente localizadas na Austrália – a cerimônia de casamente consiste na perfuração do hímen por um coletivo de membros da aldeia ou por alguma pessoa especial indicada pelo noivo. Em suma, o hímen é perfurado artificialmente e, subsequentemente, os homens responsáveis por tal operação – em determinada ordem rigorosamente prescrita – realizam um coito consentido. Diante desse contexto, evidencia-se, portanto, que as solenidades ritualísticas se estruturam em dois estágios, sendo eles: (1) o rompimento do hímen e; (2) a consumação do ato sexual.

Seguidamente, Freud ([1918]2018) tece comentários a respeito da relevância simbólica atribuída pelos povos antigos ao ritual de defloração. Em primeira análise, o teórico vienense disserta que, ao efetuar-se a defloração, a jovem sangra, aspecto que evoca o medo ancestral ao sangue. Nessa orientação, a primeira explicação concedida ao tabu da virgindade fundamenta-se no horror ao derramamento de sangue. Mais precisamente, Freud ([1918]2018)

²² É importante esclarecer que, segundo Freud ([1918] 2018, p.157), sempre que o tratamento analítico pode: “apontar a sujeição sexual no homem, ela se revelou resultado da superação de uma impotência psíquica através de uma determinada mulher, à qual o homem em questão permaneceu ligado desde então”. Nesses termos, a sujeição masculina associa-se à superação de uma impotência sexual, a qual se dá por intermédio de determinado objeto sexual.

afere que este tabu [horror/medo] está diretamente ligado à proibição de matar e, portanto, constitui uma medida de defensiva contra a realização de desejos homicidas. Secundariamente, Freud ([1918]2018) alega que o receio ao sangue vincular-se-ia ao fluxo menstrual. De acordo com aferição do ensaísta, a menstruação – ou menarca – é interpretada pelos povos antigos como a mordida de um animal umbral, sinalizando assim a consumação do ato sexual por intermédio de um espírito. Nesse sentido, os membros vinculados à tribo consideram a mulher menstruada como um tabu, pois, durante esse curto intervalo temporal, esta é circunscrita como objeto erótico de entidades místicas.

Concomitantemente, Freud ([1918]2018) introduz um viés interpretativo adicional ao tabu da castidade. Dessarte, o autor propõe que o primitivo está à mercê de uma disposição para angústia [*Angstbereitschaft*] que o acompanha sistematicamente e, de modo bastante verossimilhante, ao descrito em casos de neurose de angústia [*Angstneurotiker*]. Diante disso, a letra freudiana alega que essa pré-disposição ansiogênica mostrar-se-á mais intensa em situações que desviem do habitual – ou, em outros termos, que tragam consigo algo novo, inesperado, incompreensível ou inquietante [*Unheimliche*]. Em resumo, o autor infere que a primeira relação sexual circunscreve incontestavelmente certo grau de imprevisibilidade. Nessa orientação, as ações ritualísticas têm como prerrogativa delimitar medidas de prevenção e precaução diante do horror ao sangue e da angústia associada a eventos inaugurais.

Em seguida, Freud ([1918]2018) descreve a última explicação proferida por Crawley (1902) ao tabu da virgindade. Esta, por seu turno, assevera que esse tabu é parte de um contexto mais abrangente, o qual exerceria considerável influência sobre a conduta erótica masculina/feminina. Diante disso, Crawley (1902) advoga que não apenas o primeiro coito é considerado tabu, mas também as relações sexuais posteriores e a própria mulher [*Weib*]. Com efeito, o autor sustenta que as diversas etapas concernentes à vida sexual feminina – como, por exemplo: a menstruação, a gravidez, o parto e o puerpério – são submetidas a severas restrições. Além disso, o regimento tribal determina que, sempre que um homem vise empreender algo especial – uma caça, uma expedição ou uma guerrilha – ele deve se abster da presença do sexo feminino. Caso contrário, esta comprometerá sua força. Acerca de tais normas segregativas, Freud disserta que:

Lá onde o primitivo estabeleceu um tabu, é onde ele teme um perigo, e não se pode negar que em todas essas regras de evitação está expresso um horror fundamental à mulher. Talvez esse horror esteja justificado pelo fato de a mulher ser diferente do homem, eternamente incompreensível e misteriosa, estranha, e por isso parecer hostil. O homem teme ser enfraquecido pela mulher, ser contaminado por sua

feminilidade e então mostrar-se incapaz. O efeito relaxante, diluidor das tensões relacionadas ao coito pode ser o modelo para esse temor, e a percepção da influência que a mulher ganha sobre o homem através da relação sexual, a consideração a que ela obriga por isso, justificam a ampliação desse medo [*Angst*]. Em tudo isso não há nada que teria caído em desuso, nada que não continue vivo entre nós ([1918]2018, p.163).

Após essa breve peregrinação antropológica, o fundador da psicanálise ([1918]2018) busca examinar os supostos elos associativos entre a conduta dos povos primitivos e os homens civilizados. Isto posto, Freud ([1918]2018) retoma sua aferição afirmando que o tabu dos povos ancestrais encontra-se hoje difundido em um sistema de crenças artificial, multifacetado e compartilhado por boa parte da cultura ocidental. Não por acaso, o psicanalista observa que pacientes acometidos com neuroses graves desenvolvem um sistema robusto de crenças, o qual frequentemente se expressa por intermédio de sintomas fóbicos, obsessivos e compulsivos. Em termos alegóricos, Freud ([1918]2018) sustenta a hipótese de que o homem civilizado – supostamente – conserva traços psíquicos filogeneticamente herdados de seus ancestrais.

Já se encaminhando para a segunda parte do ensaio, Freud ([1918]2018) propõe-se a dissecar as condutas conjugais manifestas em sua época, objetivando, com isso salientar as (des)semelhanças e similitudes destas em relação ao *modus operandi* primitivo. Assim sendo, o ensaísta alega que, não raramente, a esposa, após realização do ato sexual, abraça o conjugue, pressionando-o contra si, aspecto que, ao que tudo indica, demonstraria sua gratidão e promessa de sujeição. Entretanto, Freud ([1918]2018) sugere que, em muitos casos, essa atitude simplesmente revela o desapontamento da mulher, a qual permaneceu insatisfeita devida à brevidade da cópula.

Em virtude de tal insatisfação compulsória – aliada a uma possível frigidez patológica –, Freud ([1918]2018) afirma ter examinado quadros em que, após o término do coito, a esposa abertamente expressa sua hostilidade contra o marido, insultando-o, ameaçando-o ou de fato batendo-lhe forte. Outrossim, uma vez lograda análise de inúmeras situações verossimilhantes, Freud ([1918]2018) sustenta que a defloração da mulher – em concomitância à frequente insatisfação sexual – potencialmente atrai para o marido um *quantum* pulsional composto por moções de ódio e hostilidade. Nessa vertente, Freud ([1918]2018) alega que o ritual de *jus primae noctis* empregado pelos antigos mostra-se válido, visto que permitiria ao futuro marido evadir-se de tais impulsos hostis.

Em perspectiva pormenorizada, o analista vienense assevera que o primeiro coito inflige à virgem uma desagradável dor e, aliado a isso, inconscientemente lhe afere um dano

narcísico, pois o rompimento do hímen designa à mulher uma diminuição de seu valor sexual – lembremo-nos que, conforme exposto no primeiro ensaio, para Freud: “Na vida amorosa normal, o valor da mulher é determinado por sua integridade sexual, e a aproximação à característica da libertinagem [*Dirnenhaftigkeit*] o rebaixa” ([1910]2018, p. 124). Além disso, ao analisar as idiossincrasias femininas da era vitoriana, Freud ([1918]2018) alega que os costumes educacionais europeus reprimiam veementemente a participação feminina de assuntos relacionados à sexualidade. Como corolário de tais restrições, a excitação sexual feminina vinculou-se fortemente à proibição, ao sigilo e à secretividade. Diante desse cenário, muitas jovens afirmavam abertamente não conseguir sentir atração erótica por seus respectivos maridos, dado que o casamento representaria uma ligação afetuosa, esclarecida, previsível e familiar. Portanto, obliterando os aspectos de perigo e confidência²³.

Ademais, ao dissertar sobre o histórico do desenvolvimento libidinal de pacientes casadas, Freud ([1918]2018) afirma que as primeiras acomodações pulsionais geralmente se fixam em *imagos* concernentes ao pai ou irmão. Nesse sentido, o marido é, por assim dizer, sempre um substituto selecionado via transferência. Em outras palavras, o primeiro homem a receber os agrados amorosos de uma mulher é sempre *outro* – em casos típicos: o pai; e em casos menos comuns: o irmão. Assim, na perspectiva clássica freudiana, o conjugue é, na melhor das hipóteses, apontado como uma opção secundária de uma dama. Por conseguinte, Freud ([1918]2018) infere haver situações em que a ligação libidinal com a figura paterna é tão obstinadamente forte que se torna inviável manter a relação matrimonial. Nessas ocasiões, a frigidez ou a falta fruição sexual – ocasionada pela fixação incestuosa em *imagos* parentais – inviabilizam a continuação do vínculo.

Outro aspecto relacionado à hostilidade dirigida contra o homem diz respeito à ressurgência de antigas moções pulsionais provocadas pelo primeiro coito. Nessa orientação, Freud ([1918]2018) afirma que, em estágios remotos do desenvolvimento psicosssexual, a criança do sexo feminino experimenta uma profunda consternação, designada como: “inveja do pênis”. De maneira concisa, Freud ([1918]2018) indica que, nessa fase, as meninas sentem-se prejudicadas e preteridas ao perceberem que seus irmãos – ou qualquer sujeito portador de um pênis – detém órgãos genitais maiores e exteriorizados, enquanto elas, por outro lado, possuem órgãos menores e interiorizados. Diante disso, a letra freudiana assevera

²³ Ainda nesse ensaio, é importante destacar que Freud afirma que: “A mulher só reencontra sua sensibilidade para a ternura em uma relação ilícita que possa manter em segredo, a única em que ela está segura de sua própria vontade livre de influências” ([1918]2018). Diante dessa citação, a ligação entre secretividade e excitação sexual feminina tornar-se-á ainda mais evidente.

que as meninas geralmente não escondem sua inveja/hostilidade e, às vezes, tentam urinar em pé juntamente com seu irmão ou pai visando inconscientemente expressar sua suposta simetria fálica. Com efeito, o ensaísta argumenta que tais impulsos hostis podem manifestar-se posteriormente contra o marido, levando à consumação de atos violentos por parte da mulher (Freud, [1918]2018).

À medida que nos aproximamos das considerações finais desse ensaio, Freud ([1918]2018) conclui que a defloração feminina não engendra apenas a união duradoura do casal, mas também, (re)ativa inconscientemente moções arcaicas de hostilidade que podem assumir formas patológicas, as quais frequentemente se exteriorizam por intermédio de inibições e atos violentos. Sob esse viés interpretativo, o ensaísta alega que o ritual de *jus primae noctis* praticado pelos antigos se justifica, visto que abstém o futuro pretendente de se inserir nessa série transferencial. Em última análise, Freud ([1918]2018) afirma que, em uma relação matrimonial bem-sucedida, espera-se que a esposa possa encontrar certo grau de equilíbrio entre as posições de sujeição e hostilidade. Concomitantemente, o autor destaca a existência de casos em que, mesmo não havendo sentimentos de ternura por parte da mulher, esta se mantém vinculada ao casamento, pois, ainda não teria sido capaz de (per)laborar satisfatoriamente seu estado de sujeição ao marido ou, em casos mais extremos, não concluíra sua vingança.

Destarte, Ianinni (2018) ressalta que, embora este ensaio seja majoritariamente composto por teorizações acerca da sexualidade feminina, Freud ([1918]2018), por via transversa, aborda questões relacionadas à constituição subjetiva dos homens civilizados. Em termos sócio-históricos, Corbin (2013) afirma que, se por um lado, virgindade feminina se caracterizou como atributo vastamente apreciado na era vitoriana, por outro lado, a inexperiência sexual masculina circunscreveu-se como elemento contraproducente à formação de uma masculinidade viril. Nesse contexto, tal antagonismo em relação à conduta erótica esperada por cada sexo evidenciava, portanto, a predominância de um sistema moral assimétrico na modernidade.

Em síntese, o estudo de Corbin (2013) demonstra que na Europa vitoriana tradicionalmente mentores de gerações precedentes – como pais, avós e tios – instruíam os jovens a iniciarem suas atividades sexuais precocemente e, de preferência, com auxílio de prostitutas. Segundo o historiador francês, os códigos de conduta viris ali existentes buscavam encorajar o homem a copular com o maior número possível de parceiras. Nessas circunstâncias, é verossímil aferir que, ao contrário do que ocorre com as mulheres, a perda da

virgindade masculina – bem como a aproximação do homem às características de libertinagem [*Dirnenhaftigkeit*] – não rebaixaria seu valor sexual, mas sim, o designaria como sujeito viril. Analogamente, ao examinar diversas composições literárias relativas ao período vitoriano, Corbin (2013) ressalta que, dentre as correspondências masculinas, anunciar a defloração de uma dama constituía-se como um feito a ser celebrado ufanamente. A seguinte carta narrada pelo autor ilustra bem esse ponto:

Anunciar a defloração de uma mulher, ou então dar os parabéns a um correspondente por tal proeza, constitui outro vínculo comum pertencente ao código da virilidade. “Seguindo teus honrados conselhos, escreve Gautier a Eugène de Nully em 1836, no fim das contas eu desvirginei recentemente a querida Eugène (Fort); isso me divertiu bastante; ao menos não carregarei mais esse remorso na consciência”. Merimée escrevera a Édouard Grasset, em 26 de outubro de 1831, “você a desvirginou (a jovem Mary) e é um felizardo. Ela nunca lhe fará tanto mal quanto lhe fez bem ao permitir-lhe colocar seu mastro de artemão em sua popa (Corbin, 2013, p. 165).

De acordo com Corbin (2013) e Sampaio (2010), no final do século XIX havia no continente europeu uma nítida distinção entre o universo masculino e o feminino. Em virtude disso, a proximidade afetiva entre os cônjuges e a similaridade de princípios morais eram relativamente menores se comparados ao cenário contemporâneo. Com efeito, uma parcela significativa das relações matrimoniais não adquiriam laços íntimos gratificantes, engendrando, portanto, uma demanda erótica constantemente insatisfeita. No que tange aos homens, é bem-sabido que o estabelecimento de relações extraconjugais foi veladamente permitido na Era Vitoriana. Assim, alguns homens deliberadamente descarregavam seu “excedente pulsional” relacionando-se com amantes ou prostitutas. No que concerne à mulher, uma maneira comum de escoar o excesso de energia libidinal era a “erotização com os filhos”. A respeito desse ponto, lembremo-nos de que o próprio Freud já havia – em anos anteriores – recorrido sobre. Nas palavras do teórico de Viena: “A mulher neurótica, não satisfeita pelo marido, é uma mãe excessivamente terna e ansiosa, que transfere para o filho sua necessidade de amor e nele desperta a precocidade sexual” (Freud, [1908]2015, p. 386).

Concomitantemente, renomados pesquisadores e psicanalistas expressam concordância em afirmar que as considerações produzidas por Freud acerca do amor masculino estavam atreladas, em larga medida, à forma como as relações entre sexos estruturaram-se em sua época, as quais, por sua vez, foram tributárias às concepções de gênero não equitativas (Sampaio, 2010; Corbin, 2013; Mezan, 2013). Sob a égide de tal postulado, é factível salientar que o XIX produziu poucas formas de reconhecimento social feminino. Consequentemente, muitas mulheres buscavam o casamento não apenas por amor

ao cônjuge, mas, sobretudo, para poderem desfrutar de uma função *par excellence* respeitável perante a sociedade, isto é, a maternidade. Diante dessa conjectura, é lícito destacar que Freud em vários momentos de sua obra, indicou que as diversas restrições impostas à sexualidade feminina muitas vezes levavam as mães a seduzir excessivamente suas crianças, empurrando-as à precocidade sexual e, por extensão, fixando-as no complexo de Édipo ([1908]2015; [1910]2018; [1912]2018; [1918]2018).

Em termos conclusivos, ao expor as sinuosas e labirínticas trajetórias do amor varonil, Freud alicerçou-se em evidências clínicas extraídas de um seletivo grupo de pacientes – em suma: aristocratas, intelectualmente qualificados e monetariamente privilegiados. Nesse sentido, Sampaio (2010) prudentemente nos adverte que as análises proferidas pelo autor retratam, de forma oblíqua, o estatuto desigual das relações intergêneros vigentes na modernidade. Paralelamente, embora tais generalizações tenham suscitado críticas, sobretudo, no que diz respeito à utilização de uma amostragem socioculturalmente limitada, é *mister* reiterar que os ensaios aqui examinados forneceram contribuições teóricas valiosas acerca dos mecanismos psíquicos subjacentes à condução amorosa masculina (Bourdieu, 2004; Scott, 1995).

Mais precisamente, embora nestes escritos Freud não tenha dissertado de maneira pormenorizada acerca dos possíveis desenlaces do complexo de Édipo, é factível constatar que a conduta amorosa masculina se circunscreve mediante a vivência singularizada de tal fenômeno. Em outras palavras, para o vienense os destinos do amor masculino vinculam-se aos registros mnemônicos adquiridos na triangulação edipiana, os quais, em períodos ulteriores, atualizam-se por intermédio da dinâmica transferencial. Destarte, atesta-se que entre os anos 1910 e 1918 – íterim relativo à trilogia aqui comentada –, Freud já reconhecia a experiência edípica como fator nodal à constituição subjetiva dos homens (Mezan, 2013)²⁴. Por fim, é digno de nota o fato que inúmeros psicanalistas e estudiosos atrelados a pesquisas interseccionais concebem o complexo de Édipo freudiano – mesmo após cem anos de sua formulação – como elemento estrutural na formação das identidades masculina(s) e feminina(s) (Ambra, 2021; Sampaio, 2010).

Dito isto, cabe perguntarmo-nos: como o conceito supramencionado influencia o desenvolvimento psicosssexual masculino? Qual a sua importância para a constituição

²⁴ Como provavelmente percebeu o(a) leitor(a) atento(a) à história do movimento psicanalítico, Freud já havia feito menções ao Édipo em correspondências de natureza pré-psicanalítica. Assim sendo, embora o texto possa ter dado a entender que Freud tenha abordado o tema somente entre 1910 e 1918, reiteramos que ele já o havia feito muito antes desse período.

subjetiva de homens e mulheres? Visando responder tais questionamentos, no próximo tópico centralizaremos nossos esforços em dissecar as elaborações freudianas concernentes ao complexo de Édipo. Ademais, contaremos com o auxílio de teóricos vinculados a pesquisas psicanalíticas e de gênero. Sem mais delongas, sigamos.

3.4 Masculinidade, feminilidade e os destinos do complexo de Édipo

Como sugerido no final da seção anterior, voltar-nos-emos a partir de agora para as vicissitudes teóricas do complexo de Édipo na obra freudiana. Nesse sentido, esclarecemos que o presente tópico centralizar-se-á em: (1) caracterizar este conceito em seus princípios básicos; (2) traçar um breve perfil de sua evolução ao longo da obra do autor e; (3) examinar de que forma este se relaciona com a aquisição da masculinidade. Destarte, conforme salienta Mezan (2013), embora o complexo de Édipo ocupe um lugar central no *corpus* teórico freudiano, é lícito reiterar que o autor nunca compilou suas considerações sobre este conceito em um único escrito. Pelo contrário, todas as formulações engendradas por Freud encontram-se dispersas em variadas correspondências, artigos e casos clínicos publicados ao longo de sua vida.

Em perspectiva semelhante, Souza (2006) destaca que uma análise exaustiva do complexo edípico na obra de Freud exigiria praticamente uma revisão integral de todos os seus escritos. Diante disso, por questões relativas ao tempo, contentar-nos-emos em apresentar uma sumarização dos principais textos nos quais o autor discute o processo de subjetivação masculina²⁵. Ademais, cumpre ressaltar que optamos por subdividir o presente tópico em duas seções interligadas. Assim sendo, na primeira delas realizaremos um exame dos seguintes textos: *A carta 71* ([1897]1976), *A interpretação dos sonhos* ([1900]2019), *O caso Dora* ([1905]2016), *O pequeno Hans* ([1909]2015), *Sobre as teorias sexuais infantis* ([1908]2015), *O romance familiar dos neuróticos* ([1909]2015), *Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci* ([1910]2013), *O caso Schreber* ([1911]2010) e *Totem e Tabu* ([1913]2012).

Já a segunda seção, por sua vez, terá como alicerce a análise dos seguintes escritos: *Introdução ao narcisismo* ([1914]2010), *Luto e melancolia* ([1917]2017), *Psicologia das massas e análise do Eu* ([1921]2011), *O Eu e o Id* ([1923]2011), *Organização genital infantil*

²⁵ Dado o limitado tempo disponível para a feitura de uma dissertação de mestrado, não nos parece profícuo – por agora – elaborar uma análise exaustivamente minuciosa sobre as formulações freudianas acerca do complexo de Édipo. Entretanto, nada nos impede de realizá-la em trabalhos futuros.

([1923]2018), *O declínio do complexo de Édipo* ([1924]2018), *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* ([1925]2018), *Sobre a sexualidade feminina* ([1931]2018) e *A feminilidade* ([1933]2018). Além disso, contaremos com o auxílio de relevantes autores do contexto psicanalítico, sociológico e antropológico, os quais versam acerca da temática edípica e suas reverberações na formação da identidade masculina e feminina. Feitas essas considerações, prossigamos em nossa *odisseia* teórica.

3.5 Primeiro tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1897-1913)

“Verifiquei, também no meu caso [auch bei mir], a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância”
(Freud, [1897]1976, p. 160).

De acordo com Rudnytsky (2002) e Burke (2010), ao acompanharmos o desenvolvimento conceitual do complexo de Édipo na obra de Freud invariavelmente nos deparamos com determinantes psíquicos inerentes à sua história pessoal. Em outras palavras, é factível constatar que a trágica peça teatral *Édipo Rei*, apresentada por Sófocles em 437 a. C., apresenta notáveis semelhanças com a trajetória autobiográfica engendrada por Freud. Nesse sentido, lembremo-nos de que a narrativa de Édipo personifica questões universais como o destino, a culpa e as múltiplas ambivalências afetivas, temas que também se fizeram presentes na vida do inventor da psicanálise. Em suma, as formulações freudianas acerca do complexo de Édipo desvelam – de maneira íntima e desconcertante – aspectos intrínsecos à sua própria subjetividade. A citação a seguir, proferida por Loures e Borges (2017), ilustra muito bem esse ponto:

Ao acompanharmos os passos que levaram Freud ao complexo de Édipo, inevitavelmente esbarramos em sua autodescoberta. Não diferente de nós, Freud reencena a trama do herói de Sófocles, cujo desvelamento de sua origem acontece de forma gradativa e engenhosa – assim como percurso de uma análise. Nesse desvelamento, Édipo, que se vê como estranho em Tebas, se descobre, contudo, filho de Laio e Jocasta. E Freud, ao se deparar com o estranho destino de Édipo, encontra na tragédia algo de familiar: uma metáfora de seus próprios desejos infantis (p.582).

Além das similaridades previamente mencionadas, Rudnytsky (2002) sugere que o fascínio de Freud por Édipo vincular-se-ia às características peculiares de sua constelação familiar. Mais precisamente, Rudnytsky (2002) destaca que, quando os pais de Sigmund, Jakob Freud e Amalie Nathanson, se casaram, Jakob já estava com quarenta anos, enquanto

Amalie estava com apenas vinte. Ademais, é importante ressaltar que, antes mesmo do nascimento de Sigmund, em 1856, Jakob Freud já era avó, visto que possuía filhos adultos de seu primeiro casamento. Em perspectiva semelhante, Gay (2012) e Burke (2010) salientam que Freud estava, “por assim dizer”, em uma relação de neto para com seu próprio pai. Diante de tal complexidade genealógica, a infância de Freud foi marcada por uma vigorosa proximidade com sua mãe. Tal proximidade é confirmada pelo fato de que, quando seu irmão Alexander nasceu, em 1866, foi Freud quem escolheu seu nome, em homenagem a um de seus ídolos de infância: *Alexandre, o Grande* (Roudinesco, 2016).

Nesse contexto, Rudnytsky (2002) infere que as circunstâncias biográficas do nascimento de Freud, aliada às peculiaridades de sua dinâmica familiar, levaram-no a desenvolver uma identificação ímpar com a dramaturgia sofocliana. De maneira análoga, Burke (2010) assinala que, se por um lado, Édipo fora capaz de desvendar o enigma da esfinge, Freud, por sua vez, caracterizou-se por desvendar os segredos da sexualidade infantil. Ambos, Freud e Édipo, demonstraram ser capazes de resolver enigmas e, segundo as palavras de Sófocles (437 a. C.): “Quem desvendou o célebre enigma é um homem poderoso!”.

No que tange à perspectiva psicanalítica, a primeira menção de Freud a Édipo encontra-se na carta de número 71, escrita em 15 de outubro de 1897 e endereçada a Wilhelm Fliess. Complementarmente, Miguelez (2019) ressalta que tal correspondência fora redigida durante um período de profunda imersão de Freud em sua autoanálise, impulsionada devido à situação de luto pela morte de seu pai. Destarte, nesse documento o missivista comunica que:

Um único pensamento de valor genérico revelou-se a mim. Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância[...] sendo assim, podemos entender a força avassaladora de Oedipus Rex [...] A lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, como toda carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual (Freud, [1897]1976, p. 160).

É importante observar que, nessa primeira menção, Freud situa o complexo de Édipo como ciúme do pai e paixão pela mãe, o que, semelhantemente, reflete aspectos de sua própria infância. Em suma, para aqueles já familiarizados com o percurso biográfico de Freud, não é novidade aferir que o inventor da psicanálise detinha sentimentos hostis e ambivalentes em relação a seu progenitor²⁶. Em contrapartida, historiadores e comentadores

²⁶ Para uma leitura mais aprofundada do tema, recomendamos: Peter L. Rudnytsky: *Freud e Édipo* (2002) e Janine Burke: *Deuses de Freud: A coleção de arte do pai da psicanálise* (2010).

da teoria psicanalítica demonstram ampla conformidade ao assinalar que os primeiros anos de vida de Freud foram caracterizados por uma maior afeição e propinquidade com sua mãe (Rudnytsky, 2002; Gay, 2012; Roudinesco, 2016). Nessa orientação, ao universalizar sua hipótese acerca do Édipo, Freud o fez baseando-se em suas próprias experiências familiares. Com efeito, a formulação exposta em 1897 circunscreve um modelo edípico essencialmente simples ou positivo – isto é, fundamentado em uma simetria onde meninos e meninas se sentem atraídos pelo genitor do sexo oposto e repudiam aquele do mesmo sexo (Souza, 2006).

Anos mais tarde, em *A interpretação dos sonhos*, Freud ([1900]2019) retoma a discussão sobre o Édipo. Mais precisamente, no capítulo V, seção D, do livro em questão, o autor dissertar acerca de composições oníricas que, no seu conteúdo manifesto, retratam a morte de familiares amados – em especial, progenitores ou irmãos –, sustentando a tese de que, na atualidade, o sujeito que relata o sonho pode não desejar a morte de seus consanguíneos. Entretanto, em um passado remoto, é plausível que esse desejo tenha sido inconscientemente engendrado. Freud ([1900]2019) classifica tais sonhos como “típicos” e prossegue argumentando que, nesses casos, o mecanismo de censura atua ao nível do afeto e não da representação. Esta última, portanto, realiza seu propósito: ver morta a pessoa a qual se dirigem os impulsos de hostilidade. Em termos suplementares, Freud ([1900]2019) afere que as moções de ódio e hostilidade dirigidas ao objeto derivam-se de desejos sexuais infantis recalçados.

Alicerçado nessas explicações, o literato esclarece que o caráter hostil desses desejos se justifica pelo fato de que, desde muito cedo, a criança apresenta determinada preferência libidinal pelo genitor do sexo oposto. Logo, Freud ([1900]2019) sustenta que, na maioria dos casos, o menino vê seu pai como um competidor pelo amor da mãe, enquanto a menina vê sua mãe como uma concorrente em relação ao pai. Diante disso, o autor conclui que os desejos de morte direcionados aos pais – ou familiares próximos – detêm, em sua gênese, conflitos de natureza edípica, uma vez que, se tais rivais amorosos desaparecessem, o *infans* gozaria de maior propinquidade afetiva com o progenitor do sexo almejado. Nas palavras de Freud ([1900]2019, p. 298):

Os desejos sexuais da criança [...] acordaram muito cedo na infância, e a primeira inclinação da menina dirigiu-se ao pai e os primeiros apetites infantis do menino apontaram para sua mãe. Assim, o pai para o menino e a mãe para a menina transformaram-se em rivais perturbadores.

De acordo com Miguelez (2019), embora Freud ([1900]2019) não tenha abordado de maneira exaustiva a temática edípica em *A interpretação dos sonhos*, é verossímil inferir que, já em 1900, a importância atribuída às experiências sexuais infantis como fatores etiológicos

potencialmente desencadeadores de processos psicopatológicos é claramente delimitada. De maneira concomitante, ao analisar Hamlet de Shakespeare, Freud ([1900]2019) visa demonstrar que os mesmos desejos incestuosos e hostis transpostos em seus sonhos, caracterizam também a subjetividade neurótica que atribui ao personagem. Ora, o que se pode deduzir disso?

De forma concisa, é lícito asseverar que, a partir da *Interpretação dos sonhos*, Freud ([1900]2019) “canonicamente” passa a considerar os desejos previamente mencionados como elementos edipianos universais da infância. Portanto, o que determinará os possíveis modos de estruturação subjetiva será a forma sempre particular com que cada sujeito se inscreve em sua triangulação edípica. Ademais, constata-se que a descrição teórica apresentada em 1900 ainda é bastante similar àquela exposta na carta 71. Em súmula, ambas retratam o complexo de Édipo simples ou positivo.

Doravante, formulações suplementares ao conceito são descritas em *O caso Dora*. A rigor, esse trabalho recebe especial importância pelo fato de nele haver interligações explícitas entre as noções de transferência e complexo de Édipo. Diante disso, apesar de Freud ([1905]2016) ter classificado essa pequena análise fragmentaria como: “um fracasso terapêutico”, inúmeros comentadores da técnica psicanalítica ressaltam que, a partir de Dora, ouvir e manejar a transferência constituiu-se como elemento nodal para a promoção de uma prática clínica bem-sucedida (Miguel, 2019; Celes, 2007). Outrossim, a menção a Édipo é exposta na seção *quadro clínico*, onde Freud ([1905]2016, p. 236) ressalta que a conduta de Dora para com seu progenitor assemelhava-se: “a uma esposa ciumenta [...] que era apaixonada pelo pai”. Ao final do tópico, o autor disserta mais detalhadamente sobre o conceito:

Aprenhei a ver tais relações amorosas inconscientes entre pai e filha, mãe e filho, que notamos por suas consequências anormais, como revivescência de germes infantis de sentimento. Em outros trabalhos, expus como a atração sexual entre genitores e filhos se mostra bastante cedo, e mostrei que a fábula de Édipo deve ser vista como elaboração poética do que é típico nessas relações. A precoce inclinação da filha pelo pai, do filho pela mãe, da qual provavelmente se acha um nítido traço na maioria das pessoas (Freud, [1905]2016, p. 236).

Em síntese, Freud, ao analisar a complexa relação de Dora com o seu pai, o Sr. K, a Sra. K e, posteriormente, com ele mesmo, alega que a sintomatologia apresentada pela jovem moça ligar-se-ia a vivências emocionais preliminarmente estabelecidas em seu núcleo familiar. Em outros termos, é factível assinalar que Dora, idiossincraticamente, repetiu parte de seu “romance familiar neurótico” com as figuras antepostas na excursão com pai e,

subsequentemente, no tratamento analítico com o próprio Freud²⁷. Sob a égide de tais postulados, Freud ([1905]2016) conclui que os primeiros vínculos afetivos – portanto, edípicos ou pré-edípicos – coordenarão, por intermédio da dinâmica transferencial, os destinos pulsionais engendrados ao longo da vida dos sujeitos neuróticos. Nesse sentido, o erro técnico do autor consistiu basicamente na percepção tardia do fenômeno transferencial. Além disso, há críticas quanto a ênfase delimitada por Freud entre a ligação afetiva de Dora com Sr. K. Destarte, comentadores como Celes (2007), Quinodoz (2007) e Sampaio (2010) asseveram que Freud ([1905]2016) minimizou a força da ligação homossexual de Dora com a Sra. K, uma vez que nesse período o autor designara a experiência edípica como unicamente positiva/heterossexual – aspecto, *a priori*, assinalado por ele nas primeiras versões desse trabalho²⁸.

Seguidamente, em *A análise da fobia de um garoto de cinco anos* – ou simplesmente *O pequeno Hans* –, Freud ([1905]2016) apresenta novas ponderações a respeito do complexo de Édipo. Em linhas gerais, diferentemente da análise de Dora ([1905]2016), o caso de Hans é composto por observações conduzidas por seu próprio progenitor, sob a tutela e orientação de Freud, o qual, progressivamente, tece considerações a respeito do psicodesenvolvimento do *infans*. De maneira concisa, os familiares de Hans buscaram ajuda terapêutica de Freud em decorrência do surgimento de um quadro fóbico no garoto – mais precisamente, o medo de ser mordido por cavalos, sobretudo brancos. A partir daí, uma trama se desenrola, reforçando as ideias freudianas acerca do complexo de Édipo, do incesto e das angústias que destes decorrem ([1909]2015).

No que tange à descrição edipiana de Hans, Freud ([1909]2015), após haver examinado uma quantidade expressiva de relatos cotidianos redigidos pelo pai do garoto, sustenta que: “O pequeno [Hans] mostra aí uma clareza extraordinária. Dá a entender que nele o amor ao pai luta com a hostilidade a este, devido ao seu papel de rival junto à mãe” (p. 168). Adicionalmente, Miguelez (2019) e Quinodoz (2007) reiteram que esse caso culminou em múltiplos desdobramentos na teoria psicanalítica. Dentre eles, é importante citar a inter-relação com os estágios psicosssexuais previamente expostos nos *Três ensaios* e, sobretudo, a introdução ao complexo de castração. Este último, por sua vez, trata-se de uma experiência exclusivamente psíquica, vivida intensamente por uma criança, a qual, pela primeira vez, visualiza a diferença anatômica entre os sexos, fator que culmina na conclusão de que o

²⁷ Por tais figuras, entende-se: o Sr. K e a Sra. K.

²⁸ É *mister* salientar que, somente 15 anos mais tarde, Freud acrescentará uma nota de rodapé ao caso Dora, afirmando reconhecer que minimizou a força da ligação homossexual de sua paciente com a Sra. K.

mundo é composto por seres diferentes (portadores de um pênis e castrados). Logo, a ilusão de onipotência fálica é posta em jogo justamente nessa etapa²⁹.

Retomando os pormenores descritos acerca do caso, Freud ([1909]2015) observa que a inicial fobia de cavalos apresentada por Hans se constituía, resumidamente, pela vigorosa presença de sentimentos edipianos – o ódio e a admiração pelo pai/ o amor e o desejo de possuir o corpo da mãe – que, vedados por intermédio do complexo de castração, deslocam-se para a figura do equino (o qual, segundo a clássica interpretação freudiana, equivale ao pai castrador). Em perspectiva semelhante, Miguelez (2019, p. 79) pontua que o caso: “Trata-se da hostilidade pelo pai e dos desejos eróticos pela mãe. Sufocados, retornam nos sintomas (conjunto de fobias centradas no cavalo)”. Nesse sentido, nas páginas finais do trabalho, Freud ([1909]2015) novamente engendra analogias entre Hans e Édipo:

Em sua relação com o pai e a mãe, Hans confirma do modo mais claro e palpável tudo o que afirmei na Interpretação dos sonhos e nos Três ensaios a respeito dos vínculos sexuais dos filhos com seus pais. Ele é realmente um pequeno Édipo, que gostaria de ter o pai “longe”, eliminado, a fim de ficar só com a bela mãe, de dormir com ela (p. 245).

Ora, conforme anunciado na citação acima, Freud ([1909]2015) designa a experiência edípica preconizada por Hans como simples/positiva – dado que, em diversas ocasiões, o *infans* verbaliza o desejo de livrar-se de pai, para, conseqüentemente, gozar da companhia de sua mãe sem interferências. De maneira concisa, *A análise da fobia de um garoto de cinco anos* representa um trabalho de significativa importância, pois articula pela primeira vez, o conceito de Édipo à castração, embora, é claro, de maneira ainda preambular e pouco pormenorizada. Além disso, é digno de nota ressaltar que esse escrito ratifica noções anteriormente explicitadas – em especial, concernentes à sexualidade infantil e aos desejos parricidas/incestuosos. Sobre esse ponto, Quinodoz (2007, p. 97) frisa que: “Freud comemora por ver confirmado da maneira mais clara e mais perceptível tudo que antecipará na *Interpretação dos sonhos e Três ensaios*”.

Outrossim, apesar do texto conter significativos avanços no tocante à temática edípica, é *mister* salientar que há críticas quanto às interpretações proferidas por Freud ao caso. Mais

²⁹ Tratando-se do complexo de castração, é importante destacar que, neste escrito, Freud não detalha exaustivamente o conceito. Outrossim, o complexo de castração, *a priori*, refere-se ao medo inconsciente de perder seu órgão genital como punição por ter fantasias incestuosas/edipianas. Tal medo pode ser reforçado quando – na fase fálica – o menino é flagrado manipulando seu pênis e recebe a ameaça de castração advinda de um adulto. No caso de Hans, Freud ([1909]2015) interpreta que, por intermédio do temor à castração, Hans recalca seus desejos incestuosos e, posteriormente, descola sua angústia para o medo de cavalos, assim, dando origem aos seus sintomas fóbicos. Ademais, novas formulações acerca do complexo de castração são realizadas somente em anos posteriores. Detalharei melhor o conceito mais à frente.

precisamente, Ribeiro (2000) sustenta que Freud negligenciou a identificação feminina expressa por Hans. De acordo com o crítico, antes mesmo do desencadeamento de sua fobia, Hans já havia manifestado por diversas vezes o desejo de ter filhos como sua mãe – portanto, não “*com a mãe*”, como prescreve a vertente positiva do Édipo. A seguinte citação evidencia bem esse ponto:

Agora que ganhou uma irmã [escreve o pai a Freud] e está obviamente ocupado com o problema da origem das crianças, ele sempre chamar Berta e Olga [suas amigas de Gmunden] “de suas filhas”, certa vez acrescentou: “minhas filhas Berta e Olga também foram trazidas pela cegonha” (Freud, [1909]2015, p. 23).

O pai de Hans, por outro lado, interpreta esse desejo – o qual ele qualifica como um sonho – apenas como uma saudade de Gmunden. E acrescenta: “O sonho, ocorrendo então, depois de uma ausência de seis meses de Gmunden, evidentemente deve ser entendido como anseio de retornar para lá” (Freud, [1909]2015, p. 23). Segundo a análise de Ribeiro (2000), o recorte clínico supramencionado aponta para uma identificação de Hans com sua mãe, e não a saudade de Gmunden. Sob esse viés interpretativo, o autor afere que, em inúmeras ocasiões transpostas no texto³⁰, Freud ([1909]2015) parece evadir-se da constatação de que Hans desejava também ser como sua mãe e, não somente, tê-la como objeto de seus desejos incestuosos. Nesse sentido, Ribeiro (2000) argumenta que, durante os primeiros anos do desenvolvimento da psicanálise, Freud ocupou-se exclusivamente em demonstrar a existência do complexo de Édipo simples, escotomizando, portanto, as manifestações divergentes a esse modelo.

Considerações suplementares são expostas também em *Sobre as teorias sexuais infantis* e *O romance familiar dos neuróticos*. No primeiro texto, Freud ([1908]2015) tece maiores esclarecimentos acerca do complexo de castração no menino. Assim sendo, o autor elucida que, a princípio, o *infans* atribui a todas as pessoas, incluindo as do sexo feminino, um pênis. Posteriormente, ao se deparar com o corpo nu de sua mãe, irmã ou uma colega do sexo oposto, ele não reconhece a ausência do membro, mas acredita regularmente que: “ele ainda é pequeno, quando ela crescer, ele vai aumentar” (p. 399). Mais adiante, com o advento da masturbação – geralmente impulsionada pela presença de desejos incestuosos concernentes à

³⁰ Por questões de tempo e espaço – visto que –, tornaria a leitura desse tópico maçante –, nossa análise não contemplará todas as partes do caso clínico aqui apresentado. Entretanto, é importante destacar que há passagens em que Hans expressa seu amor pelo pai e sua identificação com a mãe, dessa forma, delimitando a vertente negativa do complexo de Édipo. Em diversos momentos, Hans busca conforto e afeição na figura paterna, além disso, há fragmentos onde o menino confessa explicitamente seu amor ao pai, chegando a afirmar para ele: “Por que é que você me disse que eu gosto da mamãe, quando eu gosto é de você?” (Freud, [1909]2015, p. 139). Para uma leitura mais aprofundada sobre a questão, recomendamos o trabalho de Ribeiro (2000): *O problema da identificação em Freud: Recalcamento da identificação feminina primária*.

fase fálica – o menino passa a receber ameaças de castração de seus pais ou cuidadores. Pelo fato de haver anteriormente visualizado a existência de seres sem pênis, o pequeno assimila a ameaça de castração como algo real e, portanto, vê-se compelido a recalcar seus desejos edipianos e aderir à lei do incesto. Ademais, é crucial salientar que nesse momento, Freud ([1908]2015; [1905]2016) ainda não delimita diferenças significativas entre o desenvolvimento psicosssexual masculino e feminino. Destarte para o autor o clitóris seria análogo ao pênis, aspecto que engendraria determinado grau de simetria entre meninos e meninas. No mais, essa perspectiva é alterada somente em trabalhos posteriores – conforme veremos mais detalhadamente nas páginas subsequentes.

No que concerne ao escrito: *O romance familiar dos neuróticos*, Freud ([1909]2015) reitera suas ideias a respeito da temática edipiana. De maneira concisa, o literato argumenta que, durante a tenra infância, os pais são para as crianças a única fonte de autoridade e confiança. Em decorrência do progressivo desenvolvimento da libido, o garoto está fadado a dirigir seus desejos amorosos para a mãe e seus impulsos hostis para o pai. Embora tais moções psíquicas não sejam recordadas conscientemente, Freud ([1909]2015) postula que estas constituem a “força motriz” que balizará parte das dinâmicas amorosas futuras. Em suma, o autor conclui que as experiências edípicas, inconscientemente, instituem modelos idiossincráticos que tendem a se repetir compulsoriamente.

Em corroboração com esses avanços, um ano depois, em seu artigo: *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens*, Freud ([1910]2018) emprega pela primeira vez o termo: “Complexo de Édipo”. Conforme alega Souza (2006), para além da sua qualidade de marco histórico, é de grande relevância aferir que nesse trabalho, Freud ([1910]2018) ao expor determinadas características concernentes à eleição objetal masculina, reitera que todo esse processo decorre de uma fonte primária, isto é, a fixação infantil e terna com a figura materna. Sob esse viés, o termo complexo de Édipo é utilizado para designar padrões idiossincráticos de relações afetivas (re)produzidas por homens durante a puberdade/adulterez, e não somente denotar os desejos parricidas e incestuosos típicos da infância.

Finalmente, novas configurações edípicas são expostas em: *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*, *O caso Schreber* e *Homem dos Lobos*³¹. No que tange à análise do pintor renascentista, Freud ([1910]2013) assevera que, durante sua infância, Leonardo desenvolvera uma ligação erótica demasiadamente forte com sua mãe, aspecto o

³¹ Embora esse escrito não esteja alocado na tabela anteriormente explicitada, considera-se relevante sua menção nesse tópico, dado que, o caso clínico do *Homem dos lobos* ([1918]2010) designa importantes apontamentos acerca da vertente negativa do complexo de Édipo e da noção de identificação.

qual se intensificou devido à ausência paterna. Consequentemente, o amor pela mãe transformou-se em identificação com ela, desse modo, resultando em um tipo particular de escolha de objeto homossexual descrita por Freud como narcísica. Em termos ilustrativos, o psicanalista vienense alega que, ao coadunar-se com o modelo materno³², Leonardo estabelecerá laços afetivos nos quais, ao se relacionar com garotos, amava a si próprio por intermédio deles. Nessa orientação, o caso da Vinci aponta para a vertente negativa do complexo de Édipo. Isto é, refere-se ao amor pelo progenitor do mesmo sexo e à identificação com aquele do sexo oposto. Outrossim, conforme afirma Miguelez (2019), ocorre nesse escrito a primeira menção à possibilidade de que a feminilidade ou a masculinidade – enquanto modos de subjetivação – sejam determinadas exclusivamente por um processo psíquico: via identificação. Contudo, será necessário aguardar até a publicação dos trabalhos: *Psicologia das massas e análise do Eu e O Eu e o Id* para que Freud delimite mais precisamente o papel da identificação no interior do complexo de Édipo.

De modo verossimilhante, ao dissertar acerca da sintomatologia paranoica analisada em: *O caso Schreber*, Freud ([1911]2010) sustenta que o delírio do paciente se relacionava a uma escolha de objeto homossexual/narcísica cuja gênese apontaria para a vertente negativa do complexo edípico. Suplementarmente, ao examinar o quadro fóbico presente no caso do *Homem dos Lobos*, Freud ([1918]2010) afere que a coincidente identificação do menino com a figura de seu pai, aliado a eleição deste último como objeto amoroso, acabaria por engendrar uma ambiguidade, a qual, posteriormente, o autor designará como forma “completa” do complexo de Édipo. Em termos sintéticos, Souza (2006, p.139) ao discorrer sobre essa última vertente, alega que: “Trata-se da ambiguidade entre afeto de um lado e rivalidade do outro, possivelmente voltados a um progenitor do mesmo sexo”.

Como se vê, a construção da categoria edípica enquanto operador teórico na obra freudiana ocorre de maneira lenta e gradativa. Em outras palavras, à medida que Freud avança em sua prática clínica, ele continuamente tece novas considerações a respeito do conceito. Nesse sentido, se inicialmente a teorização acerca do Édipo circunscreveu-se exclusivamente em torno do modelo simples (positivo), posteriormente, por intermédio das análises de Leonardo, Schreber e do homem dos lobos, Freud pode delimitar meandros inéditos em relação ao tema. Assim, em linhas gerais, é factual aferir que o complexo de Édipo passou a

³² De maneira semelhante, é importante destacar que, em muitos casos, os filhos são para as mães fontes de realização pessoal e afetiva. Assim sendo, ao amar seus filhos, a figura materna acaba por expressar seu amor por si própria (narcísico).

incluir a possibilidade de identificar-se com o genitor do sexo oposto (vertente negativa) e a designar a ambivalência afetiva em relação a ambos os progenitores (modelo completo).

Seguindo para as considerações finais deste primeiro momento acerca das formulações sobre o Édipo, é fundamental destacar algumas observações apresentadas por Freud ([1913]2012) em *Totem e Tabu*. Mais precisamente, esse trabalho de orientação antropológica/psicanalítica visa elucidar paralelos entre a dinâmica psíquica dos primitivos da Austrália e os neuróticos, supostamente, civilizados. Para tanto, Freud ([1913]2012) narra um mito de origem, aventando a hipótese de se tratar de um fato histórico, isto é, o assassinato (parricídio) de um poderoso líder totêmico. De acordo com o relato freudiano, o estado inicial de organização humana estruturava-se em torno de uma horda na qual o macho mais forte (descrito como pai totêmico) exercia uma autoridade dominante e detinha o monopólio sexual sobre todas as mulheres do grupo. Certo dia, os irmãos, descontentes por terem sua liberdade sexual tolhida, decidem se unir para assassinar o pai tirânico. Após consumarem o parricídio, eles reúnem-se em um banquete totêmico no qual ingerem os restos mortais da vítima – em uma espécie de ritual antropofágico. Dessarte, Freud ([1913]2012) assevera que, uma vez satisfeito o ódio, surgem características de identificação e sentimento de remorso entre os irmãos. Com efeito, após o assassinato do pai, a horda fraterna erige um totem em seu lugar e estabelece simultaneamente o parricídio e o incesto como tabus. De forma análoga, tais proibições correspondem aos imperativos presentes no complexo de Édipo. Portanto, Freud ([1913]2012) conclui seu trabalho levantando a hipótese de que o conceito abordado englobe resquícios filogenéticos que constituem a gênese tanto do complexo nuclear de todas as neuroses quanto dos princípios fundadores da civilização.

Feitas essas considerações, temos agora melhores condições de apresentar uma síntese do primeiro tempo das formulações freudianas a respeito do Édipo. Assim, pode-se dizer que, entre a *carta 71* e *Totem e Tabu*, Freud circunscreve majoritariamente a vertente simples ou positiva do complexo de Édipo. Em linhas gerais, o conceito origina-se na infância por intermédio dos desejos incestuosos/parricidas, os quais o autor classifica como universais. Além disso, o primeiro tempo das formulações edípicas designa uma completa analogia no que tange à constituição subjetiva masculina e feminina. Em outros termos, nessa etapa Freud ainda considera o clitóris como equivalente ao pênis e, conseqüentemente, não propõe maiores esclarecimentos acerca das dessemelhanças – psíquicas/anatômicas – que constituem os sexos. Por fim, ele também caracteriza o complexo de Édipo como núcleo etiológico da neurose e da normalidade e, em paralelo, assevera que a cultura se organiza às suas expensas

(Migueluez, 2019; Mezan, 2013). Uma vez exposto esse exíguo breviário, sigamos rumo à segunda etapa de nosso trabalho.

3.6 Segundo tempo das formulações acerca do complexo de Édipo (1914-1933)

Conforme elucida Migueluez (2019), o trabalho *Introdução ao narcisismo* representa uma reviravolta à teorização freudiana acerca das pulsões sexuais e, subsidiariamente, ao complexo de Édipo. Em linhas gerais, Freud ([1914]2010) abre seu escrito sustentando a hipótese de que, a princípio, as pulsões sexuais apoiam-se nas pulsões de autoconservação e, somente mais tarde, as primeiras adquirem independência em relação às segundas – embora, é claro, continuem conservando suas metas e objetos inconscientemente. Nessa orientação, o autor postula que os sujeitos que inicialmente nutrem e protegem o infante se configuram, pela via do apoio, como seus objetos sexuais primários. Em decorrência disso, os pais – ou seus substitutos – tornam-se alvos de moções incestuosas durante transladação do Édipo. Assim, ao alicerçasse nessas explanações, Freud ([1914]2010) delimita importantes acréscimos ao conceito aqui analisado. Mais precisamente, é factível aferir que, a partir do texto de 1914, a origem dos impulsos incestuosos/parricidas não se restringe exclusivamente a explicações filogenéticas, podendo também ser compreendida por intermédio da noção de apoio.

Doravante, ainda nesse escrito, Freud ([1914]2010) alega que a investigação psicanalítica o levou a descobrir outra fonte de escolha objetal, designada como narcísica. Destarte, o autor afere que a escolha objetal do tipo narcísica se manifesta de maneira especialmente nítida em sujeitos cujo desenvolvimento libidinal sofreu modificações inabituais – como no caso das perversões e no homoerotismo. Em vista disso, estes não selecionam seus objetos posteriores segundo o modelo materno, mas conforme o de sua própria pessoa. Em suma, é verossímil assinalar que essa modalidade de escolha se caracteriza pela predileção por objetos que refletem as qualidades intrínsecas do próprio sujeito.

Outrossim, no segundo tópico do referido trabalho, Freud ([1914]2010) argumenta que há diferenças fundamentais – embora não universais –, quanto ao tipo de escolha objetal realizada por homens e mulheres. No que tange aos homens, o literato infere que estes baseiam sua escolha objetal segundo o tipo de apoio. E portanto, exibem notória superestimação sexual ao sujeito que desejam, aspecto que, em certas ocasiões, pode levar ao empobrecimento libidinal do *Eu* em favor do objeto. As mulheres, por outro lado, sobretudo

se forem belas, inclinam-se a vertente narcísica³³. Isto é, amam apenas a si mesmas com intensidade semelhante à que são amadas pelos homens. Sob essa perspectiva, Freud ([1914]2010) sugere que o desejo de tais mulheres não consiste em amar (ativamente), mas sim em deixar-se ser amada (passivamente). Suplementarmente, Miguelez (2019) e Sampaio (2010) salientam que, apesar de Freud ([1914]2010) haver levantado essa hipótese sobre conduta amorosa feminina, até este momento de sua obra ele ainda não havia se empenhado em justificar teoricamente tal aceção. Portanto, a discussão sobre o narcisismo feminino será retomada somente em produções mais tardias, como, por exemplo, nas: *Novas conferências introdutórias à psicanálise*, de 1933.

Finalmente, no terceiro e último tópico de seu escrito, Freud ([1914]2010) correlaciona – de maneira transversa – o conceito de ideal do Eu (*Ichideal*) ao complexo de Édipo e ao complexo de castração. Em síntese, o vienense destaca que a formação do ideal do Eu instaura-se a partir da influência crítica primordialmente exercida pelos pais, aos quais se juntam, no transcorrer do tempo, educadores, instrutores e demais autoridades. De maneira pormenorizada, Freud ([1914]2010) afere que, com o nascimento de um filho, o narcisismo de seus genitores se transforma em amor objetual, assim, transferindo para a criança determinadas projeções quiméricas de perfeição – lembremo-nos que, nas palavras do autor, a criança é definida como: “*His majesty the Baby*” (p. 37). Com o passar do tempo, tal onipotência narcísica é perdida, fator que leva o *Eu* infantil a erigir a formação de um ideal baseado nas expectativas de seus progenitores e nos preceitos morais civilizacionais. Com efeito, parte da libido narcísica (primária) é deslocada para esse novo ideal do *Eu*, o qual almeja atingir a perfeição e realizar as exigências anteriormente direcionadas ao infante. Em termos conclusivos, Freud ([1914]2010) postula que o ideal do *Eu* é, na verdade: “O substituto para o narcisismo perdido na infância” (p. 40). Além disso, conforme salientam Roudinesco e Plon (1998), embora em 1914 o ideal do *Eu* seja concebido como herdeiro do narcisismo primário, é *mister* ressaltar que, em escritos futuros, esse conceito transmutar-se-á em uma instância topográfica designada por Freud como *Super-eu*³⁴. Conforme veremos nas próximas páginas, o *Super-eu* se apresentará como herdeiro do complexo de Édipo e, concomitantemente,

³³ Conforme Freud ([1914]2010) admite na parte final desse tópico, é importante salienta que o autor não exclui o fato que: “Muitas mulheres amam segundo o modelo masculino e exibem a superestimação sexual própria desse tipo” (p.35).

³⁴ Segundo Roudinesco e Plon (1998) a partir de 1921 os termos ideal de Eu e *Super-eu* serão tomados como sinônimos. Em outras palavras, a função (ideal do Eu) será circunscrita como uma instância moral e reguladora (*Super-eu*). Daí, justifica-se o título do terceiro tópico exposto em *O Eu e o Id* ([1923]2011): O *Eu* e o *Super-eu* (Ideal do Eu).

delimitará interconexões com a noção de identificação (Cf. Freud, [1917]2017; [1921]2010; [1923]2011).

Outro trabalho digno de menção é *Luto em melancolia*. Este, por seu turno, não faz menção explícita ao complexo de Édipo, entretanto, introduz valiosos acréscimos aos conceitos de identificação e narcisismo, os quais, ulteriormente, interligar-se-ão de maneira mais extensiva às formulações edípicas. Destarte, Freud ([1917]2017) conjectura que o adoecimento melancólico – ou parte dele – reside no predomínio de uma escolha objetal de base narcísica, na qual o *Eu*, ao deparar-se com a perda do objeto amado/admirado, não consegue redirecionar a libido para um novo alvo, resultando assim na retenção dessa energia em si próprio e na identificação com o objeto perdido. De acordo com a letra freudiana:

O investimento do objeto provou ser pouco resistente, foi suspenso, porém a libido livre não se deslocou para outro objeto, mas se recolheu no Eu. Lá, no entanto, ela não encontrou uma utilidade qualquer, mas serviu para estabelecer uma identificação do Eu com o objeto abandonado. A sombra do objeto caiu sobre o Eu, que agora pôde ser julgado por uma instância especial, como um objeto, como o objeto abandonado. Desse modo, a perda do objeto se transformou em uma perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, em uma cisão entre a crítica do Eu [*Ichkritik*] e o Eu modificado pela identificação (Freud, [1917]2017, p. 107).

Em resumo, o mecanismo identificatório trabalhado nesse artigo alude uma grave patologia na qual o *Eu*, ao internalizar o objeto abandonado por meio de processos identificatórios, engendra uma cisão interna – clivagem [*Ichspaltung*] –, consequentemente, designando a coexistência de uma instância crítica [*Ichkritik*] verossimilhante ao objeto perdido. Todavia, é imperioso ressaltar que o conceito supramencionado não se restringe somente a essa descrição psicopatológica. Nesse sentido, Miguelez (2019), Sampaio (2010) e Ferraz (2008) destacam que a noção freudiana de identificação – *in latu sensu* – abrange o poder de transformação/modelagem que o outro exerce sobre o sujeito, desempenhando também um papel crucial na formação das identidades masculinas e femininas durante o desenrolar edípico.

Dito isto, com brevidade proposital, passemos agora às considerações expressas por Freud ([1921]2011) em *Psicologia das Massas e análise do Eu* com intuito de elucidar os possíveis entrelaçamentos entre o complexo de Édipo e os processos identificatórios. A rigor, centralizaremos nossas análises no capítulo sete, intitulado como: “A identificação”. Dessarte, Freud ([1921]2011) inicia sua aferição salientando que a identificação é a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva com outro sujeito. Em termos esquemáticos, ao dissertar acerca da pré-história do complexo de Édipo, o literato infere que o garoto exibe um interesse especial por seu progenitor, ansiando crescer e ser como ele. À luz dessa asserção, o menino –

usualmente – toma o pai como seu ideal. Entretanto, essa postura nada tem a ver com uma atitude passiva e feminina, sendo, aliás, considerada por Freud como tipicamente masculina. Em concomitância a essa identificação – ou até mesmo antes –, o infante empreende um investimento objetal na mãe do tipo “por apoio”. Por conseguinte, o menino experiencia, então, duas ligações psiquicamente distintas: com a mãe, um investimento objetal direto; com o pai, uma identificação, tomando-o como modelo. Com o surgimento do Édipo, a criança do sexo masculino percebe o pai como um obstáculo em relação à mãe, conseqüentemente, a identificação adquire uma tonalidade hostil, transmutando-se no desejo de substituí-lo (Freud, [1921]2011).

Subsequentemente, Freud ([1921]2011) afirma que o complexo de Édipo pode sofrer uma inversão³⁵, na qual, em uma postura feminina, o pai seja tomado como objeto. Nessa configuração, a identificação com pai torna-se a precursora de uma ligação objetal com ele. Em vista disso, o literato exprime uma fórmula que visa descrever as diferenças entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. Em suma, no primeiro caso, o pai é interpretado como aquilo que se gostaria de *ser*, ao passo que, no segundo, como o que se gostaria de *ter*. Doravante, no intercurso final desse tópico, o autor ocupa-se também do complexo de Édipo ao descrever o papel da identificação na construção de determinados sintomas neuróticos. Em síntese, Freud ([1921]2011) supõe que uma criança do sexo feminino pode, por intermédio dos processos identificatórios, desenvolver a mesma tosse aflitiva que sua mãe, por exemplo. Tal identificação designa um desejo hostil de tomar o lugar da mãe e direcionar seu amor ao pai. Dessa forma, o infante realiza a substituição de sua progenitora por meio de uma expressão sintomática, ou, nas palavras de Freud: “Você quis ser a mãe, e agora o é pelo menos no sofrimento” ([1921]2011, p. 63). De modo brevíssimo, os comentários de Miguez (2019) resumem muito bem os principais pontos de entrelaçamento entre as noções de Édipo e identificação expostas nesse tópico. Vejamos:

Sintetizando, pode-se dizer que: o complexo de Édipo de que Freud trata nesse texto, continua a ser simples e positivo, mas as identificações podem dar conta da possibilidade de que tal complexo experimente uma inversão; há um paralelismo entre o complexo de Édipo dos meninos e o das meninas; o lugar identificatório define as posições masculina ou feminina, tanto do complexo de Édipo direto quanto

³⁵ Ainda nesse tópico, Freud ([1921]2011) descreve a gênese da homossexualidade masculina. Segundo o teórico vienense, esta origina-se a partir de uma longínqua fixação do infante por sua mãe. Posteriormente, na puberdade, ele não abandona – em termos econômicos de investimento libidinal – completamente sua progenitora, mas se identifica com ela e procura adquirir objetos que possam assemelhar-se ao seu Eu. Dessa forma, abre-se a possibilidade de que o sujeito possa amar e cuidar do objeto escolhido de maneira similar àquela que aprendeu, por meio dos processos identificatórios, com sua mãe. Tal raciocínio, é também exposto por Freud ao descrever a dinâmica afetiva de Leonardo da Vinci ([1910]2013).

no invertido; Freud aprofunda-se nas relações entre identificação, complexo de Édipo e manifestação sintomática, seja neurótica, seja perversa (p. 71).

Finalmente, considerações elementares acerca da subjetivação masculina e feminina são desenvolvidas de maneira mais detalhada no terceiro capítulo de: *O Eu e o Id. A priori*, no decorrer desse trabalho, Freud ([1923]2011) visa expor seu novo esquema topográfico do aparelho psíquico. Este, por sua vez, é composto pelas instâncias: *Eu*, *Super-eu* e *Isso*. Ademais, apesar de tecer inéditos avanços no que concerne a topologia metapsicologia, é lícito inferir que o autor não desconsidera a antiga divisão em Inconsciente (*Ics*), pré-consciente (*Pcs*) e consciência (*Cs*). Entretanto, esta passa a denotar uma função sobretudo descritiva.

No que tange à terceira secção do referido escrito, Freud ([1923]2011) inicia sua aferição descrevendo a constelação edípica no menino. Assim, de maneira bastante semelhante ao que já foi exposto anteriormente, Freud ([1923]2011) postula que o menino desenvolve um investimento objetal na mãe que tem seu ponto de partida no seio materno e, portanto, constitui o protótipo de uma escolha objetal por “apoio”. O pai, por outro lado, é apoderado pelo infante por meio da identificação. As duas relações coexistem por determinado período até que, com a intensificação dos desejos incestuosos pela mãe e a percepção de que o pai é um obstáculo, origina-se o complexo de Édipo. A partir disso, a identificação paterna assume um colorido hostil, mudando, portanto, para o desejo de eliminá-lo a fim de substituí-lo junto à mãe. A postura ambivalente ante o pai e a relação majoritariamente terna com a mãe formam, para a criança do sexo masculino, o conteúdo do complexo de Édipo simples/positivo.

Seguidamente, Freud ([1923]2011) alega que, com a dissolução do complexo edípico, a catexia objetal materna necessita ser abandonada. Em seu lugar, podem surgir: (1) uma identificação com a mãe; ou (2) um fortalecimento da identificação com o pai. Sob a égide de tais postulados, Freud ([1923]2011, p. 40) sustenta que o segundo desfecho se apresenta: “como o mais normal; ele permite conservar, em alguma medida, a relação terna com a mãe”. Nessa configuração, o autor ressaltar que o menino, ao identificar-se com a figura paterna, consolidaria a masculinidade em seu caráter. Analogamente, a menina, ao identificar-se com a figura materna, fixaria o caráter feminino em sua estruturação subjetiva.

Adicionalmente, Freud ([1923]2011) afirma que a menina, após haver renunciado o pai como objeto amoroso – na vertente positiva do complexo de Édipo – pode pôr à frente sua masculinidade e identificar-se não com sua mãe, mas sim com seu pai (objeto perdido). Diante disso, o literato assinala que, se essa disposição masculina for suficientemente mais

forte na menina de que sua identificação com a mãe, então ela possivelmente desenvolverá traços de caráter masculinos. Destarte, o teórico vienense reitera que os desenlaces da situação edípica parecem depender – em ambos os sexos – da relativa força das duas posições sexuais. Nesse contexto, Freud ([1923]2011) retoma a noção de bissexualidade constitucional e afere que o desfecho do complexo de Édipo e, conseqüentemente, a futura orientação sexual do sujeito dependerão de qual corrente sexual – masculina ou feminina – se torna mais preponderante durante o traslado edípico.

Suplementarmente, a argumentação freudiana assevera que o complexo de Édipo, denominado como “positivo”, não é necessariamente o mais habitual, mas corresponde a uma simplificação esquemática. A rigor, uma investigação teórica mais exaustiva aponta, em geral, para a existência de um complexo de Édipo completo, isto é, duplo (positivo/negativo), no qual, a bissexualidade constitucional leva a criança a empreender investimentos libidinais em ambos os progenitores. Em outras palavras, durante o período edípico, o *infans* pode manifestar ternura em relação à mãe e hostilidade em relação ao pai, ao mesmo tempo que exterioriza ternura pela figura paterna e hostilidade pela figura materna, configurando, assim, a vertente completa do Édipo. Essa interferência da bissexualidade leva o autor a afirmar ser difícil compreender as identificações e escolhas objetais primitivas, sendo ainda mais desafiador descrevê-las de forma inteligível (Freud, [1923]2011).

Em paralelo, Freud ([1923]2011) sustenta que a dissolução do complexo de Édipo no caso do menino ocorre da seguinte maneira: ao identificar-se com a figura paterna, ele reforça tanto a renúncia ao objeto mãe (na vertente positiva) quanto a renúncia ao objeto pai (na vertente negativa) e, por extensão, cede sua libido à identificação com esse último. Freud ([1923]2011) não descarta a possibilidade de que o garoto se identifique predominantemente com a mãe. Entretanto, afirma que isso ocorre apenas em uma pequena parcela de casos – como exemplificado em *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* ([1910]2013). Logo, do complexo de Édipo completo, ou seja, constituído por duas identificações e duas escolhas objetais, restarão somente as duas identificações, visto que, em virtude da lei do incesto, a criança deverá renunciar às suas escolhas objetais incestuosas. Como resultado, esse conjunto de identificações interligadas se conservam no *Eu* e, em função de uma energética formação reativa, origina-se o *Super-eu* (ideal do *Eu*). O *Super-eu* é, portanto, o herdeiro do complexo de Édipo e, assim sendo, conservará o caráter dos pais, desempenhando uma função – sobre o *Eu* – moralizadora, impositora e, por vezes, coercitiva.

Em última análise, é factível, lícito e verossímil aferir que as considerações expostas no terceiro capítulo de *O Eu e o Id* avançam consideravelmente as teorizações freudianas acerca do complexo de Édipo. Este último, a partir do escrito em questão, passa a ser descrito em sua vertente completa, assim, incluindo, para o mesmo sujeito, tanto uma posição heterossexual (positiva) quanto uma posição homossexual (negativa), que são simultâneas. Além disso, com o “naufrágio” do complexo, engendra-se – como herança – uma instância permanente no aparelho psíquico: o *Super-eu*, que, concomitantemente, alberga o *eu Ideal*. Finalmente, no que se refere à constituição de uma posição subjetiva sexuada – masculina ou feminina –, esta se depreende dos processos identificatórios transpostos no decorrer do complexo de Édipo completo. Nessa orientação, Freud ([1923]2011) sustenta que a masculinidade se origina de uma identificação primária e predominante com o pai, a qual é reforçada pelo afluxo da libido ao tomar a mãe como objeto amoroso (Ambra, 2021; Miguelez, 2019; Sampaio, 2010).

Sucessivamente, no artigo *A organização genital infantil*, Freud ([1923]2011) introduz importantes adendos sobre o complexo de castração e, em paralelo, reitera determinadas asserções relacionadas às noções de masculinidade e feminilidade. Em análise preliminar, Freud ([1923]2011) alega que a principal característica da organização genital infantil consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas um genital – o masculino –, é considerado. Em termos comparativos, Freud ([1923]2011) assinala que, enquanto a sexualidade adulta circunscreve-se em torno da primazia dos genitais, a sexualidade infantil, por outro lado, organiza-se em torno da primazia fálica. Sob a égide de tal alegação, o autor infere que o estágio de organização pré-genital é composto pelas díades ativo/passivo e fálico/castrado. Nessa orientação, a transposição das polaridades sobrepostas em masculino/feminino ocorre apenas com a conclusão do desenvolvimento psicosssexual na puberdade. Em ato contínuo, Freud ([1923]2011, p. 175) define o masculino e o feminino da seguinte forma: “O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno”.

Como se vê, em 1923, o masculino é definido pela atividade e posse do pênis, enquanto o feminino é caracterizado pela passividade e receptividade vaginal. Ademais, apesar de haver delimitado tais díades constitutivas, Freud ([1923]2011) não se propõe a fornecer esclarecimentos mais profundos sobre o processo de gênese subjetiva de homens e mulheres – neste trabalho. Por outro lado, no que tange ao complexo de castração, o literato

argumenta que, inicialmente, o menino considera que todos – homens e mulheres – são fálcos. Com o passar do tempo, ele descobre a falta do membro em sua irmã ou colega do sexo oposto, recusa essa percepção e afirma, apesar da contestação contrária, a existência do falo em todos os seres vivos. Mais tardiamente, o infante chega à conclusão de que o falo esteve lá, porém, foi removido. Concomitantemente, o menino formula a teoria de que aqueles que tiverem seu pênis/falo extirpado, possivelmente foram castrados como punição por nutrirem pensamentos voluptuosos e proibidos. Nessa linha interpretativa, a criança do sexo masculino acredita que figuras parentais respeitáveis, como sua mãe, não sofreram essa castração e, conseqüentemente, continuam dotadas de falo. Em última análise, é pertinente observar que, nesse texto, a fase fálica é descrita somente para o menino, isto porque, o autor admite não ter conhecimento pleno sobre o desenvolvimento psicosssexual da menina (Freud, [1923]2011). Outrossim, em termos teóricos ainda não há um fio condutor suficientemente satisfatório entre a fase fálica, o complexo de castração e o complexo de Édipo. Tal integração conceitual será elaborada subsequentemente, como veremos a seguir (Miguel, 2019; Mezan, 2013).

Em *O declínio do complexo de Édipo*, escrito e publicado em 1924, Freud ([1924]2017) elabora novos pontos de vista, a partir de elementos já existentes em sua teoria. De início, o autor recapitula alguns aspectos da sexualidade infantil³⁶ e, em ato contínuo, assevera que a etapa psicosssexual correspondente ao complexo de Édipo é denominada como fálica³⁷. Em seguida, Freud ([1924]2017) disserta mais detalhadamente sobre o esquema edípico do menino, o qual, por sua vez, transcorre da seguinte maneira: o garoto está na fase fálica, masturba-se e, inconscientemente, possui desejos incestuosos. Em virtude disso, recebe de maneira enfática, ameaças de castração de seus pais. *A priori*, ele não acredita nelas. Entretanto, ao deparar-se com os genitais de um indivíduo do sexo oposto, interpreta que este foi castrado. Face ao exposto, as ameaças de castração empreendidas previamente passam a produzir repercussões psíquicas no infante. Como resultado da angústia de castração, o menino se afasta do complexo edípico, recalca seus desejos incestuosos, identifica-se com o pai proibidor – na maioria dos casos –, instaura seu *Super-eu* e, por fim, entra no período de latência. Alicerçado nessa síntese conceitual, Freud ([1924]2017) finalmente logra haver

³⁶ De maneira breve, Freud ([1924]2017) argumenta que os desejos incestuosos pelos pais fazem parte da constituição psíquica geral da espécie humana e, em paralelo, levanta a hipótese desse fato estar ligado a uma herança filogenética, a qual, possivelmente, se entrelaçam aspectos ontogenéticos. No mais, optamos em suprimir tais comentários do texto principal, dado que, não é nosso objetivo – no momento – dissertar acerca desses aspectos.

³⁷ Em termos conceituais, a fase fálica caracteriza-se pela centralidade de ter ou não ter o pênis/falo. Outrossim, Freud ([1924]2017) cronologicamente assevera que esta pode ocorrer entre os 3-5 anos.

estabelecido correlações teóricas coerentes entre todas as etapas do desenvolvimento psicosssexual masculino. Além disso, é imperioso destacar que, no caso do menino, a angústia de castração representa a saída do complexo de Édipo – ou seja, entre a escolha narcísica de seu pênis e o amor incestuoso pelos pais, o menino escolhe o pênis.

Quanto à menina, Freud ([1924]2017, p. 264) afirmar que inicialmente o clitóris se comporta de maneira verossimilhante a um pênis. Todavia, ao notar diferença anatômica entre os sexos, a menina se sente inferior e passar a inveja seus colegas portadores de pênis. Suplementarmente, pelo fato de não possuir o falo, a menina considera-se já mutilada e, portanto, não desenvolve a angústia de castração de modo semelhante ao garoto. Em virtude de tais aspectos, o *infans* do sexo feminino não dispõe dos mesmos imperativos que levaram o menino a abandonar (naufragar) seu complexo de Édipo e formar seu *Super-eu*. Em termos comparativos, é lícito inferir que se, por um lado, o menino dissolve seu Édipo em decorrência do complexo de castração, a menina, de maneira antagônica, “entra” no complexo de Édipo devido à castração. Doravante, no decorrer do desenvolvimento edípico da garota, Freud ([1924]2017) argumenta que a renúncia ao pênis/falo não ocorre sem uma tentativa de compensação. Logo, a menina passa a desejar receber um filho de seu pai – o que, em termos simbólicos, equivale à posse do falo. Com efeito, em função da impossibilidade de realizar de tal anseio, a criança abandona gradativamente o Édipo. Entretanto, mantêm latente o desejo de, ulteriormente, obter um filho do homem amado, preparando-a, portanto, para seu futuro papel (sexual) de mãe (Freud, [1924]2017).

De maneira sumária, Miguez (2019) destaca que, a partir das implementações submetidas a este trabalho, Freud ([1924]2017) constata que o complexo de Édipo se manifesta de maneira distinta para meninos e meninas, obliterando, conseqüentemente, a possibilidade de ambos os sexos se desenvolverem de forma análoga (simétrica). Além disso, no intercurso final desse ensaio, o teórico vienense confessa que a compreensão dos processos de desenvolvimento na garota ainda é: “insatisfatória, lacunar e vaga” (p. 266). À luz dessa asserção, Ambra (2021) e Sampaio (2010) reiteram que, para o freudismo clássico, o processo de estruturação subjetiva masculina foi tomado como mais inteligível se contraposta ao trajeto engendrado pelas mulheres para constituírem-se subjetivamente. Diante disso, é *mister* salientar que Freud dedicará uma parte substancial de seus escritos finais às elaborações sobre as mulheres e a feminilidade. Todavia, o masculino continua a ser citado e se configura como um referencial teórico antitético, o que permite ao autor elucidar – por vias transversas –

determinados pontos acerca da sexualidade feminina (Cf. Freud, [1925]2011; [1931]2018; [1933]2018).

Feitas essas observações, Freud ([1925]2011) faz considerações adicionais a respeito do desenvolvimento psicosexual feminino em *Algumas consequências psíquicas das diferenças sexuais anatômicas*. Sinteticamente, o autor abre seu ensaio retomando o curso edípico empreendido no menino – o qual apresenta-se de maneira semelhante ao que foi descrito em 1924. Por esse motivo, não é necessário abordá-lo aqui. Em seguida, Freud ([1925]2011) afirma, pela primeira vez, que o objeto sexual primário da garota foi também sua mãe (por intermédio do “apoio”). Perante tal afirmação, abre-se um novo interrogante: por que a menina abandona seu objeto primário (mãe) e se dirige ao pai durante a translação edípica?

Visando responder tal questionamento, o ensaísta alega ser essencial investigar a pré-história do complexo de Édipo. Sendo assim, Freud ([1925]2011) prossegue sua aferição destacando que, a princípio, a menina está libidinalmente ligada à mãe até chegar à fase fálica. Com o advento desta última, a descoberta das diferenças anatômicas é percebida. Com efeito, o *infans* do sexo feminino teoriza que foi vítima de uma castração e, por extensão, desenvolve uma inveja fálica. Destarte, a garota inconscientemente culpa sua mãe por não havê-la dotado com o pênis/falo e se afasta rancorosamente. Assim, devido ao (des)investimento objetual na mãe, a libido é redirecionada ao pai, dado que a menina acredita que este lhe conceberá o falo – figurado pela equação simbólica: pênis = filho. Nessa conjectura, o pai passa a ser designado como objeto afetuoso e a mãe como rival a ser substituída. Logo, engendrando um cenário prepóster (reverso) ao panorama pré-edípico anteriormente sublinhado (Miguel, 2019).

A partir de tais elucubrações, depreende-se que, diferentemente do menino, o complexo de Édipo na garota se institui como uma formação secundária. Mais precisamente, se, por um lado, no menino, a angústia de castração leva-o a dissolver seu complexo de Édipo, na menina, por outro lado, o complexo de castração arranca-a da ligação erótica com a mãe e a introduz ao Édipo com o pai. Paralelamente, é crucial assinalar que, nas formulações freudianas, o *Super-eu* é, em parte, constituído sob o influxo da angústia de castração. Nessa orientação, Freud ([1925]2011) postula que, pelo fato da angústia de castração na menina não representar o naufrágio de seu complexo edípico, a formação superegógica feminina tornar-se fragilizada.

De maneira adjacente, no seu trabalho *Sobre a sexualidade feminina*, Freud ([1931]2018) retoma a discussão em torno do desenvolvimento psicosssexual fêmeo, complementando determinadas lacunas previamente identificadas em *Algumas consequências psíquicas das diferenças sexuais anatômicas* (Cf. Freud, [1925]2011). Em primeira linha, a letra freudiana postula que a etapa pré-ediapiana na menina se caracteriza pela postura ativa que esta têm em relação à mãe. Diante disso, é válido destacar que, embora os primeiros anos de vida sejam preponderantemente marcados pela passividade sexual em ambos os sexos, a menina gradualmente converte essa passividade em atividade, passando a buscar o seio materno de forma ativa e, por conseguinte, exigir uma maior proximidade física com seus cuidadores. Alicerçado nessa perspectiva, Freud ([1931]2018) infere que no decorrer de sua constituição psicosssexual, a garota³⁸ precisa lidar com as laboriosas tarefas de mudar de objeto (mãe→pai), de posição sexual (ativa→passiva) e de zona erógena (clitóris→vagina).

Como bem aponta Miguelez (2019), o comutador de todas essas transformações na menina é, fundamentalmente, o reconhecimento das diferenças anatômicas entre os sexos – aspecto que constitui o complexo de castração. Outrossim, após confrontar-se com a castração, Freud ([1931]2018) sinaliza três possíveis orientações de desenvolvimento na menina: (1) afastar-se da sexualidade em geral, renunciando à masturbação clitoriana e recalando seus eventuais traços de virilidade; (2) defender sua posição ativa/masculina (“complexo de masculinidade³⁹”); aspecto que resultará em uma escolha de objeto homossexual na fase adulta e; (3) afastar-se libidinalmente da mãe, eleger o pai como objeto amoroso e entrar no Édipo. Consequentemente, adotar uma postura passiva perante a ele, (re)orientando seus investimentos libidinais do clitóris para a vagina e, portanto, configurando-se femininamente.

Conforme evidenciado, o trajeto rumo à feminilidade é melindroso e labiríntico. Em resumo, a menina necessita efetuar uma engenhosa “viragem” rumo ao pai e, concomitantemente, renunciar à postura ativa e à masturbação clitoriana para, finalmente, assenhorar-se da feminilidade. Em contrapartida, Freud ([1933]2018) concebe o processo de

³⁸ É digno de nota salientar que Freud ([1931]2018) afirma que a bissexualidade na constituição humana aparece com maior nitidez nas mulheres do que nos homens. De acordo com o autor, isso ocorre porque, enquanto o homem possui uma única zona sexual orientada (o pênis), a mulher possui duas delas (o clitóris análogo ao pênis e a vagina propriamente feminina). Portanto, considera-se correto supor que as mulheres tenham uma maior facilidade em transitar entre os papéis masculino e feminino.

³⁹ Sobre esse termo, Freud ([1933]2018) sustenta que, em certos casos, a menina, ao se confrontar com as diferenças sexuais anatômicas, não tolera o fato de ser castrada e sentir-se inferior em relação ao seu colega portador de pênis. Consequentemente, ela se fixa em sua atividade clitoriana e, ao mesmo tempo, busca identificar-se com o pai ou com uma figura feminina fálica. Desse modo, desenvolvendo o complexo de masculinidade.

subjetivação masculina como mais “simples” e menos conflituoso. Esse aspecto é rigorosamente corroborado em *A feminilidade*, onde Freud afirma que, em comparação ao menino: “o desenvolvimento da menina até a mulher normal é o mais difícil e o mais complicado” ([1933]2018 p. 319). Em perspectiva concomitante, Freud ([1933]2018) assinala que, ao contrário da menina, o *infas* masculino não necessita trocar de zona erógena, nem alterar seu objeto primário de investimento. Sendo assim, o psicanalista deduz que, no menino, o Édipo: “desenvolve-se naturalmente, a partir da fase de sua sexualidade fálica” (Freud, [1933]2018, p. 334). Sob esse prisma, é factível, legítimo e plausível concluir que no *corpus* teórico freudiano o percurso rumo à masculinidade é menos laborioso se contraposto ao processo exigido para constituir-se femininamente (Ambra, 2021; Sampaio, 2010; Poli, 2007).

Já prosseguindo para os comentários finais dessa secção, é *mister* frisar que o conjunto de textos aqui analisados proporcionou avanços substanciais à temática edipiana na obra de Freud. Como observado pelo leitor, nossa análise teve como ponto de ignição a carta 71 (Cf. Freud, [1897]1976) e desfecho em *A feminilidade* (Cf. Freud, [1933]2018). Assim, sob um viés metafórico, é verossímil assinalar que do “simples” – complexo de Édipo unicamente positivo – passamos verdadeiramente ao “complexo” – complexo de Édipo duplo/composto. De maneira concisa, constata-se que o segundo tempo das formulações edípicas se caracterizou, sobretudo, pela inexistência de equivalências (ou simetrias) entre o complexo de Édipo no menino e na menina. Nesse sentido, embora ambos os sexos compartilhem o mesmo ponto de partida – isto é, a relação materna pautada no “apoio” –, ao longo do tempo os desenvolvimentos psicosssexuais masculino e feminino seguem trajetórias divergentes (Miguel, 2019; Mezan, 2013). No que concerne especificamente ao menino, este vai preservar seu objeto primário e, subsequentemente, ingressar ao complexo edípico. Doravante, por intermédio da castração, o *infas* masculino⁴⁰ sente-se compelido a dissolver seu Édipo, identificar-se com o genitor paterno e instaurar sua instância superegóica.

Quanto à constituição subjetiva masculina, infere-se que esta é instituída mediante a identificação com o pai no desenrolar da transladação edípica. Tal formulação é explicitamente exposta por Freud ([1923]2011) em *O Eu e o Id* e permanece vigente até o final de sua extensa obra. Outrossim, diferentemente das mulheres e da feminilidade, Freud não se empenhou em explorar novas hipóteses acerca do desenvolvimento psicosssexual

⁴⁰ Pelo fato de já termos descrito o caminho rumo à feminilidade anteriormente, não consideramos profícuo repetir tal esquematização nesse trecho. Além disso, lembremo-nos que a dissertação têm como foco principal: a constituição subjetiva masculina.

masculino em escritos suplementares. Em vez disso, ele manteve uma abordagem relativamente constante e estática, restringindo-se a associar os homens e a masculinidade à identificação paterna, a uma maior propensão à atividade e, por fim, a um modo particular de amar, marcado pela existência de uma dupla moral sexual e pela repetição idiossincrática de dinâmicas afetivas infantis.

Em última análise, é imperativo ressaltar que, embora as formulações freudianas tenham proporcionado importantes apontamentos acerca da gênese subjetiva de homens e mulheres, suas teorias não permaneceram isentas de críticas. Destarte, pesquisadores e intelectuais de épocas ulteriores, buscaram questionar e reformular certas concepções do autor sobre o processo de subjetivação masculina e feminina. Dentre estes, o psicanalista Robert Stoller (1924-1991) destacou-se por subverter algumas das elaborações de Freud e, concomitantemente, interligar a psicanálise às pesquisas de gênero. Dito isto, no próximo capítulo, realizaremos um apanhado bibliográfico sobre o masculino na perspectiva do psicanalista norte-americano. Sigamos.

4. STOLLER E A MASCULINIDADE: UMA CONVICÇÃO ADQUIRIDA

“Ao contrário de alguns outros conhecidos pesquisadores “de tempo integral” em sexo e gênero, acredito que a análise é, até agora, o instrumento mais poderoso para a descoberta de aspectos não biológicos no desenvolvimento de gênero”.
(Stoller, 1982, p.132).

Conforme destacam Oliveira (2020) e Sampaio (2010), as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, foram marcadas pela intensa atuação de movimentos sociais, políticos e acadêmicos que, de maneira convergente, propuseram-se a questionar a naturalização das diferenças sexuais. Nesse contexto, tais mobilizações coletivas – predominantemente compostas por feministas, ativistas LGBTQIA+ e teóricos vinculados ao marxismo –, difundiram a hipótese de que as disparidades entre homens e mulheres não decorreriam de estruturas morfológicamente determinadas, mas, em vez disso, emergiam de construções sociais amplamente alicerçadas em preceitos androcêntricos, as quais levariam à subordinação da mulher em relação ao homem. De forma sintética, é factível asseverar que as décadas supramencionadas se caracterizam pela predominância de abordagens sociológicas e filosóficas que conferiram maior relevância às interações socioambientais na constituição dos papéis sexuais. Destarte, com a ascensão dessas perspectivas, as noções de masculino e feminino passaram a ser concebidas como categorias socioculturais flexíveis e, portanto, suscetíveis às influências educacionais circundantes (Bourdieu, 2004; Scott, 1995).

Embora seja meritório o fato de pesquisadores atrelados às ciências humanas e sociais haverem promovido calorosos debates acerca da desnaturalização das relações de poder estabelecidas entre os sexos, é *mister* salientar que, no alvorecer da década de 1950, o termo “gênero” ainda não havia sido integrado a essa discussão. Foi somente anos mais tarde, com o inovador trabalho do psicólogo e sexólogo John Money (1921-2006), que o termo gênero veio a ser empregado para designar as diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava o “sexo psicológico”. A rigor, a primeira menção ao vocábulo data de 1955, em um escrito de Money sobre o hermafroditismo. Em linhas gerais, Money (1955) advogava que o hermafroditismo seria uma espécie de “experimento natural”, no qual as diversas formas de ambiguidade sexual biológica ofereceriam oportunidades privilegiadas de se medir qual coeficiente teria maior influência para a formação do papel de gênero (*gender role*) desses sujeitos: (1) o sexo cromossômico – gonadal/hormonal – ou; (2) o sexo designado pelos progenitores do neonato (Lattanzio, 2011). A partir da análise de uma variedade de casos em

que foi possível constatar discrepâncias entre o sexo gonadal [predominante] e o sexo atribuído pelos genitores do indivíduo, o teórico norte-americano verificou que:

Das 17 pessoas representadas na tabela II [casos em que havia tal contradição], todas menos 3 se discriminam no papel de gênero totalmente em concordância com a sua criação, mesmo que contradito por suas gônadas. A estrutura gonadal por si nos dá um prognóstico menos fidedigno do papel de gênero de uma pessoa e sua orientação como homem ou mulher; o sexo designado nos dá um prognóstico extremamente fidedigno (Money, 1955, p. 254, tradução: Lattanzio, 2011).

Diante do exposto, Money (1955) assevera que a introjeção dos papéis de gênero não estão necessariamente vinculadas ao sexo biológico. Com efeito, o autor conclui que as experiências de sociabilidade e as dinâmicas interacionais exercidas no seio familiar desempenham funções mais determinantes para formação do gênero – ou sexo psicológico – do que os fatores congênitos. Outrossim, embora nesse trabalho, Money (1955) utilize reiteradamente a expressão “papéis de gênero”, é lícito aferir que tal conceito só é melhor delimitado em um artigo publicado subsequentemente, em colaboração com dois endocrinologistas. Nesse artigo, Money fornece contornos mais precisos à sua concepção, vejamos:

Pelo termo papel de gênero, nós queremos dizer todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se mostrar tendo o *status* de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Isso inclui, mas não se restringe à sexualidade no sentido do erotismo. Um papel de gênero não é estabelecido no nascimento, mas é construído cumulativamente através de experiências confrontadas e negociadas – através de aprendizagens casuais e não planejadas, através instruções explícitas e inculcações, e através de, espontaneamente, colocar juntos dois e dois para formar às vezes quatro e às vezes, erroneamente, cinco. Resumindo, um papel de gênero é estabelecido de maneira muito similar a uma língua nativa (Money et al. 1955, p. 285, tradução: Lattanzio, 2011).

Sinteticamente, Money (1955) assinala que o aspecto mais decisivo para formação da masculinidade ou feminilidade em uma criança é a designação do gênero. Em paralelo, o autor postula que o estabelecimento dos papéis de gênero vincula-se ao conceito de *imprinting*⁴¹. Esse último – *in lato sensu* –, denota: o processo pelo qual um sujeito, especialmente durante os primeiros anos de infância, internaliza e assimila determinados padrões comportamentais socialmente compartilhados – sobretudo por seus progenitores. Assim sendo, na perspectiva de Money (1955), a noção de *imprinting* visa delimitar como

⁴¹ Conforme salienta Lattanzio (2011), o termo *imprintig* foi originalmente empregado pelo etólogo Konrad Lorenz (1903-1989) para elucidar como uma função psicológica estabelecida após o nascimento de gansos pode se tornar extraordinariamente difícil de erradicar. De maneira análoga, Money (1955) argumenta que o estabelecimento dos papéis de gênero em seres humanos ocorre de forma verossímil por meio de um *imprintig* (ou mais precisamente uma série de *imprintigs*) psicológicos, ocasionados nos primeiros anos de vida.

uma designação psicológica (isto é: a introjeção de papéis de gênero) estabelecida logo após o nascimento tornar-se praticamente impossível de ser erradicada ao longa da vida.

À luz dessa asserção, Sampaio (2010), Lattanzio (2011) e Cossi (2018) expressam conformidade ao postular que as contribuições teóricas de Money – embora, evidentemente, passíveis de críticas – desempenharam um papel substancial para o avanço e a consolidação dos estudos de gênero (*gender studies*) no contexto acadêmico. Nessa orientação, é lícito aferir que os conceitos engendrados por Money (1955) legitimaram à ideia de que não existe uma correlação natural entre o sexo anatômico a identidade de gênero. Feitas essas considerações, temos – finalmente – melhores condições de discorrer acerca do *corpus* teórico desenvolvido por Stoller.

Dito isso, Robert Jesse Stoller (1924–1991) foi um psiquiatra e psicanalista norte-americano que realizou parte de suas pesquisas na *Gender Identify Research Clinic* da universidade de Los Angeles. Apesar da obra stolleriana ser composta por inúmeras publicações, foi seu trabalho pioneiro sobre as transexualidades que lhe rendeu reconhecimento internacional, consolidando-o como uma referência global sobre a temática. Mais precisamente, em seu escrito *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*, Stoller (1968) ao estudar as particularidades da dinâmica transexual inaugurou a introdução da categoria de gênero aos estudos psicanalíticos.

Em termos introdutórios, Stoller (1968), ao analisar inúmeros casos de pacientes transexuais e suas famílias, compôs uma teoria inovadora a respeito do desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade. Em sua perspectiva, a transexualidade seria: “uma ‘experiência’ que permite o estudo de processos que contribuem para o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade que estão ocultos” (Stoller, 1982, p. 3). De maneira adjacente, é profícuo observar que Stoller (1968; 1982) parte de observações psicopatológicas para, posteriormente, teorizar a respeito do psiquismo dito “normal” – abordagem esta igualmente empregada por Freud em suas investigações.

Destarte, em *Sex and gender* (1968), Stoller, ao dissertar acerca da etiologia do transexualismo⁴² afere que tal estrutura de caráter se forma a partir de interações socioambientais ocorridas durante o período pré-edipiano – geralmente por volta de 2, 3 ou 4 anos de idade. Consequentemente, pelo fato de tal dinâmica haver-se constituído em estágios excepcionalmente remotos da existência, Stoller (1968) argumenta que a estrutura de caráter

⁴² Terminologia empregada na época, utiliza-se atualmente o termo: transexualidade(s).

dos sujeitos transexuais se revela sólida e praticamente inalterável, sendo, inclusive, pouco suscetível às intervenções do labor psicanalítico.

Outrossim, nas primeiras secções do referido trabalho, Stoller (1968), ao investigar a enigmática gênese da transexualidade masculina⁴³, sustenta que, nesses casos, é possível observar um tipo especial e raro de interação mãe/filho. Em vista disso, o autor alega que a constituição transexual se origina de uma simbiose materna demasiadamente prolongada, não perturbada e, conseqüentemente, aconflitual. Durante essa etapa crítica do desenvolvimento [0-2 anos], a progenitora do – suposto – futuro transexual, impregna seu neonato com excessiva feminilidade, antes mesmo deste ter seu *Eu (Ich)* suficientemente formado. Em paralelo, tal feminilidade é introjetada passivamente, sobretudo no transcorrer da amamentação.

De maneira análoga, é factível assinalar que no ínterim desse processo simbiótico, no qual o infante é tomado como “*fálus* feminilizado da mãe”, a figura paterna – ou seu eventual substituto – não se apresenta. Com efeito, a díade simbiótica (mãe/filho) nunca é plenamente cindida, uma vez que as tensões, os conflitos e as frustrações necessárias ao processo de desvinculação não são efetivamente consumados. Ademais, é importante ressaltar que, na concepção stolleriana, a simbiose materna se manifesta também em crianças cujo destino não será a transexualidade nem a feminização extrema. Em suma, a principal diferença reside no fato de que, no desenvolvimento sexual das crianças caracterizadas como típicas⁴⁴, a simbiogênese maternal ocorre apenas durante um período específico e, posteriormente, é concedida ao *infans* a oportunidade de se identificar com outras referências parentais (Stoller, 1968; 1982).

Sob a égide de tais observações, Stoller (1968; 1982) postula que, para ambos os sexos, há um estágio de feminilidade primária, o qual, conforme anteriormente elucidado, se forma mediante a simbiose materna. Em termos conceituais, Stoller (1993) intitula essa etapa preliminar como: *protofeminilidade*. Nas palavras do psicanalista norte-americano:

O estágio mais inicial não é de masculinidade, mas sim de *protofeminilidade*, uma condição induzida pela fusão que ocorre na simbiose mãe-bebê. Para que a masculinidade se desenvolva, cada bebê-menino deve construir barreiras intrapsíquicas que afastem o desejo de manter a sensação bem-aventurada de ser um só com a mãe (p. 242).

⁴³ Em suma, ou seja, sujeitos que biologicamente nasceram portando pênis, entretanto, identificam-se como mulheres e, em alguns casos, desejam efetivar a cirurgia de redesignação sexual: (homem→mulher).

⁴⁴ Por esse termo, entende-se: convencionais. Ou, nas palavras de Stoller (1982) “normais” / “habituais”.

Adicionalmente, nas secções subsequentes de *Sex and gender*, Stoller (1968) prossegue sua aferição salientando que, nos sujeitos transexuais, o sexo biológico frequentemente não corresponde ao psicológico. À luz dessa elucubração, o teórico norte-americano formula o conceito de *identidade de gênero*. Este, por sua vez, pode ser compreendido como uma convicção psíquica – ou um sentimento – forjado por cada sujeito em relação à sua identidade subjetiva. Em outras palavras, para Stoller (1968; 1993), o que faz um indivíduo sentir-se masculino ou feminino, não é sua designação cromossômica (XX – XY), mas sim, a forma como ele, desde os períodos iniciais de sua vida, foi conduzido ou não a essa assunção (Sampaio, 2010; Lattanzio, 2011). Nessa orientação, Stoller (1968), amparado em extensivas análises clínicas, coletas de dados longitudinais e entrevistas semiestruturadas, sustenta que *a identidade de gênero* é forjada em períodos rudimentares da existência⁴⁵. Mais acuradamente, Stoller (1968; 1993) advoga que o conceito supramencionado se desenvolve a partir de: (1) processos identificatórios, sobretudo, efetivados no seio familiar; (2) interações socioeducacionais e; (3) influências culturais circundantes ao ambiente em que o sujeito está inserido.

À medida que se aproxima da conclusão de seu trabalho de 1968, Stoller se empenha em elaborar hipóteses – ainda mais robustas – acerca dos mecanismos subjacentes à formação etiológica da transexualidade. Para tanto, o autor alega ser necessário engendrar uma síntese metapsicológica das noções de: *protofeminilidade*, *identidade de gênero* e *imprinting* – ou, em termos alegóricos, trata-se de uma espécie de alquimia, na qual as acepções supracitadas são combinadas visando alcançar uma justaposição conceitual satisfatória (Stoller, 1968). Dito isso, detenhamo-nos, agora, em explorar – de modo pormenorizado – o labiríntico trajeto de transmissão da feminilidade à criança e, concomitantemente, examinar os fatores etiológicos atuantes no transcurso da constituição subjetiva transexual.

Previamente, Stoller (1968), ao efetivar ponderações teóricas sobre a transexualidade masculina (homem→ mulher), pressupunha que a *identidade de gênero* desses sujeitos fosse constituída mediante um vínculo simbiótico maternal, o qual, isocronicamente, corresponderia ao estágio de *protofeminilidade*. Em paralelo, o autor conjecturava que, caso esse vínculo fosse excessivamente prolongado, aconflitual e não interrompido pela figura paterna, o infante seria – invariavelmente – compelido a se identificar com a feminilidade da mãe. Sob esse

⁴⁵ A respeito desse ponto, é lícito salientar que, em *Sex and gender* (1968), Stoller, além de realizar análises clínicas com seus pacientes, também efetuava entrevistas com seus familiares. Embora tal prática não se configure como uma análise (do ponto de vista ortodoxo), o autor considerava esse instrumento profícuo para a coleta de dados.

prisma, a constituição transexual seria, portanto, marcada por uma constelação familiar na qual a criança não consegue des-identificar-se⁴⁶ da feminilidade materna, permanecendo, assim, *ad infinitum* fixada à etapa *protofeminina*.

Como se vê, *a priori*, Stoller (1968) presumia que os processos identificatórios ocupavam um lugar central nessa complexa trama. Entretanto, com o avançar de suas pesquisas, o autor passou a supor que a identificação: “requer estruturas psíquicas, ou mais acuradamente, o suficiente desenvolvimento da memória e da fantasia, para que a criança possa acreditar-se absorvendo (incorporando) sua mãe” (Stoller, 1982, p.55). Nesse sentido, lembremo-nos que – conforme discutido anteriormente – para o literato, a *identidade de gênero* é constituída em períodos rudimentares da existência. Em virtude disso, Stoller (1968) passa a sustentar a hipótese de que a aquisição da *identidade de gênero* não ocorre por vias identificatórias, visto que o *Eu (Ich)* ainda não estaria suficientemente formado para realizar tal processo. Visando mitigar essa problemática, Stoller (1968) adota a noção de *imprinting* – anteriormente proposta por Money (1955).

Em termos conceituais, a noção stolleriana de *imprinting* designa um fenômeno psicológico no qual, durante um período crítico do psicodesenvolvimento [0-2 anos], o *infans* cultiva uma intensa e duradoura ligação com o objeto, assim, absorvendo de maneira não interacional [não interventiva] determinados padrões e características deste último. Outrossim, conforme salienta Lattanzio (2011), é lícito destacar que, em vários momentos de sua obra, Stoller (1968; 1982; 1993) confessa não saber a palavra correta para qualificar tal absorção passiva presente nesses momentos inaugurais do psiquismo. No entanto, o psicanalista norte-americano sempre reitera não se tratar da identificação. Vejamos:

As palavras “incorporação”, “introjeção” e “identificação” conotam uma atividade motivada, dirigida a um objeto que não é reconhecido como parte de si mesmo. Isso significa que deve haver uma psique (mente) suficientemente desenvolvida para apreender o objeto (parcial) e desejar alojá-lo no interior de si [...] Mas nossa teoria deve também reservar um lugar para outros mecanismos, não mentais (quer dizer, não motivado pelo indivíduo), graças aos quais a realidade externa possa também encontrar seu lugar no interior. (Stoller, 1978, p. 211, tradução: Lattanzio, 2011).

Embora Stoller (1968) admita não ter total clareza a respeito do mecanismo psíquico subjacente a essa internalização inerte, no intercurso final de *Sex and gender*, a formação

⁴⁶ Tal constructo teórico é originalmente formulado pelo psicanalista Ralph Greenson (1911-1979). Em seu trabalho: *A transvestite boy and a hypothesis*, Greenson (1966) define des-identificação como o esforço inconsciente empreendido pelo infante para desvincular-se libidinalmente do objeto materno e identificar-se com objetos posteriores, desse modo atingindo a individuação. Ademais, é importante salientar que em um primeiro momento, Stoller (1968) buscou se amparar em determinadas concepções engendradas por Greenson (1966). Todavia, com o avançar de suas pesquisas, Stoller (1968) passou a acreditar que os processos identificatórios não ocupavam um lugar central na etiologia da transexualidade e, portanto, a noção de *imprinting* obteve maior destaque em suas ponderações.

etiológica da transexualidade masculina é resumida à seguinte formalização metapsicológica: (1) inicialmente, o neonato estaria vinculado à *protofeminilidade* decorrente da simbiose materna; (2) por intermédio da noção de *imprinting*, o infante registraria mnemonicamente os traços femininos da mãe, assim, constituindo seu *núcleo de identidade de gênero* – a princípio feminino – ; (3) no caso dos transexuais, o vínculo simbiótico nunca é totalmente rompido e, portanto, a *protofeminilidade* não é superada e; (4) apesar do transexual dispor de uma organização hormonal, genital e cromossômica masculina, seu *núcleo de identidade de gênero* constituiu-se femininamente, logo, tais casos indicam que, no confronto entre as forças biológicas e psicológicas, as forças psicológicas predominam. Em última instância, Stoller (1968) finda seu escrito reiterando que a análise de estados psicopatológicos permite ao psicanalista – por vias transversas – obter uma compreensão mais refinada acerca do desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade em sujeitos típicos⁴⁷.

No que tange a esses últimos, é verossímil aferir que a noção stolleriana de *imprinting*, resulta na formação de um *núcleo de identidade de gênero a priori* feminino – em ambos os sexos. Nesse sentido, apesar de Stoller concordar com a hipótese freudiana de que o primeiro amor do menino é heterossexual (Freud, [1933]2018)⁴⁸, há para o autor norte-americano: “um estágio mais precoce no desenvolvimento da *identidade de gênero* em que o menino [e também a menina] está fundido com a mãe” (1993, p.35). Tal posição, conduz a menina firmemente à trajetória rumo à feminilidade, entretanto, para o menino, delineia-se um caminho mais complexo e, simultaneamente, impõe-se um risco constata de que sua *identidade de gênero* possa – por intermédio de mecanismos regressivos – retroceder ao estágio *protofeminino*. Diante dessa conjectura, para que o garoto adquira a masculinidade, uma tarefa mais rigorosa e ansiogênica far-se-á necessária, isto é, desvincular-se da mãe e, progressivamente, identificar-se com figuras masculinas ao longo de seu psicodesenvolvimento (Stoller, 1968; 1993). Suplementarmente, é *mister* ressaltar que Stoller

⁴⁷ Em uma análise metapsicológica suplementar, Stoller (1968) busca ainda discorrer sobre a situação edipiana em meninos transexuais. Segundo sua aferição, em tais sujeitos, o período edípico não é capaz de modificar, alterar ou, sequer, distorcer a *protofeminilidade* previamente estabelecida. Além disso, os processos psíquicos adjacentes a essa etapa – como, por exemplo: os desejos incestuosos, as dinâmicas identificatórias e a angústia de castração – não são observados. Mais acuradamente, no que se refere ao complexo de castração, Stoller (1968; 1982) alega que, nos meninos transexuais, a castração não representa nenhuma ameaça, visto que, habitualmente, eles confessam desejar abandonar seus pênis e nascer de novo como uma menina. Ademais, diferentemente do complexo de Édipo, ordinariamente presente em famílias típicas, na constelação transexual, a figura paterna está, na maioria dos casos, ausente. Diante disso, o infante carece de um rival frente a mãe e, concomitantemente, não dispõe de um modelo identificatório masculino. Frente ao exposto, Stoller (1968; 1982) sustenta que no transexualismo masculino, o complexo de Édipo se caracteriza pela ausência de conflito, logo, a feminilidade no menino transexual não é alterada e, portanto, continua se desenvolvendo invariavelmente.

⁴⁸ Nesse contexto, Freud ([1914]2010; [1933]2018) refere-se à mãe do “apoio”, a qual é responsável pelos primeiros cuidados nutricionais, afetivos e higiênicos do infante.

(1968; 1993) não exclui o fato de que a menina também deva desvincular-se da mãe. Contudo, as mudanças a serem feitas no que concerne à *identidade de gênero* não são tão drásticas para ela quanto são para o menino (Lattanzio, 2011; Sampaio, 2010).

Doravante, a partir da década de 1980, há no trabalho stolleriano uma significativa interlocução com autores da antropologia e das ciências sociais. Diante disso, Sampaio (2010) assinala que se nos anos 1960 as considerações teóricas de Stoller se alicerçavam predominantemente em seu trabalho clínico, em 1980, os estudos culturais passaram a exercer uma grande influência sobre suas postulações, conferindo, assim, maior consistência ao seu *corpus* teórico. Outrossim, em sua obra *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*, Stoller (1993) busca preencher determinadas lacunas conceituais previamente identificadas em *Sex and gender* e, para tanto, estabelece uma colaboração intelectual com o antropólogo Gilbert Herdt.

Destarte, nas primeiras seções de seu escrito de 1993, Stoller recapitula parte do percurso teórico empreendido em 1968. Em seguida, o psicanalista norte-americano busca efetivar delimitações conceituais mais precisas à noção de *núcleo da identidade de gênero* – ou *identidade de gênero nuclear*. Sendo assim, Stoller (1993) esclarece que a *identidade de gênero nuclear* precede a formação da *identidade de gênero* – e, concomitantemente, origina-se da *protofeminilidade*. Em outras palavras, *identidade de gênero nuclear* define-se como o estágio mais inicial do desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade (Stoller, 1993, p.29). Ela, portanto, circunscreve-se como o primeiro passo rumo à construção da *identidade de gênero* – a qual é “lapidada” aos poucos⁴⁹. Em ato contínuo, Stoller (1993) destaca os principais fatores responsáveis pela formação da *identidade de gênero nuclear*. Em suas palavras:

1) Uma “força” biológica: originando-se na vida fetal e comumente genética em sua origem, este efeito – tanto quanto se sabe – emerge da organização neurofisiológica (sistema nervoso central) do cérebro fetal; 2) A designação do sexo no nascimento: a mensagem que a aparência dos genitais externos do bebê leva àqueles que podem designar o sexo – o médico que está atendendo e os pais – e os efeitos inequívocos subsequentes desta designação para convencê-los do sexo da criança; 3) A influência incessante das atitudes dos pais, especialmente das mães, sobre o sexo daquele bebê – pela sua capacidade crescente de fantasiar – como acontecimentos, isto é, experiências motivadas, significativas; 4) Fenômenos “bio-psíquicos”: efeitos pós-natais precoces causados por padrões habituais de manejo do bebê – condicionamento, “*imprinting*” e outras formas de aprendizagem que, nós imaginamos, modificam permanentemente o cérebro do bebê e o comportamento resultando [...] 5) o desenvolvimento do ego corporal: a miríade de qualidades e

⁴⁹ Subjacente a isso, é fundamental destacar que, para os meninos, o núcleo da identidade de gênero estará correlacionado com a *protofeminilidade*. Consequentemente, para Stoller (1993) a formação da identidade de gênero masculina será mais complexa em comparação com a feminina.

quantidades de sensações, especialmente dos genitais, que definem o físico e ajudam a definir as dimensões psíquicas do sexo da pessoa (1993, p. 30).

Ora, o que se depreende da citação supracitada é que, na perspectiva stolleriana, embora os aspectos biológicos e neurofisiológicos desempenhem um papel relevante na formação do *núcleo da identidade de gênero*, a maneira como os pais do neonato interpretam e, subsequentemente, orientam o *infans* à assunção – ou não – de seu sexo de nascença é igualmente crucial para o desenvolvimento ulterior da masculinidade ou da feminilidade. Além disso, Stoller (1993) enfatiza que as influências ambientais são equitativamente determinantes para a configuração final da *identidade de gênero*. De forma bastante sumária, Stoller (1993; 1982) postula que a *identidade de gênero* é, em partes, forjada por intermédio da repetição de atividades prototípicas executadas no ambiente escolar, no contexto familiar e em outras esferas sociais⁵⁰. Paralelamente, Stoller (1993) advoga que, durante o processo educacional efetivado no seio familiar, os pais, ao interagirem com seus filhos, frequentemente (re)produzem inconscientemente padrões de comportamento sexual partilhados socialmente. Desse modo, promovendo a internalização passiva e acrítica de esquemas de gênero – culturalmente impostos – ao infante.

Consoante a isso, Sampaio (2010) afirma que as considerações engendradas por Stoller (1993; 1982) apresentam – em certa medida – determinado grau de consonância teórica com as formulações propostas por pesquisadores de gênero da década de 1980 e 1990. Em síntese, é factível aferir que, ao atribuir importância às condições familiares, ambientais e educacionais para o desenvolvimento da *identidade de gênero*, a obra stolleriana passou a integrar a gama de produções teóricas norte-americanas que questionaram a naturalização das diferenças sexuais. Ainda de acordo com Sampaio (2010), tal integração permitiu à psicanálise se vincular às pesquisas interdisciplinares de gênero e, com efeito, contribuir de maneira mais significativa e crítica ao debate contemporâneo acerca da naturalização de preceitos androcêntricos (Bourdieu, 2004; Scott, 1995).

De volta ao trabalho de Stoller (1993), o psicanalista norte-americano prossegue sua aferição tecendo críticas à teoria do desenvolvimento sexual engendrada por Freud. A rigor, Stoller (1993) argumenta que, pelo fato de o *núcleo da identidade de gênero* se constituir a partir da *protofeminilidade*, a feminilidade não é, como Freud ([1931]2018; [1933]2018) presumia, uma difícil aquisição. Ao contrário, na perspectiva de Stoller (1993) a trajetória da menina, desde o início da vida, é mais propensa ao desenvolvimento da *identidade de gênero*

⁵⁰ Por atividades prototípicas, entende-se: os afazeres, tarefas e funções socialmente atribuídas a cada sexo.

feminina. Para o estadunidense, após a garota se desvincular da simbiose materna, a aquisição da feminilidade tornar-se uma tarefa – relativamente – cômoda, visto que seu *núcleo de identidade de gênero* já havia se constituído femininamente antes. Portanto, para que a criança do sexo feminino alcance a configuração feminina definitiva, ela deve apenas preservar certos traços psíquicos internalizados em etapas anteriores de seu psicodesenvolvimento⁵¹.

Em contrapartida, para o menino ascender à masculinidade é necessário que ele se desvincule da simbiose materna, se identifique com figuras masculinas e, de forma sistemática, desempenhe condutas varonis ao longo de sua vida. Sob uma ótica suplementar, Stoller (1993) afere ainda que em virtude da protofeminilidade constituir o *núcleo de identidade de gênero* em ambos os sexos, alguns homens experimentam um temor inconsciente de regressar a esse estágio primevo. Em resposta a isso, esses sujeitos – de maneira defensiva – adotam uma série de comportamentos *performáticos* que visam incessantemente (re)afirmar sua virilidade. Em termos ilustrativos, tais *performances* viris se manifestam por intermédio de atividades associadas ao desenvolvimento de uma musculatura robusta, à exibição de habilidades físicas – sejam esportivas ou relacionadas ao desempenho sexual – e à adoção de uma postura dominante em relação às mulheres. Por fim, Stoller (1993) encerra essa secção de seu trabalho salientando que, ao contrário da feminilidade: “a masculinidade nos homens não é um simples estado natural que precisa apenas ser preservado para desenvolver-se sadiamente, ao contrário, ela é uma conquista” (p. 37).

No intercurso final de *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*, Stoller (1993) dedica-se à formulação de análises antropológicas sobre o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade em tribos não ocidentalizadas. Mais precisamente, no décimo capítulo intitulado *Dois índios americanos de sexo masculino afeminados*, Stoller (1993) conduz entrevistas semiestruturadas com dois integrantes de comunidades indígenas que expressavam o desejo de realizar uma mudança de sexo (masculino → feminino). Após expor transcrições detalhadas e efetivar um exame comparativo minucioso, Stoller (1993) assinala que os dois entrevistados demonstravam preferências e comportamentos associados ao gênero feminino – é claro, conforme as referências masculinas/femininas disponibilizadas especificamente na subcultura indígena em questão. Adicionalmente, ao analisar os pormenores relacionados à infância de ambos os sujeitos, Stoller (1993) observou que, desde

⁵¹ Sob esse prisma, é crucial destacar que, embora a trajetória da garota rumo à identidade de gênero feminina possa ser “facilitada”. Stoller (1993) não exclui o fato de que a criança do sexo feminino deve passar pela repetição contínua de atividades prototípicas atribuídas a cada sexo. Dessa forma, a feminilidade também é “forjada” na menina.

muito cedo, eles optavam habitualmente por realizar tarefas, brincadeiras e atividades vinculadas ao universo feminino. Com efeito, na fase adulta, tais indígenas desenvolveram [consolidaram/fixaram] uma *identidade de gênero* feminina – o que se evidenciou pela adoção de vestimentas tradicionalmente femininas e pela manifestação de desejos eróticos direcionados aos guerreiros tribais. Em síntese, o autor conclui que a consolidação [ou fixação] da *identidade de gênero* – nesses indivíduos – foi lograda mediante uma persistente e prolongada repetição de atividades prototípicas femíneas. Assim sendo, há de se assinalar que tal evidência antropológica corrobora a tese stolleriana, a qual sustenta que: “importantes aspectos da estrutura do caráter são fixados permanentemente muito cedo em vida, não por fatores inatos [biológicos], mas por imposição do ambiente humano circundante” (Stoller, 1982, p. 11).

Ademais, no subsequente capítulo nomeado *O desenvolvimento da masculinidade: uma contribuição cultural cruza*, Stoller e Herdt (1993) conduzem um estudo etnográfico sobre a tribo dos Sâmbia – situada no leste da Nova Guiné. Destarte, nas páginas inaugurais da referida secção, os autores fornecem uma descrição sistemática das regras de interação existentes entre os sexos na sociedade dos Sâmbia e, simultaneamente, detalham as práticas ritualísticas que os meninos devem enfrentar para desenvolver a masculinidade. Assim, Stoller e Herdt (1993) prosseguem sua aferição alegando que a tribo Sâmbia se caracteriza pela formação de ferozes e hábeis guerreiros. Mais acuradamente, pelo fato dessa subcultura tribal localizar-se em uma região extremamente montanhosa e escassa em recursos naturais, os Sâmbia são treinados desde muito cedo para caçar e assassinar qualquer grupo inimigo que almeje tomar posse de seu território.

Em termos descritivos, Stoller e Herdt (1993) salientam que, na sociedade dos Sâmbia, o nascimento de uma criança do sexo masculino é precedido por uma série de ritos regionais. *A priori*, quando uma mulher entra em trabalho de parto, ela obrigatoriamente deve se retirar para a choupana menstrual. Nesse local, ela é atendida somente por mulheres e, em paralelo, é instruída a retornar à sua residência após duas semanas. Consecutivamente, ao regressarem para casa, o progenitor deve evitar manter contato visual com a mãe e a criança, visto que acredita-se que os olhares do pai podem fazer o leite materno secar. Além disso, durante um período de vinte e quatro meses, os cônjuges são estritamente proibidos de dormirem juntos e realizarem relações sexuais.

Posteriormente, ao completarem dois anos, as crianças do sexo masculino são progressivamente afastadas da mãe e incentivadas a desenvolver uma maior convivência com

o pai. Doravante, ao atingirem sete anos, uma abrupta mudança ocorre. Mais precisamente, nessa idade, os garotos são introduzidos à primeira etapa do ritual de masculinização. Esse último, por sua vez, consiste em submeter o *infas* à casa dos homens – isto é, um centro de treinamento localizado no perímetro medial da vila. No referido espaço, a entrada de mulheres é vetada, pois os Sâmbia compartilham a crença de que o sexo feminino – seus corpos, fluidos, cheiros e olhares – restringem a força e o potencial masculino. Consoante a isso, a mãe do futuro guerreiro é veementemente proibida de visitar seu filho. Uma vez alojados na casa dos homens, os meninos são forçados a ingerir uma dose regular de sêmen exógeno, extraído de guerreiros mais velhos via felação. Em sùmula, os Sâmbia compartilham a convicção de que o sêmen é – literalmente – a matéria-prima da virilidade. Com efeito, a ingestão espermática representa a transmissão intergeracional de características viris, uma vez que para essa comunidade tribal, a condição masculina não é inata (Stoller e Herdt, 1993).

Ainda na primeira etapa do ritual de masculinização, os garotos passam por um longo e difícil treinamento militar. A rigor, eles são instruídos a manusear armas perfurantes – arco e flechas, lanças e pequenas adagas – e, além disso, são incitados (por instrutores mais experientes) a lutarem entre si. Aqueles que conseguem sobreviver a esse percurso preliminar avançam para a segunda etapa do ritual. Na fase subsequente, os jovens guerreiros – geralmente com idade entre 15 e 18 anos –, assumem o papel de fornecedores de sêmen para um novo grupo de iniciados. Ademais, embora desfrutem de maior autonomia e liberdade, os jovens combatentes ainda não estão autorizados a estabelecer vínculos amorosos/eróticos com mulheres, visto que tais vinculações prejudicariam o fornecimento de sêmen aos mais novos. Por fim, no último estágio do ritual, os homens devem assumir laços matrimoniais e, concomitantemente, toda atividade homoerótica deve ser encerrada. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo nessa última etapa, os homens continuam – de forma secreta – a consumir a seiva da árvore branca da floresta, pois acreditam que ela é um dos raros substitutos do sêmen (Stoller e Herdt, 1993)⁵².

Conforme exposto, para os Sâmbia, a condição masculina não é natural, ao contrário, trata-se de uma conquista pessoal, uma conjectura adquirida exclusivamente por meio de um árduo e lancinante ritual composto por sucessivas etapas. Sob a égide de tais observações etnográficas, Stoller e Herdt (1993) findam esse capítulo sustentando que, mesmo em uma

⁵² É lícito salientar que, mesmo após a finalização do ritual de masculinização, os homens Sâmbia consideram importante continuar ingerindo a seiva da árvore branca (substituto do sêmen). Para eles, a ingestão regular dessa seiva (ou seja, “sêmen simbólico”), lhes confere os nutrientes essenciais para manutenção de um *status* viril (Stoller e Herdt, 1993).

cultura não ocidentalizada, o estabelecimento da *identidade de gênero* masculina – e sua subsequente consolidação – designa um processo dialético e interdependente do ambiente circundante. Em outras palavras, o transcurso de construção [e solidificação] da *identidade de gênero* masculina – tanto na sociedade Sâmbia quanto em culturas ocidentalizadas – é profundamente influenciado por imposições sociointeracionais contínuas. À luz dessa asserção, Stoller e Herdt (1993) concluem que a masculinidade não é simplesmente um estado que se adquire passivamente, mas sim, é resultante de uma construção ativa e, sobretudo, moldada por relações interpessoais e práticas culturais específicas.

Já prosseguindo para os comentários finais dessa secção, no encerramento de *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*, Stoller (1993) traça um importante paralelo entre os homens da tribo Sâmbia e os transexuais atendidos por ele em seu consultório. Segundo a argumentação do autor, ao contrário do que acontece na dinâmica familiar transexual masculina, na cultura Sâmbia os meninos são obrigatoriamente afastados dos cuidados maternos ainda na primeira infância e, simultaneamente, são inseridos em um ambiente predominantemente masculino. Stoller (1993) supõe que esse processo impeça a continuidade da simbiose materna e, conseqüentemente, força o sujeito a superar a *protofeminilidade*. Em virtude disso, Stoller (1993) propõe a hipótese de que os rituais da cultura Sâmbia, eventualmente, inibem o desenvolvimento etiológico da transexualidade, uma vez que, nessa tribo, o estabelecimento de vínculos maternos prolongados é considerado tabu. Feitas essas considerações, no próximo – e último – capítulo dessa dissertação centralizaremos nossos esforços em delinear breves contrapontos teóricos entre as formulações de Freud e Stoller acerca do desenvolvimento da masculinidade. Além disso, teceremos apontamentos críticos em relação à escassez de estudos que versam sobre os homens e a masculinidade tanto no meio psicanalítico quanto em outras produções acadêmicas brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Longe de casa, passei a andar comigo
Eu descobri o azul e recobrei a dor
Eu careci ali, nesse deserto e fui
Te entregar assim, uma parte de mim
(Feitos de Água, Rodrigo Zin)*

Chegado o momento de concluir, reiteramos que a presente dissertação teve como objetivo principal propiciar uma discussão teórica acerca da construção da(s) subjetividade(s) masculina(s). Em paralelo, durante a tecitura desse trabalho, optamos por estabelecer um diálogo entre a psicanálise e os estudos de gênero. Tal intercâmbio teórico possibilitou efetivarmos uma análise mais abrangente e crítica a respeito dos múltiplos fatores que balizam a constituição subjetiva masculina, evidenciando, assim as intersecções coexistentes entre os aspectos psíquicos, sociais e históricos. Em outras palavras, constatamos que o desenvolvimento da subjetividade masculina é – *par excellence* – um processo multifacetado, o qual integra de maneira dinâmica elementos psicológicos, ambientais e culturais.

Outrossim, nas páginas introdutórias dessa dissertação, propusemo-nos a responder especificamente às seguintes questões: em que consiste a masculinidade? Como um sujeito torna-se masculino? No que tange à primeira questão, verificamos que as definições de masculinidade(s) podem variar conforme a localização geográfica, cultura e período histórico. Em linhas gerais, por intermédio de uma laboriosa revisão histórica, subdividida em três períodos distintos, averiguamos que a masculinidade – sobretudo em seu modelo viril – se caracterizou pela manifestação *performática* de um conjunto de atitudes. Assim sendo, da antiguidade helênica até os tempos modernos, a construção de uma *imago* masculina viril esteve continuamente associada à internalização de uma rede de encargos ansiogênicos.

Por outro lado, no que concerne à segunda questão, alicerçamo-nos no arcabouço teórico disponibilizado pela psicanálise para respondê-la. De maneira concisa, nas formulações freudianas, à constituição subjetiva masculina é instituída mediante a identificação do infante com a figura paterna, ocorrida no desenrolar da transladação edípica (Freud, [1923]2011). Além disso, é lícito assinalar que ao longo da extensa obra freudiana, os homens e a masculinidade permaneceram vinculados a uma maior propensão à atividade e, concomitantemente, a um modo particular de amar, caracterizado pela existência de uma dupla moral sexual e pela repetição idiossincrática de determinadas dinâmicas afetivas infantis (Freud, [1908]2015; [1910]2018; [1912]2018). Suplementarmente, há de se salientar

que, para Freud ([1933]2018), o trajeto psicosssexual engendrado pela menina para desenvolver sua feminilidade é mais complexo e labiríntico se comparado ao percurso enfrentado pelo menino para desenvolver sua masculinidade. Em virtude disso, Ambra (2021) e Sampaio (2010) ressaltam que, no *corpus* teórico freudiano, os homens e a masculinidade são descritos como mais simples e mais isentos de conflitos – é claro, se contrapostos ao suposto “sexo frágil”.

Em perspectiva antagônica, Stoller (1968; 1982) a partir de extensivos estudos sobre a(s) transexualidade(s), propõe a hipótese de que há, para ambos os sexos, um estágio de feminilidade primária – designado como *protofeminilidade* –, o qual é formado mediante o estabelecimento de um vínculo simbiótico entre mãe e filho. Sob a égide de tal postulado, Stoller (1968; 1982) infere que, por conta do prelúdio da sexualidade assumir uma configuração feminina, o itinerário empreendido pelo menino rumo à masculinidade caracterizar-se-ia como laborioso e árduo. Sendo assim, é verossímil concluir que o constructo teórico elaborado pelo psicanalista norte-americano subverte a clássica noção freudiana, segundo a qual o processo de subjetivação feminina é compreendida como mais hermético e enigmático (Stoller, 1968; 1982). Subjacentemente, Stoller (1982) afere que a aquisição da *identidade de gênero* masculina ocorre mediante a superação da *protofeminilidade*, a qual, por sua vez, demanda um extensivo e longínquo período de identificação do *infans* com figuras masculinas. Analogamente, Stoller (1993) conclui que o transcurso de solidificação – ou lapidação – da *identidade de gênero* masculina dar-se-á por intermédio da repetição de atividades prototípicas varonis e da participação do sujeito em dinâmicas inter-relacionais circundantes que reforçam determinados estereótipos entre os sexos⁵³.

De posse de tudo o que expusemos até aqui, logramos haver realizado de maneira profícua o percurso proposto nas páginas introdutórias desse trabalho. Além disso, acreditamos que o objetivo geral e suas interseções específicas foram satisfatoriamente elucidados. Todavia, é importante salientar que a discussão acerca da constituição subjetiva masculina se apresenta como ampla e contínua. Nesse sentido, embora a dissertação tenha deslindado determinados aspectos concernentes ao nosso objeto de pesquisa, é fundamental reconhecer que a análise dos homens e da(s) masculinidade(s) abrange uma ampla gama de contextos e perspectivas que excedem o escopo teórico exposto aqui.

⁵³ Importante frisar que a masculinidade também é internalizada/introjeta mediante a interação antitética com a feminilidade (Stoller, 1993).

Em retrospecto, é *mister* reiterar que as produções teóricas sobre o masculino ainda são escassas, sobretudo em território nacional. Destarte, apesar de nos últimos anos, o tema haver adquirido notável difusão em múltiplos veículos de comunicação, é crucial destacar que tal exposição pública não é, por conseguinte, acompanhada por um correspondente avanço na produção acadêmica. Sob esse prisma, é lícito, factível e verossímil aferir que, em termos comparativos, as pesquisas sobre a constituição subjetiva masculina são – incontestavelmente – menos numerosas do que as publicações existentes sobre as mulheres e a feminilidade.

Diante de tal conjectura, dissertar a respeito dos homens e da masculinidade revela-se fundamental, visto que contribui para o aumento de literatura e circulação de ideias críticas. Mais precisamente, advogamos que examinar a masculinidade de forma crítica – potencialmente – favorece o desvelamento de normas e expectativas de gênero que modelam determinados comportamentos, atitudes e vivências interpessoais masculinas. Suplementarmente, acreditamos que a divulgação teórico/crítica de trabalhos acadêmicos que visem (des)construir estereótipos e paradigmas milenarmente associados ao sexo masculino – tais como: a crença de que os homens não devem externalizar sentimentos, a expectativa de que um sujeito masculino tem sempre que demonstrar avidez sexual, a imposição de que um sujeito viril precisa ostentar sucesso profissional e financeiro, entre outros. – pode promover um diálogo mais inclusivo e saudável a respeito das múltiplas formas de expressão da(s) subjetividade(s) masculina(s).

Ademais, é imprescindível salientar que os homens constituem a maior parte das vítimas de suicídio, tanto no Brasil quanto no contexto global. Segundo levantamento de dados realizado em 2024 pelo instituto *Fiocruz*⁵⁴, a taxa de suicídio entre jovens do sexo masculino cresceu 6% ao ano no Brasil entre os anos de 2011 e 2022. Tal aumento estarrecedor, ressalta a urgência de se discutir temas relacionados à saúde mental masculina e, em paralelo, desconstruir paradigmas acriticamente introjetados – por homens e mulheres – que perpetuam a valorização de padrões masculinos hegemônicos⁵⁵. Em última análise, reiteramos que a expansão do campo de pesquisas vinculado aos homens e à masculinidade (*men's studies*) pode, virtualmente, fornecer novas ferramentas teóricas capazes de (re)formular e desafiar as normas androcêntricas que impactam negativamente a saúde mental

⁵⁴<https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>.

⁵⁵ Conforme analisado ao longo desse trabalho, o modelo de masculinidade hegemônica impõe valores associados à força, à invulnerabilidade emocional e à autossuficiência. Dessa forma, para atingir esse ideal – eminentemente quimérico – muitos homens se submetem a exaustivas horas de trabalho, evitam externalizar seus anseios e inquietações e, em última instância, rejeitam a busca por apoio terapêutico. A incessante busca por corresponder a esse modelo, invariavelmente, resulta no adoecimento psíquico de alguns homens.

masculina. Por fim, enfatizamos que o estudo da masculinidade continua a ser um território fértil para futuras investigações, que poderão aprofundar e expandir a compreensão das questões aqui abordadas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. Masculino e Feminino: alguns aspectos da perspectiva psicanalítica. *Análise Psicológica*, Lisboa, v.25, n.3, p.331-342. 2007.
- AMBRA, P. *O que É um Homem?* Psicanálise e História da Masculinidade no Ocidente. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2021.
- ANDRADE, C. D de. O amor natural. 1ª ed. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2013.
- ANDRADE, T.Z.M. O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga: uma prática pedagógica. *FACES DA HISTÓRIA*, v.4, nº2, p. 58-72, 2017.
- AUDOIN-ROUZEAU, S. A Grande Guerra e a história da virilidade. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 503–512.
- ARISTÓTELES. A política. 3 ed. São Paulo: Martins Fonte, 2006.
- ASSOUM, P. L. Introdução à epistemologia freudiana. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- BANDEIRA, M. Antologia poética. 1ª ed. São Paulo: Editora Global, 2020.
- BADINTER, E. Um amor conquistado. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BADINTER, E. *Sobre a identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1993.
- BARRETO, O. F.; CECCARELLI, P. R. Eva, Maria e Lilith: corpo de delito. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 43, p.129-138, julho. 2015.
- BBC NEWS BRASIL. Contra estereótipos de masculinidade, professor cria curso para discutir o que é ‘coisa de homem’. In: BBC, 08/12/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50473006>.
- BOSCHI, C.C. Por que estudar História? Para que serve a História? O que faz o historiador? Por que é importante aprender História? São Paulo: Ática, 2007.
- BERLINCK, M. T. Considerações sobre a elaboração de projeto de pesquisa em psicanálise. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, 2008.
- BERTAUD, J. A virilidade militar. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 195–248.
- BERTAUD, J. O exército e o brevê de virilidade. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 74–94.
- BERTIN, C. A última Bonarparte. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1989.

- BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Utah: A igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 2015.
- BIRMAN, J. *Cartografias do feminino*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BIRMAN, J. *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 2017.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2004.
- BLAY, E. A. Por uma nova masculinidade. Por que os homens continuam a matar as mulheres? In: *Jornal da USP*, 10/08/2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/por-uma-nova-masculinidade-por-que-os-homens-continuam-a-matar-as-mulheres/>.
- BLAZINA, C. Mythos and men: Toward new paradigms of masculinity. *The Journal of Men's Studies*, v. 5, n. 4, p. 285-294, 1997.
- BRASIL, M. da S. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. *Boletim Epidemiológico*, v. 52, n. 33, p.1-10, 2021.
- BURKE, J. *Deuses de Freud: A coleção de Arte do pai da psicanálise*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade* (1990). Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA, L.C.P.; HERZOG, R. Um prefácio imaginário para Thalassa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.18, n.1, p. 244 – 260, jan./ abri. 2018.
- CÂMARA, dos P. Campanha masculinidade Consciente propõe reflexões sobre o papel social desempenhado pelo homem. In: *Câmara.Leg.br*, 06/12/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1023531-campanha-masculinidade-consciente-propoe-reflexoes-sobre-o-papel-social-desempenhado-pelo-homem/>.
- CARVALHO, M.E.P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. *Revista Ártemis*, v.1, 2004.
- CECCARELLI, P. R. A construção da Masculinidade. *Percurso*, São Paulo, v. 19, p.49-56. 1998.
- CECCARELLI, P. R. Reflexões sobre a sexualidade masculina. *Reverso*, Belo Horizonte, n. 66, p. 83-92, dez. 2013.
- CECCARELLI, P.R. *Transexualidades*. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2017.
- CELES, L. A. “Dora” Contemporânea – e a Crise Terapêutica da Psicanálise. *Psicologia Clínica*, v.19, p.137-154, 2007.
- CONANT, R. W. *The virility of Christ: A new view*. The author, 1915.
- CONNELL, R.W. *Masculinities*. 2 ed. Routledge. 2020.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v.21, n.01, p. 241 – 282, 2013.

CONWAY, C. *Behold the man: Jesus and Greco-Roman masculinity*. Oxford University Press, 2008.

CORBIN, A. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 15 – 34.

CORBIN, A. A necessária manifestação da energia sexual. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 153 – 192.

COSSI, R. K. Stoller e a psicanálise: Da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estudos de Psicanálise*, n.49, p. 31-44. Jul. 2018.

COUTO, L. F. S. Quatro modalidades de pesquisa em psicanálise. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, MG: EdUEMG, 2010, p. 59-80.

DE BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Nova Fronteira, 2014.

DE SOUZA LESSA, F. Corpo, esporte e masculinidade em Atenas. *Phoinix*, v. 10, n. 1, p. 111-132, 2004.

DE SOUZA MEZÊNCIO, M. Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em revista*, v. 10, n. 15, p. 104-113, 2004.

DIAMOND, M. Accessing the multitude within: a psychoanalytic perspective on the transformation of masculinity at mid-life. *International Journal of Psychoanalysis*, v.85, p.45-64. 2004.

DINIZ, M. O(a) pesquisador (a), o método clínico e sua utilização na pesquisa. In: FERREIRA, T.; Vorcaro, A.(Orgs). *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita*. 1.ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. p. 111-128.

DUPUIS-DÉRI, F. *A crise da masculinidade: Anatomia de um mito persistente*. São Paulo: Blucher, 2022.

ELLIS, H. *Sexual inversion*. FA Davis Company, 1915.

FERRAZ, F. C. O primado do masculino em xeque. *Percurso*, p. 69-78, 2008.

FERREIRA, J. R. Educação em Esparta e em Atenas. e *PaiDeia*, p. 11, 1993.

FERREIRA, P. P.; DIAS, C. A. Direito e sexualidade: A evolução da condição feminina ao longo do século XX. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v.22, n.1, 2011.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. A pesquisa em psicanálise algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, n. 70, v. 39, p. 257- 278, jun. 2006.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 4: As confissões da carne. 1ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FREUD, S. A Feminilidade (1933). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.313-341. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. Análise da Fobia de um garoto de cinco anos (“O pequeno Hans”) (1909). In: _____. *O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 123-284. (Obras completas, 8).

FREUD, S. Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) ([1901] 1905). In: _____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 173-320. (Obras completas, 6).

FREUD, S. A Interpretação dos sonhos (1900). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (Obras completas, 4).

FREUD, S. A Moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno (1908). In: _____. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 360-389. (Obras completas, 8).

FREUD, S. A questão da análise leiga: Diálogo com um interlocutor imparcial (1926). In: _____. *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926- 1929)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 124-229. (Obras completas, 17).

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.259-271. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. *Conferências Introdutórias à Psicanálise (1916-1917)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 13).

FREUD, S. História de uma neurose infantil [“O homem dos lobos”] (1918). In: _____. *História de uma neurose infantil [“O homem dos lobos”], além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p. 13-160. (Obras completas, 14).

FREUD, S. Introdução ao narcisismo (1914). In: _____. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.13-50. (Obras completas, 12).

FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: _____. *Neurose, Psicose e Perversão*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.99-121. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 5).

FREUD, S. O declínio do complexo de Édipo (1924). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.247-254. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. O Eu e o Id (1923). In: _____. O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 13-74. (Obras completas, 16).

FREUD, S. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*dementia paranoides*] relatado em autobiografia [“O caso Schreber”] (1911). In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia [“O caso Schreber”], artigos sobre técnica e outros textos* (1911-1913). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p. 13-107. (Obras completas, 10).

FREUD, S. Observações sobre o amor transferencial (1914). In: _____. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Tradução: Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.165-180. (obras incompletas de Sigmund Freud, 6).

FREUD, S. Organização genital infantil (1923). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.237-242. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. O romance familiar dos neuróticos (1909). In: _____. O delírio e os sonhos na Grádiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.p. 419-424. (Obras completas, 8).

FREUD, S. O tabu da virgindade (1918). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 155-176. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. “Psicanálise” e “teoria da libido” (1923). In: _____. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (1920- 1923). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 244- 277. (Obras completas, 15).

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). In: _____. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (1920-1923). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113. (Obras completas, 15).

FREUD, S. *Pulsões e seus destinos* (1915). Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p.37-70. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 2).

FREUD, S. Sobre a dinâmica da transferência (1912). In: _____. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Tradução: Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.107-118. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 6).

FREUD, S. Sobre a sexualidade feminina (1931). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.285-307. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. Sobre as teorias sexuais infantis (1908). In: _____. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 390-411. (Obras completas, 8).

FREUD, S. Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens (1910). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.121-132. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. Sobre a mais geral degradação da vida amorosa (1912). In: _____. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p.137-151. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. Totem e Tabu (1912-1913). In: _____. *Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-244. (Obras completas, 11).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172. (Obras completas, 6).

FREUD, S. Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1910). In: _____. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.p. 113-219. (Obras completas, 9).

FURTADO, H. D. Cabra-macho e tough guy: Estudo comparativo da masculinidade hegemônica na literatura. Natal, RN: Editora edufn, 2018.

GARCIA-ROZA, L. A. A pesquisa acadêmica em psicanálise. Anuário Brasileiro de Psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. 118-121.

GASTALDI, R. A construção da masculinidade em quatro tempos: dos alicerces da certeza identitária à bricolagem mitológica. 2017.

GAY, P. Freud: Uma vida para o nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GIFFIN, K.M. Nosso corpo nos Pertence: A dialética do biológico e do social. Cadernos de Saúde Pública, v. 7, p. 190-200, Abr/Jun, 1991.

GONÇALVES, R. C.; CECCARELLI, P. R. O unheimlich e as transexualidades. *Estudos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 135-146, dez. 2020a.

GONÇALVES, R. C; CECCARELLI, P. R. A erotização do ódio: contribuições de Stoller para clínica das perversões. *Polêmica*, Revista eletrônica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, n. 2, v. 20, p. 77-93. 2020b.

GOMES, R. N. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, v. 2, n. 1, 2016.

GREENSON, R. A transvestite boy and a hypothesis. *International Journal of psychoanalysis*, v. 47, n.2, p. 396–403. 1966.

GREENSON, R. Disidentifying from mother – Its special importance for the boy. *The gender conundrum*, p. 268 – 274. 2003.

GUILLET, F. O duelo e a defesa da honra viril. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 97 – 152.

HADLEY, D. *Masculinity in medieval Europe*. Routledge, 2015.

HERRMANN, F. Pesquisa psicanalítica. *Ciência e cultura*, v. 56, n. 4, p. 25-28, 2004.

HOENISCH, J.C.; OLIVEIRA, I.M. A presença da psicanálise nas reflexões iniciais sobre masculinidade no pensamento de R. Connell. *Interfaces Científicas-Direito*, v.4, n.3, p.69-78, 2016.

IANNINI, G. Sobre amor, sexualidade, feminilidade. S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud: Amor, sexualidade, feminilidade*, p. 133-135, 2018.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora: Estudos em teoria Psicanalítica*, v.6, n. 1, p.115- 138. Jan/jun. 2003.

JABLONKA, I. A infância ou a “viagem rumo à virilidade”. In: COURBIN, Alain. *História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 37 – 73.

JABLONKA, I. *Homens Justos: Do patriarcado às novas masculinidades*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

JOÃO, M. Onde encontrar grupos reflexivos para homens autores de violência no Brasil? In: *Papo de homem*, 01/12/2021. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/onde-encontrar-grupos-reflexivos-para-homens-autores-de-violencia-no-brasil/>.

KARRAS, R. M. *From boys to men: Formations of masculinity in late medieval Europe*. University of Pennsylvania Press, 2003.

KEHL, M.R. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLAPISCH-ZUBER, C.; GOFF, J.; COCHRANE, Lydia G. Women and the Family. *Medieval Callings*, p. 285-311, 1990.

KRAFFT-EBING. *Psychopathia sexualis*. Paris: Climuts, 1990.

LAPLANCHE, J. *Le genre, le sex, le sexual*. In: Chabert, C. (org.) *Sur la théorie de la seduction*. Paris: Édition In Press, 2003.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATTANZIO, F.F. O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2011.

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LE GOFF, J. A história deve ser dividida em pedaços? 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LOPES, C.R.R. Representações das masculinidades no medievo. Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH-Regional RS. Porto Alegre, 2008.

LOURES, J. M.; BORGES, S. X. O Pequeno Freud e o Complexo de Édipo. *Estilos da Clínica*, v.2, p.576-584, 2017.

MIGUELEZ, N.B. Complexo de Édipo hoje? Novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens. 3.ed. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

NAFFAH NETO, A. A pesquisa psicanalítica. *Jornal de psicanálise*, v. 39, n. 70, p. 279-288, 2006.

NETO, I.; FIRMINO, I.; PAULINO, P.R.V. A construção social do estigma em masculinidade: uma revisão de literatura. *Revista Científica Fagoc*, v. 4, p. 60-72, 2019.

NICOLAU, R. F. O masculino e o feminino: o gênero na psicanálise. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v.17, p.23-29, 2000.

NOLASCO, S. O mito da masculinidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MELO, C. B. A cultura é o homem: A masculinidade da modernidade em Georg Simmel. *Alamedas*, v.10, n.1, p. 85–97, 2022.

MEZAN, R. Freud: A trama de conceitos. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MIGUELEZ, N. B. *Complexo de Édipo Hoje?* Novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

MOTERANI, G. M.; CARVALHO, F. M. de. Misoginia: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. *Avesso do avesso*, v. 14, n. 14, p. 167-178, 2016.

MOREIRA, J. O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.9, n.2, p. 219-227, maio/ago. 2004.

MUSZKAT, S. *Violência e Masculinidade*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

OLIVEIRA, C. T. *Homem é com “H” maiúsculo*: Construção da identidade masculina e conflitos da relação intragênero. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

OLIVEIRA, L. *O que é um homem?* Estudo psicanalítico sobre a masculinidade a partir dos discursos dos homens penectomizados por câncer de pênis. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020b.

OLIVERIA, P.P. *A construção social da masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2004.

PENNA, C. *Inconsciente Social*. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora Ltda, 2014.

PEREIRA, A. M. Pesquisa em psicanálise sobre fenômenos socioculturais: considerações metodológicas a partir das massas freudianas. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 8, n.13, p. 4-16. 2019.

PINHEIRO, T. F.; COUTO, M. T. Homens, masculinidades e saúde: uma reflexão de gênero na perspectiva histórica. *Cadernos de história da ciência*, v. 4, n. 1, p. 53-67, 2008.

POLI, M. C. *Feminino/Masculino: A diferença sexual em psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

POLI, M. C. A Medusa e o Gozo: Uma leitura da diferença sexual em psicanálise. *Ágora*, Rio de Janeiro, v.X, n.2, p. 279-294, jul/dez. 2007.

POLI, M. C. Pesquisa em psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 29, p.43-47, dez. 2005.

PLATÃO. *O Banquete*. 5 ed. São Paulo: Nova cultural, 1991.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas Solón e Públicola*. Universidade de Coimbra, 2012.

PORTAL FIOCRUZ. Estudo aponta que taxas de suicídio e autolesões aumentam no Brasil. In: Fiocruz, 20/02/2024. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>.

QUINODOZ, J.M. *Ler Freud: Guia de leitura da obra de S. Freud*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Subjetividades*, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004.

RAVASIO, M.T.H. Considerações sobre a pesquisa em psicanálise. *Salão do Conhecimento*, 2016. Disponível em:

<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaaoconhecimento/article/view/7016>.

RANKE-HEINEMANN, O.T. *Eunucos pelo reino de Deus: A igreja católica e sexualidade de Jesus a Bento XVI*. Rio de Janeiro: Rosa tempos, 2019.

RIBEIRO, P.C. O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária. São Paulo: Escuta, 2000.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. Sigmund Freud: Na sua época e em nosso tempo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

RUDNYTSKY, P.L. Freud e Édipo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

SAMPAIO, R. Do universal ao particular: Uma discussão sobre o masculino na psicanálise. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANDOR, F. *Thalassa: A Theory of Genitality* (1924). Norton Library, 1968.

SARTRE, M. Virilidades gregas. In: Vigarello, G. A história da virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados de História, v.16, p. 297-325, 1998.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.15, n.2, p.71–99. Jul./dez. 1995.

SILVA, A. C. L.; ANDRADE, M. M. de. Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. *Cadernos Pagu*, p. 313-342, 2009.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de conceitos históricos. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOUZA, M. R. A Psicanálise e o complexo de Édipo: (novas) Observações a partir de Hamlet. Psicologia USP, v.17, p.135-155, 2006.

STOLLER, R. J. *Excitação Sexual: Dinâmica da vida erótica*. São Paulo: Ibrasa, 1981.

STOLLER, R. J. *A experiência Transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STOLLER, R. J. *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

STOLLER, R. J. (1975). *Perversão: A forma erótica do ódio*. 2.ed. São Paulo: Hedra, 2018.

TARAUD, C. A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à Grande Guerra. *In: COURBIN, A. História da Virilidade: O triunfo da virilidade: O século XIX*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 414 – 436.

TREVISAN, J. S. Seis balas num buraco só: A crise do masculino. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

VERNANT, J. P. O homem grego. 1. ed. Lisboa, 1994.

VIGARELLO, G. A história da virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2013.

VRISIMTZIS, N. A. Amor, sexo e casamento: Na Grécia antiga. 1. ed. São Paulo: Odysseus, 2002.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 460-482, 2001.

WOLLSTONECRAFT, M. *Discussión acerca de la opinión preponderante de um carácter sexual* ([1998]1972). *In: Vindicación de los derechos de la mujer*. Madrid: Debate, pp. 65-90.